

**MENSAGEM GP Nº 180/2019**

Mogi das Cruzes, 25 de fevereiro de 2019.

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de submeter ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa, o anexo projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo - SP, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

2. Acompanha a presente Mensagem, anexo por cópia, o Processo Administrativo nº 45.468/18, contendo o Ofício nº 412/2018 - DAT/SMS da Secretaria de Saúde, as manifestações favoráveis da referida Pasta de Saúde e da Procuradoria Geral do Município e outros dados informativos a respeito do assunto em apreço.

3. Considerando o exposto, acredito contar com o indispensável apoio dos nobres Vereadores para a aprovação desta matéria, de natureza urgente, nos termos do disposto pelo artigo 81 da Lei Orgânica, por entender ser de grande relevância e de interesse para o Município de Mogi das Cruzes.

Expresso os meus agradecimentos e valho-me do ensejo para renovar a Vossas Excelências, em mais esta oportunidade, protestos de profundo respeito e de elevada consideração.

**MARCUS MELO**  
Prefeito de Mogi das Cruzes

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **Rinaldo Sadao Sakai**  
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes  
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores  
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico  
**Nesta**

CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO E  
DESPACHADO AS COMISSÕES DE

<input checked="" type="checkbox"/>	Assessoria Jurídica
<input checked="" type="checkbox"/>	Justiça e Redação
<input checked="" type="checkbox"/>	Finanças e Orçamento

Bala das Sessões, em 21.03.2019

2.º Secretário

SGPv/rbm



**PROJETO DE LEI 022/19**

APROVADO POR UNANIMIDADE  
Sala das Sessões, em 28/05/2019  
*[Signature]*  
2.ª Secretária

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo - SP, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, em consonância com as respectivas obrigações, limites, plano de trabalho e demais características do mencionado instrumento, estabelecidos na minuta anexa, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

**Art. 2º** Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências que se fizerem necessárias à execução do Convênio a que alude o artigo 1º desta lei, inclusive formalizar termos aditivos que tenham por objeto efetuar eventuais ajustes, adequações e/ou prorrogações direcionadas para consecução de sua finalidade.

**Art. 3º** O objeto do Convênio de que trata o artigo 1º desta lei não resultará na transferência de recursos financeiros entre os partícipes e será executado com recursos materiais e humanos já incorporados ao orçamento ordinário do Conveniado, no que concerne às obrigações a ele cometidas.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, ..... de ..... de 2019, 458º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

**MARCUS MELO**  
Prefeito de Mogi das Cruzes

SGov/rbm





*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**ANEXO AO PROJETO DE LEI**

**CONVÊNIO Nº ...../.....**

**Processo nº ...../.....**

**PARTÍCIPIES:**

**O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO.**

**OBJETO DO CONVÊNIO:**

**Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município.**

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.523.270/0001-88, com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante designada **SMS**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, **Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho**, portador da CIRG nº 11.778.524-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 651.103.668-53 e, de outro lado, o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO**, doravante designado **CONVENIADO**, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, de assistência médica e hospitalar, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, neste ato representado por seu Superintendente Geral, Sr. **Rafael Antonio Parri**, portador da CIRG nº 2.696.385-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.319.658-68, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, consoante despacho autorizatório exarado às fls. .... do Processo Administrativo nº ...../....., publicado no ..... de ...../...../....., pág. ...., que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** tem por objetivo somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município, conforme o anexo **PLANO DE TRABALHO**, apresentado e devidamente aprovado pela área técnica responsável pela avaliação e acompanhamento do convênio, sem que haja qualquer ônus à Municipalidade, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **CONVENIADO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 2**

**Parágrafo único.** O Plano de Trabalho será ajustado, conforme as necessidades, de comum acordo entre os partícipes, podendo ser celebrado o respectivo Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS METAS:**

A meta do presente **TERMO DE CONVÊNIO** é o atendimento descrito no anexo **PLANO DE TRABALHO**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas pela SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **CONVENIADO** e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde - SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré-definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema MV, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do Cartão Nacional de Saúde - CNS.
- Os procedimentos constantes neste relatório deverão também ser encaminhados em meio magnético, segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde - SUS, através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPI), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo (APAC) e/ou da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para SMS - Gerência de Processamento, com a observação de não geração de créditos e conforme o cronograma de entrega estipulado pela mesma.
- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da SMS no caso da ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO DE CONVÊNIO**, deixando-o à disposição da SMS.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, e não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 3**

- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes ou aos seus representantes legais sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente ou de seu representante legal, de consentir ou recusar a prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da SMS, o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar, além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela SMS.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SMS:**

- Realizar o acompanhamento administrativo do presente **TERMO DE CONVÊNIO** e encaminhar as alterações que se fizerem necessárias.
- Manter o arquivo da documentação deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Realizar treinamento dos profissionais do **CONVENIADO**, quando necessário, para efetivação dos registros das informações da produção - CIHA.
- Orientar o **CONVENIADO** sobre a programação da agenda dos Sistemas de Informação do Município e do Ministério da Saúde e disponibilizá-la para agendamento e registro de procedimentos.
- Disponibilizar ao **CONVENIADO** os Sistemas de Informação para processamento da produção.
- Monitorar, analisar e avaliar o desempenho do **CONVENIADO**, por meio dos dados gerados no Sistema MV, quais sejam: disponibilização de agenda, registro de atendimento, absenteísmo, etc.
- Receber mensalmente, em meio magnético ou eletrônico, dentro do prazo legal e conforme cronograma, a produção dos procedimentos informados no CIHA.
- Encaminhar a declaração anual de cumprimento de metas.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 4**

- Encaminhar ao **CONVENIADO** o relatório de evidência de transmissão dos atendimentos ao Ministério Público.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- Os profissionais envolvidos na consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** manterão seus vínculos com o **CONVENIADO**, sem que haja qualquer previsão de remuneração extraordinária por parte da SMS.
- Os serviços ora acordados serão prestados por profissionais, devidamente incluídos no banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.

**§ 1º** Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento do **CONVENIADO**:

I - membro de seu corpo clínico;

II - profissional que tenha vínculo de emprego com o **CONVENIADO**;

III - profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço ao **CONVENIADO**, ou seja, por este autorizado a fazê-lo.

**§ 2º** Equipara-se ao profissional autônomo definido no item III do § 1º desta Cláusula a empresa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerçam atividades nas área de saúde.

**§ 3º** É de responsabilidade exclusiva e integral do **CONVENIADO** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a SMS.

- A SMS não reembolsará o **CONVENIADO** por eventuais custos de ampliação de sua equipe técnica, em função da execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONVENIADO:**

O **CONVENIADO** será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos da SMS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe, todavia, assegurado o direito de regresso.

**§ 1º** A fiscalização e o acompanhamento da execução deste **TERMO DE CONVÊNIO** por órgãos da SMS não excluem nem reduzem a responsabilidade do **CONVENIADO**.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 5**

§ 2º A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

O **CONVENIADO** deverá arcar diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste **TERMO DE CONVÊNIO**, e não haverá, em hipótese alguma, qualquer tipo de repasse financeiro ao **CONVENIADO** pela **SMS** em função do desenvolvimento das atividades objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**Parágrafo único.** O **CONVENIADO** encaminhará à **SMS**, mensalmente, um relatório discriminando os custos das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO:**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** é celebrado pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura deste instrumento, devendo que ambos os partícipes se reúnam para a renovação do mesmo.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Restam acordados entre os partícipes as seguintes disposições:

**I** - Tendo apresentado o **CONVENIADO** as certidões de regularidade perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Municipalidade de Mogi das Cruzes, obriga-se a atualizá-las periodicamente, durante o prazo de vigência deste convênio;

**II** - Aplica-se ao presente **TERMO DE CONVÊNIO**, no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e as disposições contidas na legislação municipal, ficando eleito o Foro de Mogi das Cruzes para dirimir as dúvidas decorrentes deste ajuste;

**III** - As alterações no presente **TERMO DE CONVÊNIO** são possíveis mediante acordo entre os partícipes;

**IV** - O extrato do presente **TERMO DE CONVÊNIO** será publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 6**

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam os partícipes o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo, ..... de ..... de .....

**FRANCISCO MOACIR BEZERRA DE MELO FILHO**  
Secretário Municipal de Saúde

**RAFAEL ANTONIO PARRI**  
Superintendente Geral do Serviço Social da Indústria do Papel,  
Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**PLANO DE TRABALHO**  
- DESCRIÇÃO -

ANEXO  
**1/5**

Proc 25468 / 18

Fls 61 Rubr



**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

**2 - ENDEREÇO:** Rua Vergueiro, 4.210 V. Mariana - São Paulo / SP.

**3 - EXERCÍCIO:** 4 - CNPJ: 609614220001-55 5 - Nº DO PROCESSO:

**6 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

**7- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO E JUSTIFICATIVO:**

Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população deste Município.

**TABELA DE SERVIÇOS:**

CODIGO DO PROCEDIMENTO	SERVIÇO
02.01.01.041-0	Biópsia de Próstata
02.01.01.047-0	Tireoide/ Paratireoide - PAAF
02.01.01.058-5	PAAF (Punção Aspirativa por Agulha Fina) - Biópsia de Mama
02.09.01.003-7	Endoscopia Digestiva Alta



PREFEITURA DE  
**MOGI DAS CRUZES**

## PLANO DE TRABALHO - DESCRIÇÃO -

ANEXO  
**1/5**

30903025 / 30902045	Cardíaca Adulto
30903025	Cardíaca Infantil
02.05.02.004-6	Ultrassonografia -- Abdômen Total
02.05.02006-2	Ultrassonografia -- Articulações
02.05.01.004-0	Ultrassonografia -- Doppler Colorido de Vasos
02.05.02.009-7	Ultrassonografia -- Mamas Bilateral
02.05.02.016-0	Ultrassonografia -- Pélvico
02.05.02.010-0	Ultrassonografia -- Próstata Abdominal
02.005.02.011-9	Ultrassonografia -- Próstata TR
02.05.02.005-4	Ultrassonografia -- Renal
02.05.05.012-7	Ultrassonografia -- Tireoide
02.05.02.018-6	Ultrassonografia -- Transvaginal

OS PROCEDIMENTOS MENSAIS SERÃO REALIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DOS PACIENTES ATENDIDOS.

Proc 45468/13

Fls 62 Rubrica



8 - AUTENTICAÇÃO

MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

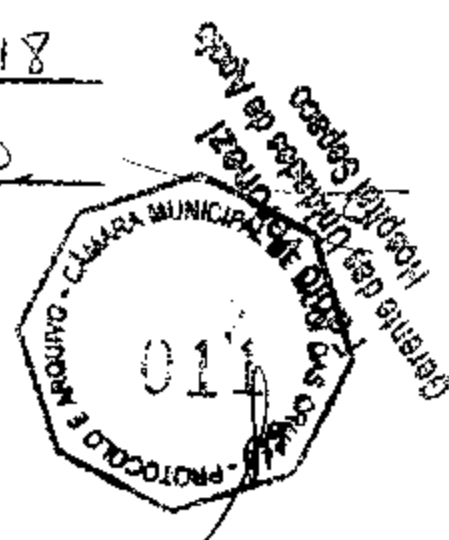
Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45467 18  
Fls 63 Rubr *Ru*





PREFEITURA DE  
MOGI DAS CRUZES

## PLANO DE TRABALHO - DETALHAMENTO -

ANEXO  
2/5

**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

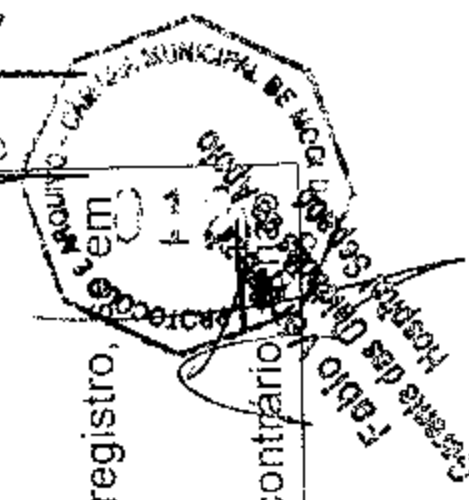
**2 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

### **3 - DESCRIÇÃO DETALHADA DA AÇÃO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas por SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **PARCEIRO** e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO**.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema Integrado de Gestão de Atendimento – SIGA, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do cartão Nacional de Saúde – CNS.
- Comunicar de imediato a Gerencia de Controle da **SMS** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO**, deixando-o à disposição da **SMS**.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário.

64 Rubr

45468/18



utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.

- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes, ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes, ou a seus representantes legais, sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente, ou de seu representante legal, de consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da **SMS** o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela **SMS**.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

**HORÁRIO ATENDIMENTO**

Conforme disponibilização das agendas

**REMUNERAÇÃO**

Sem ônus para Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes.





PREFEITURA DE  
MOGI DAS CRUZES

PLANO DE TRABALHO  
- DETALHAMENTO -

ANEXO  
215

4 - AUTENTICAÇÃO

MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.

Sepaco

Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:

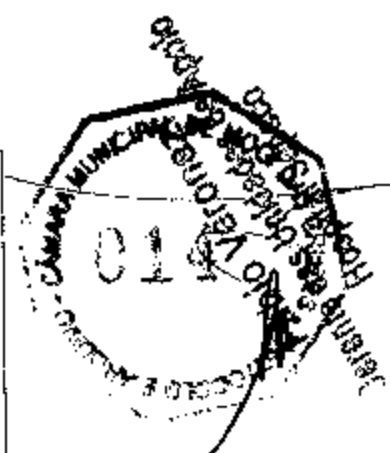
RG:

Por:

RG:

Proc 45 468/18

Fls 66 Rubr. *RD*



ANEXO  
3/5PLANO DE TRABALHO  
- METAS E RESULTADO A SEREM ATINGIDOS/EXECUÇÃO DO OBJETOPREFEITURA DE  
MOGI DAS CRUZES**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**2 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.**2.1- RECURSOS:** ( X ) SEM ÔNUS**3 - Cronograma de execução:**

3.1 Meta	3.2 Especificação da Ação	3.6. Previsão de Execução
100% de atendimentos agendados	Enviado mensalmente com o nome, data, procedimento do SUS dos pacientes atendidos	Conforme disponibilizado em agenda.

Início: A contar da data da assinatura do instrumento.

**4 - AUTENTICAÇÃO**

MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:Por:  
RG:



PREFEITURA DE  
MOGI DAS CRUZES

**PLANO DE TRABALHO**  
- ETAPAS OU FASES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO -

ANEXO  
**4/5**

**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

**2 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3 – CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO**

**3.1- META**

100% de atendimentos agendados

**3.2 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Número de atendimento mensal

**4 – AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

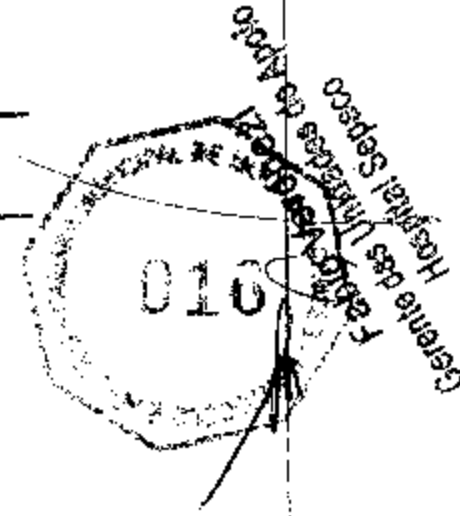
Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45468/18  
Fls 68 Rubr Ru



**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

**2 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria -- Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:** Não haverá ônus financeiro para o Município.

**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco

Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

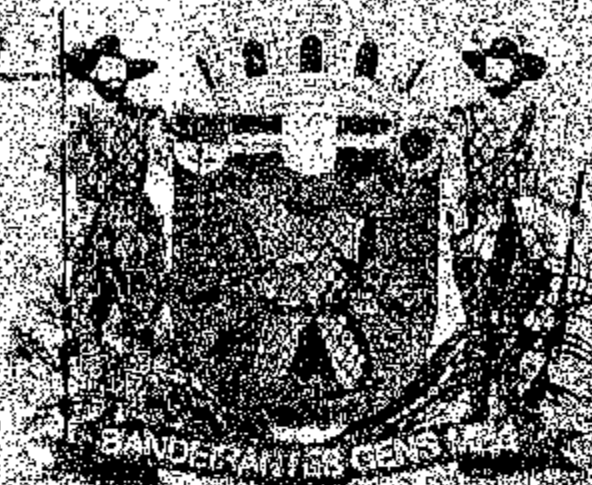
Por:  
RG:

Proc 45468 / 18

Fls 69 Rubr



Garanta das Unidades de Apoio  
Hospitalar  
Coordenador  
Cecília Lacerda



# PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

**45468 / 2018**



Nome: SECRETARIA DE SAUDE - SMS

Assunto: PROPOSTA DE PARCERIA / TERMO

OF Nº 412/2018 ENCAMINHA MINUTA DO TERMO DE  
PARCERIA - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO  
PAPEL PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO

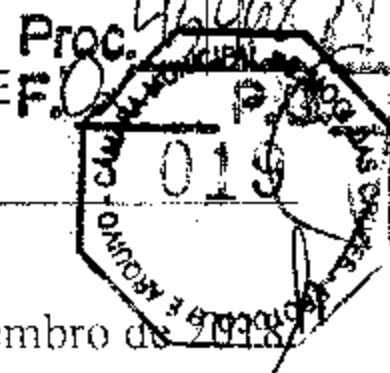
Conclusão: 03/12/2018

Órgão: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

09/11/2018 18:35

CAI: 275802





Ofício n.º 412 /2018 - DAT/SMS

Mogi das Cruzes, 08 de Novembro de 2018

A o  
Secretário**DESPACHO:**

Ciente e de acordo. Protocole-se e encaminhe-se para a Procuradoria Geral do Município, para demais providências necessárias.

Mogi das Cruzes, 18 de Outubro de 2018

Marcello Delascio Cusatis  
Secretário Municipal de Saúde

**Assunto: PROPOSTA PARA TERMO DE PARCERIA - SEPACO**

A par de cumprimentá-lo cordialmente, tendo em vista a elevada demanda de exames e procedimentos gerados por atendimentos aos usuários do SUS no Município, vimos por meio deste fazer as seguintes considerações :

Considerando que o Município abarca uma quantidade de solicitações que resultam numa agenda de demanda reprimida pela procura demasiada dos usuários me a mês;

Considerando que o setor público de saúde teve um aumento em seus atendimentos o que gera a fila de espera decorrente de pessoas que tinham plano de saúde e que por motivos diversos, acabaram perdendo o plano de saúde. Para corroborar com essa assertiva, conforme fonte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o número de brasileiros com planos de saúde registrou queda pelo terceiro ano consecutivo. Em 2017, 281,6 mil pessoas deixaram de ter acesso à saúde suplementar ;

O Município além de cumprir com o seu papel de gestor municipal, arca com as responsabilidades em seus equipamentos próprios de saúde e recorre a serviços complementares de saúde para demais atendimentos necessários.

Que a pretensão do Município é atender com excelência os seus usuários SUS, e que por meio de contato e visita da Instituição SEPACO, ocorreu um interesse recíproco em realizar uma PARCERIA, por meio de Programa na Assistência à Saúde, que tem por objetivo estabelecer e desenvolver, em regime mútuo entre os partícipes, destinado na realização de consultas, exames e procedimentos que se encontram em demanda reprimida , visando garantir a assistência, bem como a integração social desses pacientes que estão no aguardo em espera, de forma que possa serem potencializados os mesmos.



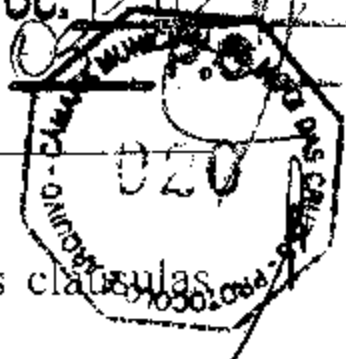
Que o presente Termo de Parceria que ora se propõe, considera-se ser possível, efetivamente viável, indo de encontro com as necessidades da Secretaria de Saúde, tendo embasamento nos dados objetivamente aferíveis :

- i) O Art. 199 e seu respectivo § 1º, dispõe que : “Art. 199 - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- ii) O disposto no artigo 4º. da Lei Federal nº. 8.080/1990 diz que : Art. 4º. O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). § 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde. § 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
- iii) O dispositivo no Art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe que o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada somente quando suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área. Referida participação, a título complementar, deverá ser formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público
- iv) Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes de 1990, -Seção II, artigo 186, dispõe que : “ A participação do setor privado no sistema Único de Saúde, efetivar-se-á segundo as diretrizes deste, mediante convênio ou contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos”.

Para o Sistema Único de Saúde, a complementariedade se presta a suprir o Poder Público dos serviços que faltam, visando na realidade, alcançar a integração dos serviços, e no presente caso, os serviços atenderão a demanda existe conforme relatório em anexo.

Insta mencionar que a instituição SEPACO, é um hospital Filantrópico, inaugurado em 1979, sendo referência no controle de infecção hospitalar no Brasil. Voltado para atender alta complexidade, conta com mais de 250 leitos (enfermaria, apartamento e UTIs Adulto, Neonatal e Pediátrica), um corpo clínico com sólida formação profissional em várias especialidades, além de modernos equipamentos para diagnósticos. Além do que no ano de 2000 iniciou atendimento de convênios e particulares e, atualmente com um centro de oncologia próprio uma área de hemodinâmica, ressonância magnética entre outras de alta complexidade . E em atendimento a filantropia, oferece o atendimento gratuito aos pacientes por meio de Termos de Parceria, a exemplo com o Estado de São Paulo (doc.anexo).

Destacamos que a propositura do TERMO de PARCERIA terá um prazo de 24 (vinte e quatro) meses, e terá um valor financeiro de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) em serviços, porém não haverá em hipótese alguma qualquer tipo de repasse financeiro do poder público ao parceiro em função do desenvolvimento das atividades objeto do termo ora pretendido, portanto sem ônus.



Em conformidade com a Minuta que segue em anexo, estão dispostas as cláusulas contratuais que regem o TERMO DE PARCERIA.

Assim, tendo em vista a reciprocidade de interesses e confluências entre os objetivos da instituição SEPACO, e a capacidade técnica e operacional da organização que irão de encontro com o objeto proposto no Plano de Trabalho a ser elaborado no decorrer da instrução do processo, informamos que as vagas ofertadas pela Instituição obedecerão toda a sistemática da Rede SUS, inclusive a inserção na Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde-CROSS.

Diante de todo o exposto, visando à contínua melhoria na execução dos serviços prestados pelo Município em dinamizar a fila de espera, sugerimos o encaminhamento para a Procuradoria Geral do Município, para a análise e parecer de forma que possa ser caracterizada a oportunidade e conveniência da Administração em realizar o TERMO DE PARCERIA.

Respeitosamente,

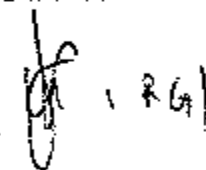
  
Odete M. Sousa

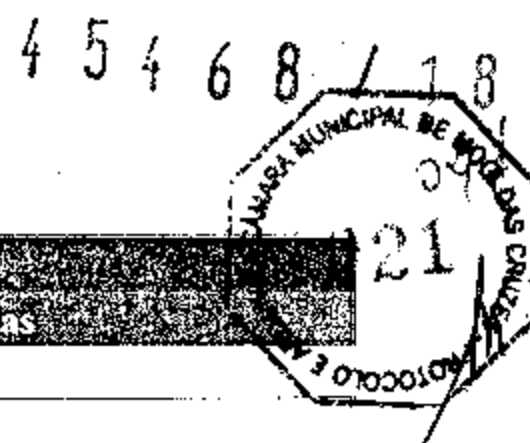
DAT/SMS

  
Andreia G. V. Godoi

Chefe de Gabinete/SMS  
Respondendo pelo DAT/SMS

RECEBIDO  
EM 12/11/18  
ÀS 5H30 HORAS

 (R.G.)



DEMANDAS REPRIMIDAS		
Exames	Especialidades	Cirurgias
Artroscopia Joelho	Alergologia	Adenoamigdalectomia
Artroscopia Ombro	Cirurgia cabeça e pescoço	Adenoidectomia
Audiometria	Cirurgia geral	Amigdalectomia
Avaliação Urodinâmica	Cirurgia Otorrino	Cardíaca Adulto
Biopsia de Prostata	Cirurgia pediátrica	Cardíaca Infantil
Biopsia de Tireoide	Cirurgia plástica	Cauterização/Biopsia Septal/Nasal
Biopsia de Mama	Cirurgia torácica	Cirurgia de Burch
Colonoscopia	Cirurgia vascular	Colpoperineoplastia
Densitometria Óssea	Endocrinologia	Colpoplastia
Ecocardiograma	Fisioterapia Respiratória	Fistulectomia
Ecodoppler Cardiograma	Fonoaudiólogo	Frenectomia lingual
Eletrocardiograma	Ginecologia cirúrgica	Frenuloplastia
Eletroencefalograma	Hematologia	Hemorroidectomia
Eletroneuromiografia	Hepatologia	Hernia Umbilical+Inguinal+Ventral
Endoscopia	Infectologia	Hiatoplastia + Fundoplicatura
Espirometria	Nefrologia	Hidrocelectomia
Estudo Urodinâmico Feminino	Neurocirurgia	Histerectomia
Histeroscopia Diagnóstica	Neurologia	Laqueadura Tubária
Holter 24 horas	Oftalmologia	Miomectomia
Mamografia	Ortopedia	Ninfoplastia
Mapa 24h	Otorrinolaringologia	Ooforoplastia/Ooforectomia
Medicina Nuclear – Cintilografia	Pneumologia	Orquidopexia
Nasofibroscopia	Proctologia	Orquiectomia
Raio X Contrastado	Reumatologia	Safenectomia
Ressonância Magnética	Terapia Ocupacional	Septoplastia
Retossigmoidoscopia	Urologia	Septoplastia + Adenoidectomia
Teste Ergométrico		Septoplastia + Turbinectomia
Tomografia		Sling
Ultrassonografia – Abdomen		Varicocelectomia
Ultrassonografia – Articulações		Videocolecistectomia
Ultrassonografia – doppler		
Ultrassonografia – Mamas		
Ultrassonografia – Pélvico		
Ultrassonografia – Próstata Abdominal		
Ultrassonografia – Próstata TR		
Ultrassonografia – Renal		
Ultrassonografia – Tireoide		
Ultrassonografia – Transvaginal		
Urografia		



Prefeitura de Mogi das Cruzes

4 5 4 6 8 / 1 8



## MINUTA

### TERMO DE PARCERIA Nº \*\*\*\*

Processo Nº

PARTICIPES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES -  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE e  
O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL,  
PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
- SEPACO.

OBJETO DA PARCERIA:

Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção,  
promoção, recuperação da saúde da população  
deste Município.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, por meio da **Secretaria Municipal da Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.523.270/0001-88 com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.392.148/0001-10, representado pelo Prefeito **Marcus Vinicius de Almeida e Melo**, portador da CIRG nº 18.787.869-9 e do CPF nº 156.468.568-83, referendado pelo Secretário Municipal de Saúde, **MARCELLO DELASCIO CUSATIS**, portador do RG nº 27.022.163-3 SSP/SP e do CPF nº 265.142.358-08, e o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEPACO**, doravante designado **PARCEIRO**, associação beneficente, filantrópica, com finalidades não econômicas, de assistência médica e hospitalar, com sede na Rua Vergueiro nº 4210, Vila Mariana, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 60.961.422/001-55, neste ato representado por seu Superintendente Geral, Sr. **RAFAEL ANTONIO PARRI**, portador do RG nº 2.696.385 SSP/SP e do CPF nº 045.319.658-68, resolvem firmar o presente **TERMO DE PARCERIA**, consoante despacho autorizatório exarado à fl. \*\* do processo administrativo nº \*\*\*\*\*, publicado no DOC de \*\*, 2018, pág. \*\*, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O presente **TERMO DE PARCERIA** tem por objetivo somar esforços para o





## Prefeitura de Mogi das Cruzes

desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população deste Município, conforme o ANEXO I – PLANO DE TRABALHO, apresentado e devidamente aprovado pela área técnica responsável pela avaliação e acompanhamento da parceria, sem que haja qualquer ônus à Municipalidade.

**Parágrafo Único** – O Plano de Trabalho será ajustado, conforme as necessidades, de comum acordo entre as Partes, podendo ser celebrado Termo Aditivo.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO DE PARCERIA** é a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **PARCEIRO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS METAS**

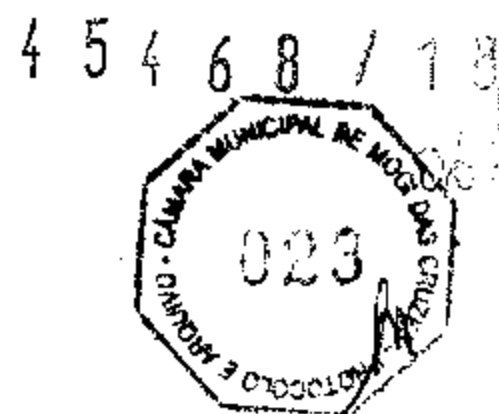
A meta do presente **TERMO DE PARCERIA** é o atendimento descrito no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PARCEIRO**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas por SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **PARCEIRO** e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO**.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema MV, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do cartão Nacional de Saúde – CNS.
- Os procedimentos constantes neste relatório deverão também ser encaminhados em meio magnético, segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS), através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPI), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo



## Prefeitura de Mogi das Cruzes



(APAC) e/ou da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para SMS – Gerência de Processamento, com observação de não geração de créditos e conforme o cronograma de entrega estipulado pela mesma.

- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da **SMS** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO**, deixando-o à disposição da **SMS**.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, e não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.
- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes, ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes, ou a seus representantes legais, sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente, ou de seu representante legal, de consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da **SMS** o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela **SMS**.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SMS

- Realizar o acompanhamento administrativo do presente **TERMO DE PARCERIA** e



Prefeitura de Mogi das Cruzes



encaminhar as alterações que se fizerem necessárias.

- Manter o arquivo da documentação deste **TERMO**.
- Realizar treinamento dos profissionais do parceiro, quando necessário, para efetivação dos registros das informações da produção – CIHA
- Orientar o **PARCEIRO** sobre a programação da agenda dos Sistemas de Informação do Município e do Ministério da Saúde e disponibilizá-la para agendamento e registro de procedimentos.
- Disponibilizar ao **PARCEIRO** os Sistemas de Informação para processamento da produção.
- Monitorar, analisar e avaliar o desempenho do parceiro, por meio dos dados gerados no sistema MV, quais sejam: disponibilização de agenda, registro de atendimento, absenteísmo etc.
- Receber mensalmente, em meio magnético, ou eletrônico, dentro do prazo legal e conforme cronograma, a produção dos procedimentos informados no CIHA
- Encaminhar declaração anual de cumprimento de metas.
- Encaminhar a contratada relatório de evidencia de transmissão dos atendimentos ao Ministério Público.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO

- Os profissionais envolvidos na consecução do objeto deste **TERMO** manterão seus vínculos com o Parceiro, sem que haja qualquer previsão de remuneração extraordinária por parte da **SMS**.
- Os serviços ora acordados serão prestados por profissionais, devidamente incluídos no banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

§ 1º. Para os efeitos desta parceria, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento do **PARCEIRO**:

I – membro de seu corpo clínico.

II – profissional que tenha vínculo de emprego com o **PARCEIRO**

III – profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço o **PARCEIRO**, ou seja, por este autorizado a fazê-lo.

§ 2º. Equipara-se ao profissional autônomo definido no **item III do § do 1º**, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades nas área de saúde.

§ 3º. É de responsabilidade exclusiva e integral do **PARCEIRO** a utilização de pessoal para execução do objeto desta parceria, incluídos os encargos trabalhistas,



## Prefeitura de Mogi das Cruzes

previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus, e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a **SMS**.

- A **SMS** não reembolsará o **PARCEIRO** por eventuais custos de ampliação de sua equipe técnica, em função da execução do presente **TERMO**.

### CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PARCEIRO

O **PARCEIRO** será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos da **SMS** e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe, todavia, assegurado o direito de regresso.

**Parágrafo Primeiro** – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste **TERMO** por órgãos da **SMS** não excluem nem reduzem a responsabilidade do **PARCEIRO**.

**Parágrafo Segundo** – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O **PARCEIRO** deverá arcar diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste **TERMO**, não haverá, em hipótese alguma, qualquer tipo de repasse financeiro ao **PARCEIRO** pela **SMS** em função do desenvolvimento das atividades objeto deste **TERMO**.

**Parágrafo Primeiro** – O **PARCEIRO** encaminhará a **SMS**, mensalmente, um relatório discriminando os custos das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto deste **TERMO**.

### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO

A presente **PARCERIA** é celebrada pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura deste **TERMO**, devendo ambas as partes se reunirem para renovação do mesmo.



Prefeitura de Mogi das Cruzes

### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Restam acordadas entre as Partes as seguintes disposições:

- I. Tendo apresentado o **PARCEIRO** as certidões de regularidade perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Municipalidade de Mogi das Cruzes, obriga-se a atualizá-las periodicamente durante o prazo de vigência deste convênio;
- II. Aplica-se ao presente **TERMO**, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 e as disposições contidas na legislação municipal, ficando eleito o foro de Mogi das Cruzes para dirimir as dúvidas decorrentes deste ajuste;
- III. Alterações no presente **TERMO DE PARCERIA** são possíveis mediante acordo entre as Partes;
- IV. Extrato do presente **TERMO DE PARCERIA** será publicado no Diário Oficial do Município no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as Partes o presente **TERMO DE PARCERIA** em quatro (04) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo, \*\* de \*\*\*\*\* de 2018.

---

**MARCELLO DELASCIO CUSATIS**  
**SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**RAFAEL ANTONIO PARRI**  
**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO – SEPACO**

**TESTEMUNHAS:**

---





4 5 4 6 8 / 1 8  
026  
054



Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 246/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/105303/2016-70, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Maior, CNPJ nº 06.847.470/0001-89, com sede em Campo Maior (PI).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de maio de 2017 a 18 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 579, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospital de Portunucula, com sede em Portunucula (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 250/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/111712/2016-78, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospital de Portunucula, CNPJ nº 31.431.679/0001-05, com sede em Portunucula (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 580, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro de Estudos e Pesquisas 28 com sede no Rio de Janeiro (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/118051/2016-13, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro de Estudos e Pesquisas 28, CNPJ nº 33.927.377/0001-40, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/materia.do?uf=0&id=2017052406-05>.

PORTARIA Nº 581, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital e Maternidade São Pedro, com sede em São Pedro da União (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 233/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/027569/2016-91, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital e Maternidade São Pedro, CNPJ nº 17.903.816/0001-28, com sede em São Pedro da União (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 582, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Deferir a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia Doutor Osvaldo Siqueira Lyra, com sede em Auriflâma (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 241/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/108302/2016-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 50% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia Doutor Osvaldo Siqueira Lyra, CNPJ nº 44.425.234/0001-89, com sede em Auriflâma (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de novembro de 2016 a 10 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 583, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da A.A.T.R. - Associação de Apoio Terapêutico Reviver, com sede em Mimoso do Sul (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade;

Considerando o Parecer Técnico nº 221/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/023012/2016-17, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da A.A.T.R. - Associação de Apoio Terapêutico Reviver, CNPJ nº 09.858.780/0001-64, com sede em Mimoso do Sul (ES).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 584, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Dr. Jayme Rodrigues, com sede em Jundiaí (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 235/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/107401/2016-96, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Dr. Jayme Rodrigues, CNPJ nº 04.851.652/0001-90, com sede em Jundiaí (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 585, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Deferir a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cartão do Estado de São Paulo, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 243/2017-CGGER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000/202448/2016-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela aplicação em percentual superior a 20% (vinte por cento) do valor total da inscrição das contribuições para a seguridade social na prestação de serviços ao SUS, sem geração de créditos, conforme disposto no art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cartão do Estado de São Paulo, CNPJ nº 00.981.422/0001-55, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Concessão tem validade pelo período de 01 (um) ano a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 586, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Minas, com sede em Monte Alegre de Minas (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

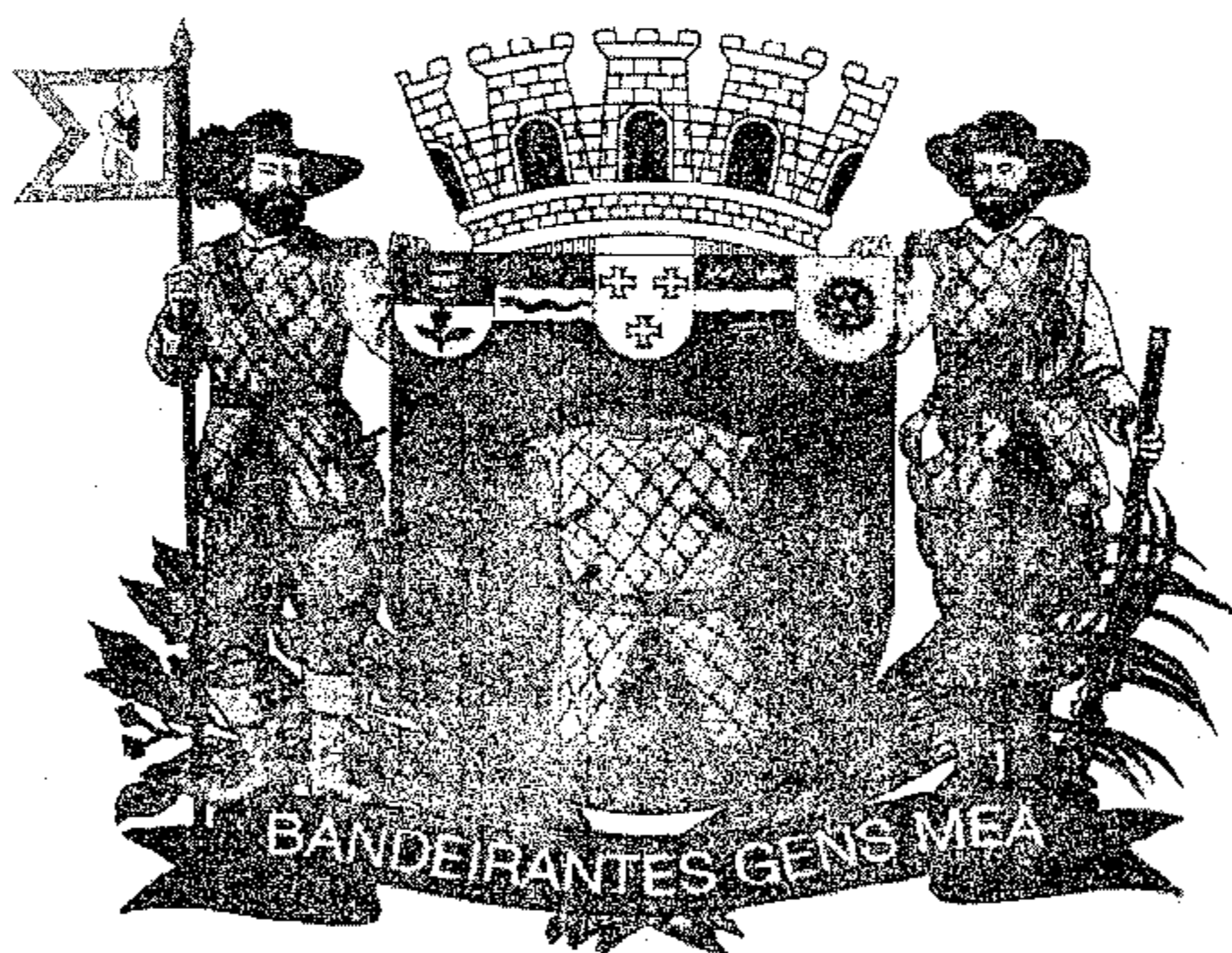
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, em vigor na íntegra de Chaves Públicas Brasileiras - (ICP-Brasil).



# **LEI ORGÂNICA**

## **DO MUNICÍPIO DE**

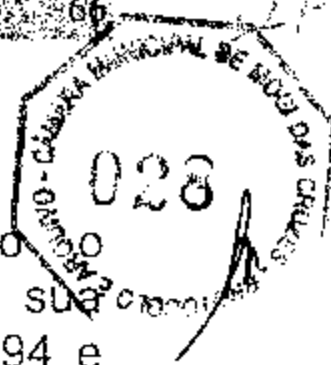
### **MOGI DAS CRUZES**



**1 9 9 0**

(Atualizada até a Emenda nº 02/2015)

SET/2015



**ARTIGO 178 -** O Município garantirá em seu território planejamento e o desenvolvimento de ações que viabilizem, no âmbito de sua competência, os princípios de seguridade social assegurados pelos artigos 194 e 195 da Constituição Federal.

## SEÇÃO II

### DA SAÚDE

**ARTIGO 179 -** A saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo que o Município, em colaboração com o Estado e a União, promoverá:

- I - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades do ensino primário;
- II - serviços de pronto atendimento;
- III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;
- IV - combate aos tóxicos, promovendo programas e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins;
- V - serviços de assistência à maternidade, à infância e à velhice, bem como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e do câncer ginecológico;
- VI - campanhas para educação alimentar;
- \*VII - prestação de serviços de saúde na área de vigilância sanitária e epidemiológica, incluídos os relativos à saúde do trabalhador;
- VIII - a implantação de atendimento integral aos portadores de deficiências, com o fornecimento de equipamentos necessários à sua integração social.

\*(Redação conf. Emenda 044/92)

§ 1º - O Município consignará, anualmente, dotação orçamentária própria destinada ao atendimento das ações e serviços de saúde.

§ 2º - No caso de celebração de convênio, poderá o Município suplementar, se necessário, as legislações federal e estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações de saúde, que constituem um sistema único.



**ARTIGO 180 -** A assistência médico-odontológica, nos estabelecimentos de ensino municipal, terá caráter obrigatório.

**Parágrafo Único -** Constituirá exigência indispensável, no ato de matrícula, a apresentação de atestado de vacina contra moléstias infecto-contagiosas.

**ARTIGO 181 -** O Conselho Municipal de Saúde, com criação, composição, funções e regulamento definidos em lei, contará com a participação de representantes da comunidade, em especial, dos trabalhadores, de entidades e prestadores de serviço da área da saúde, além do poder público.

**ARTIGO 182 -** SUPRIMIDO – EMENDA 049/92

**ARTIGO 183 -** SUPRIMIDO – EMENDA 049/92

**ARTIGO 184 -** O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da Seguridade Social, da União, além de outras, que constituirão o Fundo Municipal de Saúde.

**Parágrafo Único -** O Fundo Municipal de Saúde é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e subordinado ao planejamento e controle do Conselho Municipal de Saúde.

**ARTIGO 185 -** O conjunto de ações e serviços de saúde, desenvolvidos por órgãos e instituições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) que se organizará no Município, de acordo com as seguintes diretrizes e bases:

- I - descentralização sob direção única, exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- II - integração das ações e serviços, com base na regionalização do atendimento individual e coletivo adequado às diversas realidades epidemiológicas;
- III - integralidade e continuidade das ações e serviços individuais e coletivos em todos os níveis do sistema;
- IV - participação da população na formulação, gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde.

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**

**ARTIGO 186 -** A participação do setor privado no Sistema Único de Saúde efetivar-se-á segundo as diretrizes deste, mediante convênio ou contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 1º - As pessoas físicas e as pessoas jurídicas de direito privado, quando participarem do Sistema Único de Saúde, ficam sujeitas às suas diretrizes e às normas administrativas incidentes sobre o objeto de convênio ou de contrato.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções às entidades privadas com fins lucrativos.

**ARTIGO 187 -** Compete à autoridade municipal de saúde, de ofício ou mediante denúncia de risco à saúde, proceder à avaliação das fontes de riscos no ambiente de trabalho e determinar adoção das providências, para que cessem os motivos que lhe deram causa, obedecendo-se à legislação pertinente.

**ARTIGO 188 -** SUPRIMIDO – EMENDA 049/92

**SEÇÃO III****Da Promoção Social**

**ARTIGO 189 -** A promoção social consiste num conjunto de ações voltadas ao bem estar social, através de medidas que objetivem o amparo e a proteção a pessoas e/ou grupos carentes, com a finalidade de, pela sua natureza emergencial e compensatória, amenizar os efeitos dos desequilíbrios sociais.

§ 1º - As ações de promoção social devem cumprir os objetivos previstos nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal.

§ 2º - Os programas de assistência social não poderão prevalecer sobre a formulação e aplicação de políticas sociais básicas nas áreas de saúde, educação, abastecimento, transporte e habitação.

**ARTIGO 190 -** Conselho Municipal de Promoção Social, a ser criado por lei, tem a finalidade de elaborar e controlar a política social, bem como organizar, coordenar e fiscalizar programas, projetos e ações de assistência e de promoção social, inclusive aqueles subvencionados na forma da lei.

**ARTIGO 191 -** O Município poderá subvencionar, ouvido o Conselho Municipal de Promoção Social, programas desenvolvidos por entidades assistenciais, filantrópicas e confessionais, sem fins lucrativos, consoante critérios definidos em lei, desde que cumpridas as exigências de fins sociais dos serviços a serem prestados.



Processo nº 45.468/2018

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.  
CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO. PARÁGRAFO  
PRIMEIRO, ARTIGO 199, DA CONSTITUIÇÃO.  
ARTIGO 116 DA LEI 8666/1993. LEI ORGANICA  
MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL Nº 4465/2003.  
POSSIBILIDADE COM RESSALVAS.**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, versando em síntese sobre a possibilidade de formalização de convênio com o Serviço social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, com o objetivo de promover o desenvolvimento das ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes.
2. De acordo com as informações do ofício nº 412/2018 – DAT/SMS, o Município detém uma grande quantidade reprimida de solicitações, exames e procedimentos destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que resulta em um período de espera elevado para a realização dos procedimentos. A parceria em debate com a SEPACO é justamente para minimizar o tempo de espera dos usuários do SUS atendidos pelo Município.
3. Além disso, ressalta-se que o pretense termo não envolve qualquer transferência de recursos financeiros para a entidade, inobstante o custo estimado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
4. Há nos autos: Ofício nº 412/2018 (fls. 02/04); Minuta do Termo de Parceria (fls. 05); Cópia da Lei Orgânica (fls. 10/12).
5. Pois bem. A fundamentação constitucional para celebração de convênios entre os entes políticos e a sociedade civil, segundo a doutrina, encontra-se pautada no artigo 241, da Constituição Federal. Nesse sentido, Marçal Justen





Filho<sup>1</sup>: assevera que os "convênios são manifestações do dever de colaboração entre os entes estatais, entre si ou com a sociedade civil [...] o art. 241 da CF/1988 incentiva a sua prática". Ademais, considerando o objeto do presente caso, cita-se também o disposto no artigo 199, parágrafo primeiro, da Constituição Federal. *In verbis*:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

6. O conceito de convênio e as suas diferenças frente aos contratos administrativos foram bem esposados pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS 30.634/SP, proferido pela 2ª Turma, sob a relatoria do Min. Castro Meira, senão vejamos:

Os convênios administrativos são ajustes firmados entre pessoas administrativas, ou entre essas e particulares, cujo objetivo é a obtenção de determinados interesses em comum. Diferem dos contratos administrativos, basicamente, pela ausência de interesses contrapostos, já que o elemento principal da união entre os convenientes é a cooperação e não o lucro geralmente visado nos contratos.

7. Corroborando a possibilidade do feito, o artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes dispõe sobre o convênio administrativo, assegurando à Administração Municipal a possibilidade de formalizar as parcerias. *In verbis*:

Art. 49. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum com o Estado, a União ou as suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e entidades particulares, mediante convênio que deverá obter autorização legislativa, de igual forma para a formalização de consórcio com outros Municípios. (grifamos)

<sup>1</sup> Marçal Justen Filho. Comentários à lei de licitações e contratos Administrativo. 16ª Ed: RT, 2014, p. 1225.



8. Ainda na esfera municipal, citam-se as disposições do Decreto Municipal nº 4.465/2003, que regulamenta a celebração de convênios entre o Município e pessoas de direito privado, o qual, inclusive elenca outros requisitos imprescindíveis ao regular prosseguimento deste feito, a saber:

I) Estatuto Social e alterações posteriores, acompanhada da ata de eleição da última diretoria, devidamente arquivados no cartório competente (cópias autenticadas);

II) Balanço ou demonstração da receita e da despesa, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor referente ao exercício em que o numerário foi recebido;

III) Prova de inscrição regular perante todos os Conselhos Municipais que guardem relação direta ou indireta com a atividade desenvolvida pela mesma;

IV) Cartão do CNPJ/MF – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, em vigência;

V) Certidões negativas de débitos perante o FGTS, Previdência Social – CND/MPAS;

VI) Declaração ou atestado de regularidade expedido pela "Comissão Permanente de Fiscalização das Prestações de Conta – CPFPC", que comprove a adequada prestação de contas de todo e qualquer numerário recebido anteriormente do Poder Público, dentro do prazo de validade, ressalvado o julgamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

VII) Declaração subscrita pelo representante legal da entidade dando conta que se compromete, sob as penas da lei, a expor no quadro de avisos ou no átrio da Instituição informação acerca da origem dos recursos ali utilizados.

9. Trazendo maiores detalhamentos sobre o tema, o art. 116, da Lei nº 8.666/1993, assim preconiza:



Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – cronograma de desembolso;

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas; (...)

§ 2º. Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.(...)

10. Assim, considerando que no caso em tela pretende-se formalizar convênio junto ao SEPACO, com o objetivo de complementar os serviços realizados por meio do SUS, não visualizamos óbice ao prosseguimento do feito, desde que observados os requisitos legais que fundamentam a medida.

11. Nesse aspecto, consigna-se, ainda de acordo com a manifestação da SMS, que o plano de trabalho pertinente ainda será elaborado e posteriormente juntado aos autos, oportunidade em que deverá ser aprovado pelo Órgão competente, bem como passar pelo crivo do Conselho Municipal de Saúde. Saliencia-se que tal plano de trabalho deve estar alinhado aos requisitos dispostos no parágrafo primeiro, do artigo 116, da Lei nº 8666/1993, contemplando no mínimo, como



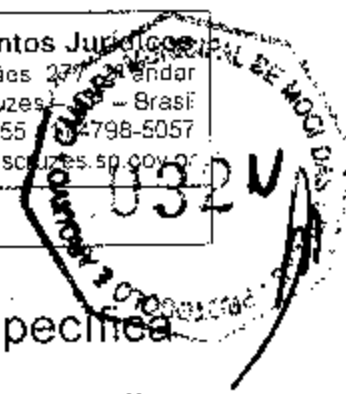
*exempli gratia*, identificação do objeto a ser executado, as metas a serem atingidas e as etapas de execução.

12. Ademais, devem ser encartadas as certidões e documentos relacionados à habilitação da pretensa parceira, tais como o estatuto da instituição e posteriores alterações, ata de assembleia que elegeu a última diretoria, comprovante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, certidão de regularidade do FGTS, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa em relação aos tributos federais, prova de regularidade fiscal junto às Fazendas Municipal e Estadual, além dos demais documentos com o condão de satisfazer o disposto no artigo 195, §3º da Constituição Federal, artigos 27 a 31 da Lei nº 8666/1993 e o Decreto Municipal nº 4.465/2003.

13. De outra banda, cumpre anotar que o feito foi devidamente justificado. Outrossim, a gratuidade do serviço é suficiente para comprovar a vantajosidade do convênio.

14. Não obstante, no tocante ao critério de escolha da entidade em testilha, bem consignou a Secretaria de Saúde, às fls. 02, dentre outros argumentos, que:

"Insta mencionar que a instituição SEPACO, é um hospital filantrópico, inaugurado em 1979, sendo referência no controle de infecção hospitalar no Brasil. Voltado para atender alta complexidade, conta com mais de 250 leitos (enfermaria, apartamento e UTI's Adulto, Neonatal e Pediátrica), um corpo clínico com sólida formação profissional em várias especialidades, além de modernos equipamentos para diagnósticos. Além do que no ano de 2000 iniciou atendimento de convênios e particulares e, atualmente com um centro de oncologia próprio uma área de hemodinâmica, ressonância magnética entre outras de alta complexidade. E em atendimento a filantropia, oferece atendimento gratuito aos pacientes por meio de Termos de Parceria, a exemplo com o Estado de São Paulo (doc. anexo) (S/C).



15. Entretanto, é necessário que a SMS apresente manifestação específica quanto aos critérios de escolha, corroborando o alegado com a documentação pertinente.

16. Desse modo, diante de todo o exposto, conclui-se que sob o aspecto jurídico-formal o pedido comporta deferimento. Todavia, inobstante a possibilidade jurídica da parceria, reitera-se que o procedimento deve observar todos os requisitos para que haja plena regularidade, pois a atual instrução contempla apenas a manifestação da SMS e a minuta do Termo que se pretende celebrar, todavia os demais documentos são imprescindíveis, conforme pontuado no presente parecer.

17. Por fim, mesmo após a correta instrução do procedimento e o crivo da Administração Municipal para formalizar o convênio, a matéria deverá ser encaminhada à Câmara Municipal para que haja a aprovação dos nobres vereadores, como bem alinhado no artigo 49, da Lei Orgânica Municipal.

18. Diante do exposto, retorne-se à Secretaria Municipal de Saúde para as devidas providências.

PGM, 14 de novembro de 2018.

**DALCIANI FELIZARDO**

Procuradora-Geral do Município



Interessado: SMS

Prec. Adm. Nº: 46.68 033

Exerc.: 2018 | Fl. nº 16



Ao

**Departamento de Apoio Técnico**

Encaminho o presente para providências subsequentes, conforme solicitado pela Procuradoria Geral do Município.

Certos de contarmos com a costumeira colaboração.

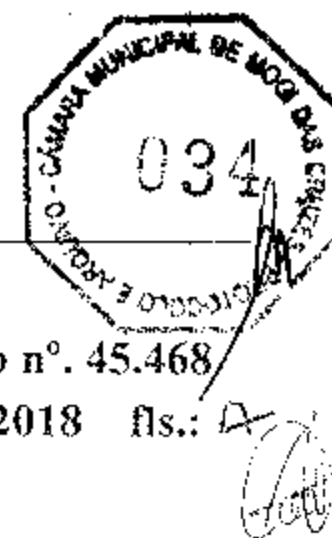
Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Saúde, 20 de novembro de 2018.

**Marcelo Delascio Cusatis**

Secretário Municipal de Saúde





Interessado : Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº. 45.468/

Exerc.: 2018 fls.: 1

Ao

Secretário

Cuida-se de expediente iniciado com o Ofício nº. 412/2018- DAT/SMS, visando a possibilidade de formalização de Termo de Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo- SEPACO, com o objetivo de promover o desenvolvimento das ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes.

O expediente tramitou para a devida análise da Procuradoria Geral do Município que em fls. 13 a 15, exarou o parecer jurídico com a seguinte Ementa :

**EMENTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO. PARÁGRAFO PRIMEIRO, ARTIGO 199, DA CONSTITUIÇÃO. ARTIGO 116 DA LEI 8666/1993. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL Nº. 4465/2003. POSSIBILIDADE COM RESSALVAS.**

Dessa feita, dos apontamentos ressalvados pela Procuradora Geral do Município, na presente análise, vimos informar que estamos juntando os documentos societário e certidões negativas de regularidade da entidade, e demais documentos que julgamos necessários, bem como o relatório do critério de escolha da mesma.

Ante todo o exposto, sugere-se o encaminhamento do expediente para a Procuradoria Geral do Município, para na sequência demais providências subsequentes ao fim que objetiva.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Mogi das Cruzes, 10 de Dezembro de 2018

Atenciosamente,

  
Odete M. Sousa

DAT/SMS

  
Andreia G. V. Godoi

Chefe de Gabinete/SMS  
Respondendo pelo DAT/SMS



Ofício 1012/18 - CDOC



Mogi das Cruzes, 04 de dezembro de 2018.

A

**Prefeitura da Cidade de Mogi das Cruzes/SP**  
Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães nº 277  
Centro Cívico, CEP 08780-000  
Mogi das Cruzes/SP

Proc. 45463/2018  
Fls. 10 SMS

A/C

**Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcus Vinicius de Almeida e Melo**

C/C

**Sr. Pedro Hideki Komura – Presidente da Câmara dos Vereadores**  
**Dr. Marcello Cusatis – Secretário Municipal da Saúde**

**Ref.: Prestação de serviços filantrópicos pelo Hospital SEPACO para a cidade de Mogi das Cruzes**

Excelentíssimo Senhor,

**O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEPACO** vem, através da presente, por seu Superintendente Geral e representante legal abaixo assinado, informar que existe interesse de nossa entidade em prestar serviços assistenciais na área de saúde para a cidade de Mogi das Cruzes, devido à nossa condição filantrópica. Esses procedimentos serão selecionados de comum acordo com a Secretaria da Saúde em quantidades limitadas dentro de nossa disponibilidade.

Essa proposta surgiu a partir do funcionamento em 2018 de nossa unidade assistencial em Mogi das Cruzes e foi inicialmente exposta por nós ao Secretário da Saúde, Dr. Marcello Cusatis, que entendeu ser viável. Esta oferta de serviços é de forma gratuita à população da região cujo encaminhamento deverá ser feito a critério da sua secretaria, gestora municipal do SUS e com o princípio da universalidade de atendimento. Esses serviços poderão ser prestados em nosso hospital na cidade de São Paulo, bem como em nossa unidade de Mogi das Cruzes, dependendo do procedimento e da disponibilidade de atendimento.

Assim sendo, o **SEPACO** ratifica sua intenção em oferecer à Cidade de Mogi das Cruzes os serviços médicos e hospitalares de qualidade, para cumprimento de nossas obrigações, previstas na legislação.

Ao ensejo, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL,  
PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEPACO**  
Rafael Antonio Parri

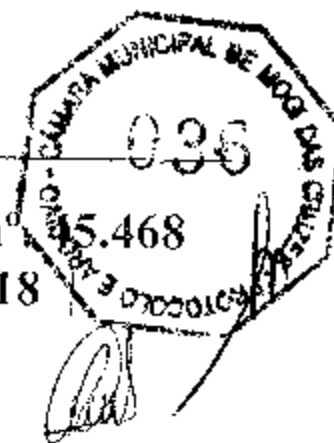
**RECEBIDO - SMS**  
Em 10/12/2018  
às 15 h 45 min

Ofício 1012/2018 CDOC



Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº 15.468  
Exerc.: 2018  
Fl. nº: 19



**JUSTIFICATIVA CRITÉRIO DE ESCOLHA PARA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO  
ENTRE O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES E SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA  
DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO- SEPACO**

Termo de Instrumento : Convênio/Parceria

Conveniente: Município de Mogi das Cruzes

Conveniada: Serviço Social da Indústria do Papel, papelão e Cortiça do estado de São Paulo- SEPACO

Considerando a Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto;

Considerando a Portaria nº 699/GM/MS, de 30 de março de 2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais do Pacto pela Vida e de Gestão;

Considerando a Portaria nº 1.097/GM, de 22 de maio de 2006, que define o processo da Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, bem como seus objetivos, pressupostos, eixos orientadores e produtos;

Considerando a Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento e;

Considerando que a celebração de vínculos formais entre gestores e prestadores de serviços de saúde tem dupla função:

- Estabelecer uma ferramenta formal de compromisso entre as partes no aspecto qualiquantitativo; e
- Garantir a legalidade dos repasses dos recursos financeiros.

Considerando que a formalização da participação complementar das entidades privadas no Sistema Único de Saúde se reveste de importância, na atividade assistencial, e deve ainda ser entendida como importante mecanismo de gestão, controle e avaliação dos serviços contratados, conforme institui a Política Nacional de Regulação, na dimensão regulação da atenção.

Considerando que o Município de Mogi das Cruzes teve um aumento demasiado em suas demandas provenientes de atendimentos a usuários pertencentes ao Município e da região do Alto Tietê, e de usuários que perderam o plano de saúde nos últimos anos devido as dificuldades financeiras, e demais outros motivos gerando aumento na fila de espera;

Que corroborando com essa assertiva, conforme fonte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o número de brasileiros com planos de saúde registrou queda pelo terceiro ano consecutivo. Em 2017, 281,6 mil pessoas deixaram de ter acesso à saúde suplementar ;

O Município além de cumprir com o seu papel de gestor municipal, arca com as responsabilidades em seus equipamentos próprios de saúde e recorre a serviços complementares de saúde para demais atendimentos necessários.



Que a pretensão do Município é atender com excelência os seus usuários. Se, por meio de contato e visita da Instituição SEPACO, ocorreu um interesse recíproco em realizar uma parceria por meio de Programa na Assistência à Saúde, que tem por objetivo estabelecer e desenvolver, em regime mútuo entre os partícipes, destinado na realização de consultas, exames e procedimentos que se encontram em demanda reprimida, visando garantir a assistência, bem como a integração social desses pacientes que estão no aguardo em espera, de forma que possa serem potencializados os mesmos.

Destaca-se que o SEPACO é uma instituição privada sem fins lucrativos, que disponibilizará serviços hospitalares para uso público sem quaisquer ônus para os usuários, sem distinção de idade, raça, sexo, cor, religião ou credo político, respeitando as proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos em vigor, nas esferas federal, estadual e municipal.

Assim, tendo em vista que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, competindo ao Município garanti-lo mediante acesso universal e igualitário às ações e serviços atinentes, em todos os níveis, bem como atendimento integral ao indivíduo, abrangendo a promoção, preservação e recuperação da saúde, este Departamento é favorável ao Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes e conforme demonstrado, que quanto aos valores, os custos operacionais de manutenção dos serviços de assistência médica hospitalar serem realizados pela SEPACO se mostram com vantagem econômica para o Município, vez que é sem ônus para a Municipalidade.

Considerando como critério objetivo viabilidade de atendimento, resta evidente a desnecessidade e a inviabilidade de licitar, conforme disposto no "caput" do artigo 25, da Lei federal 8.666/93 e posteriores alterações.

§ 2º. – O critério de conveniência de que trata o "caput" deste artigo está alicerçado no interesse público de se promover o mais célere e eficiente atendimento aos pacientes.

Com estas considerações, terminamos a presente justificativa concluindo pela formalização contratual entre o poder público e a iniciativa privada, sendo de suma importância, pois estabelece de forma clara os direitos e deveres de cada uma das partes, legitima sem o repasse de recursos públicos para o setor privado, de mecanismos de subordinação do processo de contratação às diretrizes das políticas de saúde do SUS e torna-se um forte instrumento de regulação e de avaliação dos resultados na prestação de serviços, para a realização da programação estabelecida para a assistência contidas no Plano de Trabalho parte integrante do Convênio.

Mogi das Cruzes, 10 de dezembro de 2018.

Atenciosamente,

**Odete M.Sousa**  
DAT/SMS

**Andreia G. V. Godoi**  
Chefe de Gabinete/SMS  
Respondendo pelo DAT/SMS



- III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;
- IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificativa.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema necessidade e urgência, devidamente justificados, serão executados sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e por terceiros, mediante licitação.

**ARTIGO 48 -** A permissão de serviço público, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento dos interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de concorrência pública.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as permissões e concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que os executam, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - A concorrência para a concessão de serviço público deverá ser precedida de ampla publicidade, em jornal e rádio locais, inclusive no Diário Oficial do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

**\*ARTIGO 49 -** O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum com o Estado, a União ou as suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e entidades particulares, mediante convênio que deverá obter autorização legislativa, de igual forma para a formalização de consórcio com outros Municípios.

\*(Redação conf. Emenda 02/97)

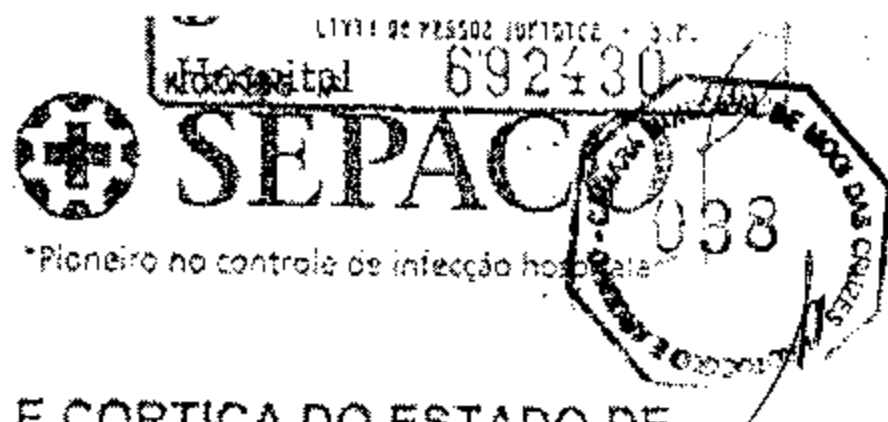
**Parágrafo Único - SUPRIMIDO - EMENDA 002/97**

## TÍTULO II

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**

Proc. 45468/18

Fls. 21 Rubr. *[assinatura]*



## SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEPACO

### ESTATUTO SOCIAL (alterado em AGE de 13.7.2015)

#### CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

**Artigo Primeiro:** O Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, aqui denominado SEPACO, CNPJ nº 60.961.422/0001-55, fundado na Capital do Estado de São Paulo em 20 de setembro de 1956, constituído por prazo indeterminado, com início efetivo de suas atividades em 2 de janeiro de 1967, é uma associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, objetivando prestar assistência médica e hospitalar em todo território nacional, aos integrantes das categorias econômicas patronais, e profissionais dos setores de papel e celulose, papelão ondulado e artefatos de papel, papelão e cortiça, sem distinção de raça, cor, ideologia política ou credo religioso, tendo sede e foro na Rua Vergueiro nº 4210, Vila Mariana, CEP 04102-900, São Paulo/SP.

**Parágrafo Primeiro:** Os serviços de assistência médica e hospitalar prestados pelo Hospital do SEPACO também podem ser oferecidos ao Sistema Único de Saúde – SUS e a pessoas carentes e necessitadas, em especial crianças, idosos e portadores de deficiência, sem distinção de qualquer natureza, independentemente de pagamento, contribuição ou doação que, por sua vez, não são vedados.

**Parágrafo Segundo:** Desde que as condições de funcionamento o permitam, o Hospital do SEPACO poderá prestar assistência médica e hospitalar ao público em geral, incluindo Operadoras de Planos de Saúde.

**Artigo Segundo:** A assistência médica referida no artigo anterior será prestada segundo as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração, de acordo com a legislação em vigor.

**Artigo Terceiro:** Para atingir suas finalidades a associação se propõe:

- (a) a manter o Hospital do SEPACO localizado na cidade de São Paulo, bem como Centros de Assistência em qualquer lugar do território nacional;
- (b) a estabelecer convênios com entidades particulares ou de direito público, inclusive, mas não apenas, com o órgão oficial do Sistema de Seguridade Social, Sistema Único de Saúde – SUS ou qualquer outro criado pelo Poder Público, objetivando a expansão e aprimoramento da assistência proporcionada; e,
- (c) a operar planos privados de assistência à saúde na modalidade de autogestão, destinados a suas associadas, estas na condição de patrocinadoras, se e quando julgar oportuno pelo Conselho de Administração.

#### CAPÍTULO II – DAS ASSOCIADAS – SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

**Artigo Quarto:** São associadas do SEPACO as pessoas jurídicas admitidas ao seu quadro social, atendidos os requisitos previstos neste Estatuto, em uma das seguintes categorias:

- (a) são associadas fundadoras as empresas de qualquer natureza jurídica, desde que integrantes das categorias econômicas dos setores de papel e celulose, papelão



*[assinatura]*

ondulado e artefatos de papel, papelão e cortiça, assim como as entidades sindicais patronais que legalmente as representem, que se associaram até o ano de inauguração do Hospital do SEPACO, ou seja, até 31/12/1979;

- (b) são associadas operacionais as empresas e entidades sindicais patronais e profissionais dos setores de papel e celulose, papelão ondulado e artefatos de papel, papelão e cortiça e de atividades afins, a critério do Conselho de Administração, que se associaram a partir de 01/01/1980;
- (c) são associadas honorárias as 4 (quatro) entidades sindicais representativas dos trabalhadores, vinculadas à base dos 3 (três) setores fundadores.

**Parágrafo Único:** As dúvidas relativas ao enquadramento e inclusões das associadas serão resolvidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo Quinto:** É direito das associadas obter para seus empregados, administradores, controladores e respectivos dependentes a assistência médica e hospitalar proporcionada pelo SEPACO, mediante pagamento integral, por quaisquer das categorias de associadas, das contribuições estabelecidas de acordo com o que for definido pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro:** São consideradas dependentes, para os efeitos deste artigo, as pessoas físicas que preencherem as condições que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo:** As 4 (quatro) entidades sindicais de trabalhadores vinculadas aos setores de papel e celulose, papelão ondulado e artefatos de papel, papelão e cortiça, representarão os interesses dos beneficiários titulares que contribuam para o custeio do plano de saúde perante o Conselho de Administração.

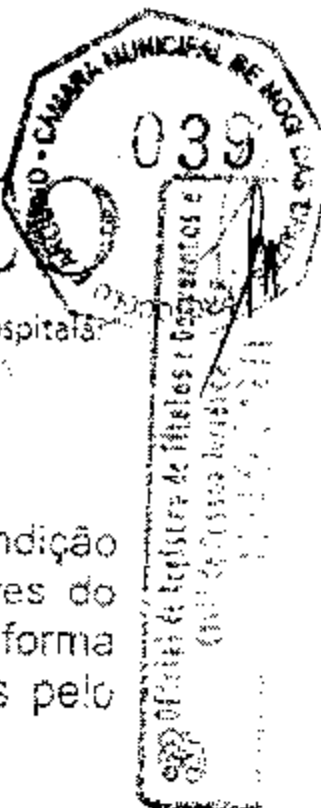
- **Artigo Sexto:** Para habilitar ou manter seus empregados, administradores, controladores e dependentes ao atendimento médico e hospitalar prestado pelo SEPACO, todas as associadas se obrigam a recolher mensalmente a contribuição devida ao SEPACO, conforme as regras definidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro:** Todas as associadas se obrigam a cumprir as disposições estatutárias do SEPACO, bem como respeitar as deliberações da Assembleia Geral e as emanadas do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo:** O sistema de contribuição será definido e aprovado pelo Conselho de Administração. Qualquer instrumento pactual em que o SEPACO não seja parte e que se relacione direta ou indiretamente aos seus serviços somente será válido se estiver de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo Sétimo:** As associadas não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

**Parágrafo Primeiro:** As associadas inadimplentes estarão sujeitas à imediata suspensão do atendimento de seus beneficiários e poderão, ainda, ser excluídas do quadro social. Contra essas decisões caberão recursos ao Conselho de Administração, que deverão ser propostos no prazo de 10 (dez) dias da suspensão do atendimento ou da exclusão, sob pena de não serem recebidos por intempestividade. Os recursos deverão ser protocolados na secretaria do SEPACO, que os submeterá ao Conselho de Administração.



**Parágrafo Segundo:** No caso de associadas que venham a perder sua condição associativa por encerramento de suas atividades, os serviços médicos e hospitalares do SEPACO somente poderão continuar sendo prestados aos seus beneficiários na forma prevista na legislação específica e desde que sejam atendidas as regras definidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro:** As associadas poderão se desligar livremente da associação por meio de comunicado escrito e protocolado na secretaria do SEPACO, mantendo, entretanto, a obrigação de quitar todas e quaisquer eventuais pendências financeiras e de gastos assistenciais.

**Parágrafo Quarto:** Qualquer que seja a forma de desligamento das associadas ser-lhes-á exigido pelo SEPACO o cumprimento de todas as obrigações assumidas, em especial o pagamento das contribuições e/ou de serviços já prestados e/ou que eventualmente ainda venham a ser prestados.

**Parágrafo Quinto:** As associadas desligadas se obrigam a manter a contribuição para o atendimento médico de seus beneficiários, ainda que ex-empregados, sempre que estes obtiverem uma decisão judicial que obrigue o SEPACO a manter ou reativar o atendimento médico e hospitalar.

### CAPÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DO SEPACO

**Artigo Oitavo:** São órgãos do SEPACO:

- (a) Assembleia Geral;
- (b) Conselho de Administração; e,
- (c) Conselho Fiscal.

### CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL

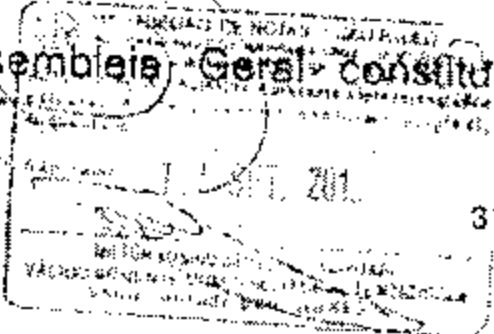
**Artigo Nono:** A Assembleia Geral será constituída pelas associadas que estejam em dia com suas obrigações sociais, e nela poderão discutir e votar os assuntos em pauta, observadas as disposições deste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro:** As associadas serão representadas na Assembleia Geral por seus representantes legais ou por procuradores devidamente documentados e terão direito ao número de votos equivalentes ao número de beneficiários (vidas) que tiver cadastrado sob sua responsabilidade no SEPACO, entre ativos e aposentados, no último dia do trimestre anterior à votação.

**Parágrafo Segundo:** Os votos relativos aos aposentados e ex-empregados serão atribuídos à última empresa associada com a qual tiveram vínculo empregatício.

**Parágrafo Terceiro:** Exceto quando representante de mais de uma empresa do mesmo grupo societário, uma pessoa não poderá votar em nome de outra empresa, mesmo que munido de procuração.

**Artigo Décimo:** A Assembleia Geral constituída pelas associadas adimplentes reunir-se-á



*[Handwritten signature]*



ordinariamente uma vez por ano até o último dia do primeiro trimestre de cada ano e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, ou ainda, mediante manifestação expressa e justificada da maioria simples dos membros desses órgãos ou 1/5 (um quinto) das associadas adimplentes.

**Parágrafo Primeiro:** A convocação se fará por meio de edital publicado em jornal, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência quando se tratar de assuntos regulares e com 3 (três) dias úteis de antecedência quando se tratar de assuntos emergenciais, mencionando a data, o local, o horário e a ordem do dia.

**Parágrafo Segundo:** O Presidente da Assembleia Geral será sempre o Presidente do Conselho de Administração do SEPACO e, em sua ausência, será substituído pelo Vice-Presidente ou por qualquer membro do Conselho de Administração, escolhido entre os Conselheiros presentes.

**Artigo Décimo Primeiro:** Compete à Assembleia Geral:

- I- Em reunião ordinária, em primeira convocação com a presença das associadas que representam, no mínimo, metade mais um do total de votos, e em segunda convocação com qualquer número dos presentes, havendo entre uma e outra o prazo de 30 (trinta) minutos:
  - (a) eleger, respeitando as indicações de cada um dos 3 (três) sindicatos patronais fundadores, por maioria simples dos votos das associadas presentes, os membros do Conselho de Administração passíveis de escolha por eleição, conforme o estabelecido no artigo décimo segundo deste Estatuto e o Conselho Fiscal; e,
  - (b) aprovar, por maioria simples dos votos das associadas presentes, o relatório e o balanço anuais apresentados pelo Conselho de Administração.
- II- Em reunião extraordinária, em primeira convocação com a presença das associadas que representam, no mínimo, metade mais um do total de votos, e em segunda convocação com qualquer número dos presentes, havendo entre uma e outra o prazo de 30 (trinta) minutos, decidir, por maioria simples dos votos das associadas presentes, os assuntos de interesse do SEPACO expressamente indicados na Ordem do Dia do Edital de convocação.
- III- Em reunião extraordinária, em primeira convocação com a presença das associadas que representam, no mínimo, metade mais um do total de votos, e em segunda convocação com a presença das associadas que representam, no mínimo, um terço do total de votos, havendo entre uma e outra o prazo de 30 (trinta) minutos:
  - (a) revogar por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos das associadas presentes, o mandato de qualquer membro dos órgãos do SEPACO; e,
  - (b) aprovar por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos das associadas presentes, as alterações estatutárias.
- IV- Em reunião extraordinária, em primeira convocação com a presença das associadas que representam, no mínimo, 2/3 (dois terços) e, em segunda convocação com a presença das associadas que representam, no mínimo, metade do total de votos,

Proc 45468

23



Hospital

SEPACO

Pioneiro no controle da infecção hospitalar



havendo entre uma e outra o prazo de 30 (trinta) minutos, decidir, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos das associadas presentes, sobre a extinção do SEPACO, a destinação de seu patrimônio social e eventuais saldos financeiros.

## CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo Décimo Segundo:** O Conselho de Administração será formado por 19 (dezenove) membros, sendo 15 (quinze) Conselheiros indicados pelas 3 (três) entidades patronais associadas e 4 (quatro) Conselheiros Honorários, indicados pelas associadas honorárias das categorias profissionais aludidas no item (c) do artigo quarto deste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro:** Os Conselheiros Honorários serão nomeados para o mesmo período de mandato dos Conselheiros eleitos.

**Parágrafo Segundo:** A entidade sindical dos trabalhadores que nomear um Conselheiro Honorário poderá, a qualquer tempo, substituir um Conselheiro que tenha indicado.

**Artigo Décimo Terceiro:** Os 15 (quinze) Conselheiros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, pela votação da maioria simples dos votos das associadas presentes ao ato, observadas as disposições deste Estatuto, inclusive mencionadas no Capítulo VIII, sendo composto com a seguinte distribuição:

- (a) 7 (sete) Conselheiros serão eleitos dentre os indicados pelo sindicato patronal do setor de papel e celulose;
- (b) 3 (três) Conselheiros serão eleitos dentre os indicados pelo sindicato patronal do setor de papelão ondulado; e,
- (c) 5 (cinco) Conselheiros serão eleitos dentre os indicados pelo sindicato patronal do setor de artefatos de papel, papelão e cortiça.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho de Administração indicará seu Presidente e Vice-Presidente dentre os Conselheiros eleitos, podendo substituí-los, depois de explicitadas as razões, pelo voto da maioria de seus membros, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a posse dos seus substitutos.

**Parágrafo Segundo:** A partir do mandato que se inicia em 24 de julho de 2015, o Presidente e o Vice-Presidente terão mandato de 4 (quatro) anos, limitado, no máximo, ao período para o qual foram eleitos Conselheiros, e não poderão ser reeleitos, ficando vedado a quem tenha ocupado o cargo de Presidente vir a ser eleito posteriormente para o cargo de Vice-Presidente. A presidência e a vice-presidência serão rotacionadas entre os 3 (três) setores, obrigatoriamente.

**Artigo Décimo Quarto:** O Conselho de Administração terá mandato de 4 (quatro) anos a partir de 24 de julho de 2015.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselheiro que, tendo sido eleito por indicação de uma associada vier a sofrer impedimento de qualquer espécie que o impeça de permanecer no cargo ou que vier a deixar a empresa antes do término de seu mandato, será substituído por outra pessoa da indicação da mesma associada ou pelo sindicato patronal da base a qual pertença, para completar o mandato do primeiro.





45468 18

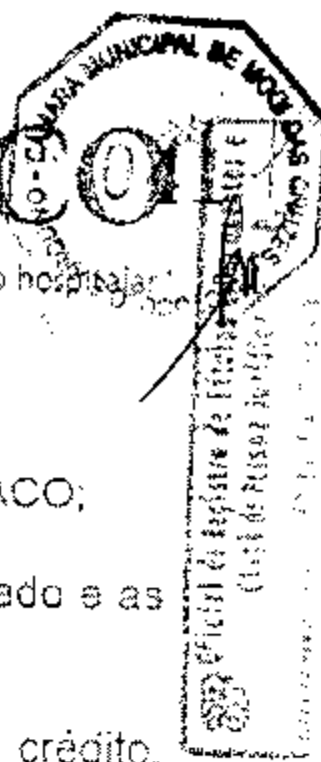
24 2501



Hospital

SEPACO

\*Pioneiro no controle de infecção hospitalar\*



- (c) estudar, planejar, instalar, orientar e fiscalizar os serviços mantidos pelo SEPACO;
- (d) exercer a administração geral do SEPACO, fazer cumprir o orçamento aprovado e as determinações do Conselho de Administração;
- (e) movimentar as contas bancárias do SEPACO em estabelecimentos de crédito, assinando cheques, ordens de pagamentos e documentos que envolvam responsabilidade financeira;
- (f) apresentar balancetes mensais e balanço anual sobre a situação econômico-financeira do SEPACO;
- (g) comprar e vender bens imóveis no interesse da entidade, dentro das condições fixadas pelo Conselho de Administração;
- (h) elaborar o planejamento estratégico e o orçamento anual;
- (i) propor ao Conselho de Administração a admissão ou exclusão de associadas;
- (j) representar ativa e passivamente o SEPACO, em Juízo e fora dele, na condição de representante legal e responsável por todos os atos e obrigações de administração da Instituição, inclusive perante a Receita Federal do Brasil, INSS, Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, além dos demais órgãos reguladores e fiscalizadores;
- (k) substabelecer seus poderes, outorgar procurações, constituir advogados, nomear prepostos e representantes, que poderão prestar depoimento pessoal e praticar todos os atos que se fizerem necessários à representação do SEPACO; e,
- (l) implantar o valor da contribuição mensal segundo o sistema de contribuição definido pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Quarto:** O Conselho de Administração deverá constituir um "Comitê Gestor" com 3 (três) de seus membros, indicados pelas 3 (três) entidades sindicais patronais fundadoras, cuja função será a de auxiliar e assessorar o Presidente do Conselho no acompanhamento da gestão do SEPACO com o Superintendente Geral, especialmente em relação aos assuntos de maior interesse da Instituição.

**Parágrafo Quinto:** O Conselho de Administração reunir-se-á com a periodicidade que estabelecer e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, deliberando pela maioria simples dos Conselheiros presentes, com o "quorum" mínimo de 10 (dez) dos seus membros.

**Artigo Décimo Sexto:** Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- (a) convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho;
- (b) cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral; e,
- (c) representar o SEPACO, tanto em Juízo como fora dele, perante qualquer pessoa jurídica pública ou privada, podendo, a seu critério, para esse fim, substabelecer seus



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

poderes, outorgar procurações, constituir advogados, nomear prepostos e representantes, que poderão prestar depoimento pessoal e praticar todos os atos que se fizerem necessários à representação do SEPACO.

**Artigo Décimo Sétimo:** Compete ao Vice-Presidente:

- (a) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos; e,
- (b) auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições.

#### **CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo Décimo Oitavo:** O Conselho Fiscal é constituído por 03 (três) membros e respectivos suplentes, dentre pessoas indicadas pelos 3 (três) sindicatos patronais, que tenham a representação de cada uma das associadas efetivas e honorárias dos setores de papel e celulose, papelão ondulado e artefatos de papel, papelão e cortiça, todos com mandato de 4 (quatro) anos, podendo o Conselho Fiscal participar, como convidado, das reuniões do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho Fiscal será eleito juntamente e na mesma forma do Conselho de Administração, cujos membros escolherão dentre si o Presidente e o Vice.

**Parágrafo Segundo:** Mediante convocação do seu Presidente, o Conselho Fiscal reunir-se-á na periodicidade que entender.

**Artigo Décimo Nono:** Compete ao Conselho Fiscal:

- (a) a fiscalização da gestão financeira; e,
- (b) assinar os balanços anuais e emitir parecer para ser apreciado pela Assembleia Geral.

#### **CAPÍTULO VII – DO PATRIMÔNIO**

**Artigo Vigésimo:** O patrimônio do SEPACO se constitui da contribuição mensal das associadas, das contribuições de quaisquer outras entidades, de subvenções do Poder Público, donativos de particulares, receitas de um modo geral, bens móveis e imóveis que possua ou venha a adquirir.

**Parágrafo Primeiro:** O SEPACO se obriga a aplicar integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, bem como aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

**Parágrafo Segundo:** Não serão distribuídos resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

#### **CAPÍTULO VIII – DAS ELEIÇÕES**

**Artigo Vigésimo Primeiro:** As eleições para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão realizadas dentro dos 90 (noventa) dias que antecedem o fim de cada mandato.



*[Handwritten signature]*

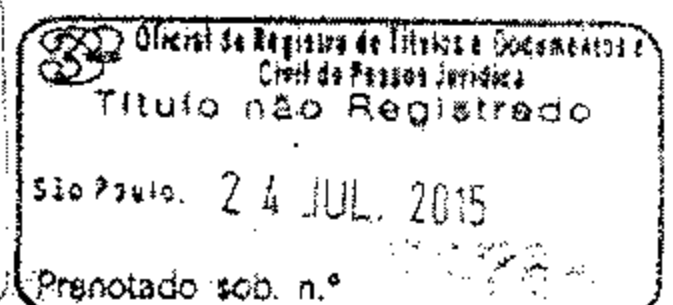
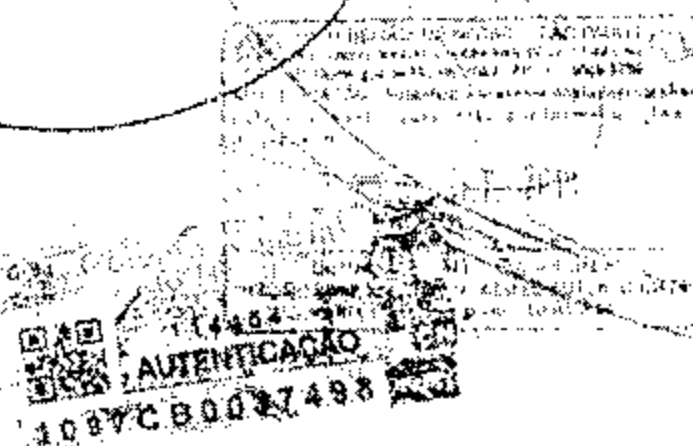
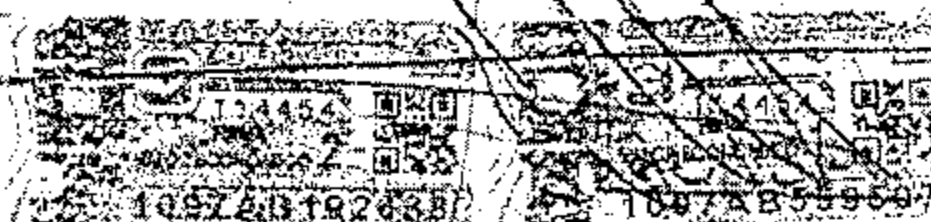




<b>Oficial de Registro de Títulos e Documentos e</b>	
<b>Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.025/0001-96</b>	
<b>Det. José Maria Salero - Oficial</b>	
Emol.	R\$ 129,34
Estado	R\$ 36,84
D. SP	R\$ 18,84
R. Civil	R\$ 6,86
T. J. SP	R\$ 6,85
M. Público	R\$ 6,25
ISS	R\$ 2,53
<b>Total</b>	<b>R\$ 209,06</b>
Selo e taxas	
Recursos averba	
Det. José Maria Salero - Oficial	
Det. Carlos Roberto Longo - Oficial	



Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONOMICO a(s) Firma(s) de: SYMESTO  
BATISTA DA COSTA, JERONIMO JOSE BANCIA RUIZ e JOSE SOARES DE OLIVEIRA, a  
qual confere com padrão depositado no cartório.  
São Paulo/SP, 24/07/2015 - 10:08:03  
Seg: ADP33101 Em Testemunho da verdade. Total R\$ 22,02  
Usd: Anderson Anderson FRANCA DE SOUSA - ESCRIVENTE





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/03/2017 | Edição: 58 | Seção: 1 | Página: 105  
Órgão: Ministério da Saúde/SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE



## PORTARIA Nº 585, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 243/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.202648/2016-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

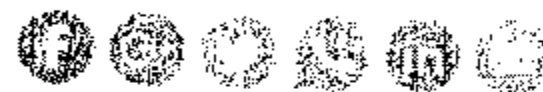
Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela aplicação em percentual superior a 20% (vinte por cento) do valor total da isenção das contribuições para a seguridade social na prestação de serviços ao SUS, sem geração de créditos, conforme o disposto no art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, CNPJ nº 60.961.422/0001-55, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada (pdf).





**Ata da REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
17 de julho de 2012 - 12 horas - Hospital do Sepaco

Aos 17 dias do mês de julho de 2012, realizou-se às 12 horas na sede do Serviço Social da Indústria do Papel, Papeirão e Cortiça do Estado de São Paulo SEPACO, à Rua Vergueiro 4210, anfiteatro, reunião do seu Conselho de Administração.

**PRESENTES NA REUNIÃO**

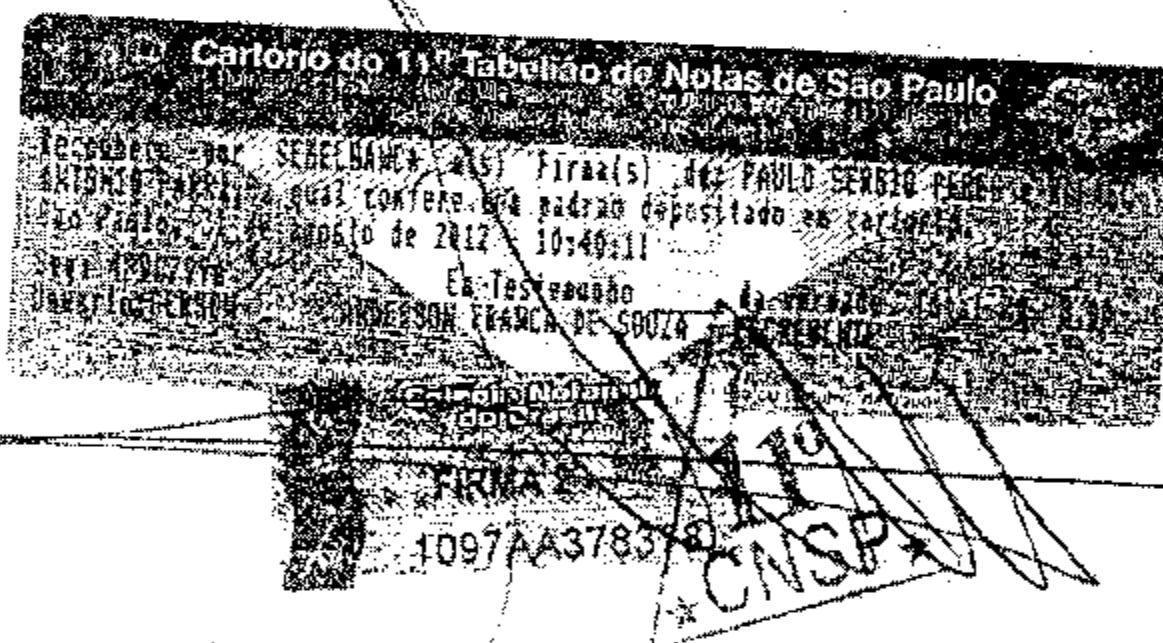
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Boris Tabacof, Elisabeth Giongo, Jerônimo J. G. Ruiz, José Frugis, Leandro S. Almeida, Luiz Alberto Banci, Paulo Sérgio Peres, Sérgio Angelucci e Synésio Batista da Costa.  
**CONSELHEIROS HONORÁRIOS:** Geraldo C. de Moraes, Israel A. de Oliveira e Ozano Pereira da Silva.  
**CONSELHO FISCAL:** Domingos Terras Filho e Vicente Minguez Pastor.  
**CONVIDADOS:** Marcelo Rutter e Julia Ruback (Cia Suzano), Rodrigo P. Caseiro (Manikraft).  
**ADMINISTRAÇÃO DO SEPACO:** Rafael Parri, Hamilton I. Fanale, Jaime A. O. Franco, João B. Nascimento, José Roberto Vieira, Dr. Linus P. Fascina, Luci Meire P. Usberco, Marcos N. Anacleto e Paulo César Lima.

Abrindo a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Paulo Sérgio Peres, agradeceu a presença de todos e solicitou aprovação da ATA da reunião anterior de 23 de maio, o que foi feito sem ressalvas.

- A reunião foi interrompida para se instaurar a Assembléia Geral Ordinária, convocada para as eleições do Conselho para o próximo mandato de 24/7/2012 a 23/7/2015. Após consulta, a votação se deu por aclamação, tendo sido eleita a chapa única - ANEXO I. A seguir o Conselho de Administração elegeu o Sr. Synésio Batista da Costa para Presidente e o Sr. Jerônimo José Garcia Ruiz para Vice Presidente do mandato de 24/7/2012 a 23/7/2015. Os membros do Conselho Fiscal elegeram para Presidente deste Conselho o Sr. Luiz Fernando Ferrari para o mesmo período. O Conselheiro José Frugis pediu para registrar seu inconformismo, comentando que o atual Presidente Paulo Peres teve um excelente desempenho e deveria continuar na Presidência por mais um mandato.
- O Presidente Paulo Sérgio Peres agradeceu o apoio recebido durante seu mandato, dizendo que está no setor há 45 anos e que aprendeu a respeitar o Sepaco cujo exemplo deve ser reconhecido mesmo fora do setor papeleiro. Mesmo na situação de aposentado do setor, continua a acreditar e respeitar o trabalho aqui feito e se coloca à disposição para continuar colaborando com a entidade. O Sr. Rafael e a Dra. Luci comentaram que o estilo usado pelo Presidente Paulo Peres de aproximação com o grupo gestor do Sepaco foi muito importante para a orientação correta e segurança que a equipe necessita para realizar os trabalhos.
- O Presidente eleito, Sr. Synésio agradeceu o apoio recebido pela sua eleição, comentou que o Sepaco tem tradição de bons serviços e tudo para consolidar essa atuação. Destacou também a presença do Dr. Boris Tabacof, que sempre teve papel importante nas decisões do Sepaco. Informou que está formando um novo Comitê Assessor que deverá contar com a participação dos ex-presidentes para assegurar continuidade na gestão da entidade. Disse também da necessidade de uma revisão nos estatutos, pois vários itens estão ultrapassados e precisam ser reconsiderados.
- O Sr. Ozano fez algumas considerações a respeito dos representantes sindicais no Conselho e o Dr. Jerônimo disse que a mudança do título de conselheiros honorários para representantes dos trabalhadores seria mais adequada, atendendo também aos pedidos do Dr. Ozano. Ficariam assim identificados os dois grupos de representação: empresas e trabalhadores.

- Nada mais tendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, informando as datas das próximas reuniões, a saber: **12 de setembro e 21 de novembro.**

Rafael Parri  
Superintendente Geral  
Secretário



3ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66  
 Praça Padre Manoel da Nóbrega, 30 - Centro - CEP. 01015-010 - São Paulo/SP

Emol.	R\$ 32,78	Protocolado e prenotado sob o n. 733.926, de 03/09/2012 e registrado, hoje, em microfilme sob o n. 643.487, em pessoa jurídica.
Estado	R\$ 9,32	
Loesp	R\$ 6,91	
R. Civil	R\$ 1,73	Averbado à margem do registro n. 642412
T. Justiça	R\$ 1,73	São Paulo, 17 de setembro de 2012
<b>Total</b>	<b>R\$ 52,47</b>	

Selos e taxas  
 Recolhidos  
 p/verba

Bel-Jean Maria Siqueira - Oficial

Bel. Francisco Roberto Lopez - Oficial 3

[illegible]

1097BK34302

45468 / 18  
28

045

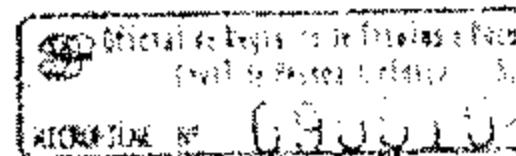
**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005.**

Aos 23 (vinte e tres) dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco (2005), às 12,30 horas, nesta Capital do Estado de São Paulo, em sua sede, situada na Rua Vergueiro, 4.210, teve início a Assembléia Geral Extraordinária do SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO, especialmente convocada para deliberar e aprovar a destituição do membro do Comitê Executivo, Dr. Pedro Di Pilla, conforme Edital de Convocação datado de 10 de novembro de 2005 e, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 12 de novembro de 2005. Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência da mesa o Dr. RUY HAIDAR, Presidente do Conselho de Administração, que convidou a mim, JERÔNIMO JOSÉ GARCIA RUIZ, para secretariar os trabalhos. Das 262 associadas com direito a voto, haviam 22 associadas presentes, sendo necessário o quorum de 1/3 (um terço), o que significa 88 associadas, razão pela qual a AGE ficou aberta até obtenção do quorum necessário. O Presidente do Conselho apresentou às associadas os fatos e a indicação para a destituição do Dr. Pedro Di Pilla conforme decisão tomada pelo Conselho. Dentro do mesmo tema foi também proposto pelo Conselho a reestruturação do Comitê Executivo da Entidade, ficando o membro remanescente Rafael Antonio Parri, como Superintendente Geral, para compor individualmente o Comitê Executivo, por prazo indeterminado, ratificando as competências do "Parágrafo 3º", do "Artigo 15º", do Estatuto Social do SEPACO, para que, como membro único realize a administração e operação do SEPACO. Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não havendo manifestação. Os associados foram convidados a votar pela aprovação das recomendações do Conselho. O Sr. Presidente declarou iniciada a votação que se estendeu até às 16,05 horas do dia 07 de dezembro de 2005, quando os convidados José Roberto Barban e José Pereira de Miranda, aferiram o quorum mínimo votante e realizaram a apuração da votação sob a fiscalização e auditoria da Sra. Lucia Aparecida Baptista Arenque. A Assembléia, por maioria absoluta (88 votos a favor e 2 abstenções), aprovou a destituição do membro do Comitê Executivo, Dr. Pedro Di Pilla e a nomeação do Sr. Rafael Antonio Parri como Superintendente Geral e membro único do Comitê, responsável pela gestão de toda a entidade. A presente foi lida e aprovada e, por todos assinada. Nada mais.

Este extracto é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Dr. Ruy Haidar  
Presidente

Jerônimo José Garcia Ruiz  
Secretário



## REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

23 de setembro de 2015 – 11 horas – Hospital Sepaco

Às 23 dias do mês de setembro de 2015, realizou-se às 11 horas na sede do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo SEPACO, à Rua Vergueiro 4210, anfitrião, reunião do seu Conselho de Administração.

### **PRESENTES NA REUNIÃO:**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Alejandro Araya, Ana Cristina B. Rodrigues, Antonio Adão S. Parra, Gerson Nogueira, Jerônimo J. G. Ruiz, Leandro S. Almeida, Marcelo Rulter, Selma Esteves e Synésio Batista da Costa.

**CONSELHEIROS HONORÁRIOS:** Geraldo C. Moraes e Iduigues F. Martins.

**CONSELHO FISCAL:** Domingos Terras Filho e Vicente Minguez Pastor.

**CONVIDADOS:** Rodrigo Pillat Caserio e Toshio Saiki.

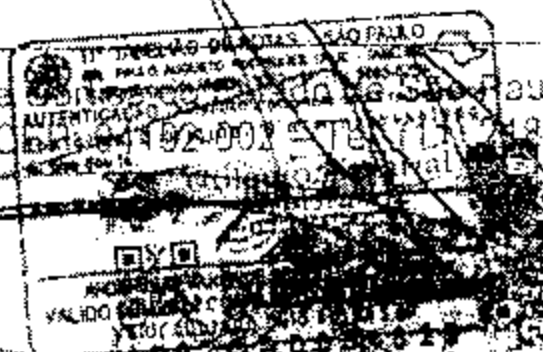
**ADMINISTRAÇÃO DO SEPACO:** Rafael Parri

**INÍCIO:** Dando início à reunião, o Presidente Synésio Batista da Costa submeteu à aprovação dos presentes a ATA da última reunião do Conselho realizada em 22 de julho de 2015, que foi aprovada sem ressalvas.

O Presidente Synésio lembrou que em 20.9.15 a entidade completou 59 anos e iremos comemorar em jantar dia 24 com a presença do Dep. Arnaldo Faria de Sá.

- O superintendente Rafael informou que a **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO**, fruto da AGE de 13.7.15 já está registrada em cartório. Devido essa alteração, é **preciso consolidar situações anteriores**. O Presidente Synésio ratifica a decisão da AGE de 23/11/2005, pela qual o Sr. Rafael Antonio Parri é contratado para exercer a gestão geral da entidade no cargo de **Superintendente Geral**, que se submete ao Conselho de Administração e é remunerado com vínculo empregatício nas condições de mercado. Todos se colocaram de acordo. Esclareceu também o Sr. Presidente que o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselheiros Honorários não recebem qualquer tipo de remuneração. Todos os presentes assentiram e ratificaram os esclarecimentos do Sr. Presidente.
- **OPERADORA NO SERVIÇO SOCIAL:** nosso advogado, Dr. Toro está solicitando registro do Sepaco como operadora na ANS e para isso é preciso o termo de adesão de todos os conselheiros. Ainda falta assinatura de um dos membros que esperamos obter em breve.
- **QUALIDADE:** dando ênfase à qualidade e controle de processos, o Sepaco adaptou sua estrutura, agrupando no mesmo departamento as atividades de: qualidade, tecnologia, processos e comunicação. Foi criado um novo site institucional: [www.sepaco.org.br](http://www.sepaco.org.br), mais interativo. Nossa acreditação pelo ONA, foi confirmada em recente visita da entidade certificadora, IBES, que considerou como um dos pontos altos da gestão a colocação de monitores baseados no portal recém instalado. As telas colocadas em salas de gestores e alguns postos de atendimento possibilitam acompanhamento on line das situações mais relevantes. O SEPACO foi ainda premiado pela revista *Healthcare Management* (grupo Mídia) pelas iniciativas em **qualidade e segurança de pacientes**. A Gartner, empresa internacional no ramo de tendências tecnológicas, nos colocou como **referência mundial no uso de TI**, pela iniciativa da utilização operacional do portal Spago BI.
- Rafael informou sobre as pendências com a **UNIMED PAULISTANA** em razão da liquidação decretada pela ANS em 2 de setembro. O Presidente Synésio comentou que estava acompanhando com o superintendente essa situação: os pagamentos estavam em dia até

Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo  
Rua Vergueiro, 4.210 – Vila Mariana – São Paulo - CEP 04152-000 - Fone: (11) 487-4620



30.8.2015. Os valores de vencimento em 01.9 (R\$ 1.026 mil) não foram pagos. O atendimento foi cancelado de imediato, mas ficamos com pacientes internados e valores a receber dos vencimentos posteriores. Temos cerca de R\$ 6 milhões de valores pendentes e estamos tomando as medidas judiciais cabíveis, incluindo a citação dos médicos cooperados. A reserva garantidora que a Unimed Paulistana fez por exigência da ANS não será suficiente para cobrir as pendências com os credores. Muitos hospitais em São Paulo estão com pendências bem superiores às nossas.

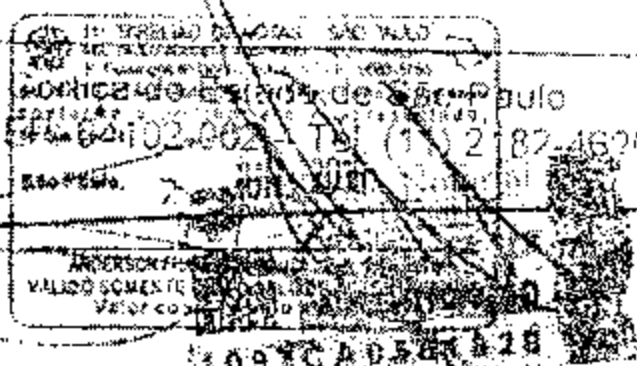
- **RESULTADOS:** Foi apresentado o resultado econômico - **ANEXO I**, comparando 2014 com 2015. O resultado consolidado de R\$ 7,2 milhões é bem superior ao de 2014 no mesmo período. O resultado financeiro, **ANEXO II**, mostra redução de R\$ 9,69 milhões na dívida líquida, apurada em R\$ 1,39 milhões no final de agosto. Rafael comentou que as empresas estão em dificuldades em razão da crise econômica, algumas estão deixando o sistema e várias solicitam redução ou estabilidade nas contribuições. O Presidente Synésio, analisando as previsões para 2015 considerou oportuno retribuir às empresas pelos esforços demonstrados na manutenção do nosso sistema. Rafael apresentou a previsão para 2015, **ANEXO III**, que considera aumento de R\$ 3 milhões em provisões para PCLD e redução de R\$ 420.000,00/mês nas contribuições, competências de setembro a dezembro. O Presidente Synésio recomendou ao conselho do SEPACO AG proporcionar uma redução temporária por 4 meses nas contribuições das empresas, estimada de 2% a 3%, o que foi aprovado por todos.
- **SEPACO SAUDE-** Rafael informa ter recebido proposta para transferir a operadora. O grupo MED SALVA que atua nas atividades de remoções e orientações a pacientes quer adquirir nossa operadora de planos de saúde. O conselho ratifica a decisão da venda da operadora, recebendo apenas os valores das reservas financeiras na ANS. Serão tiradas referências dos compradores para a confirmação da transação.
- **SITUAÇÃO - Sr. Roberto Jeha** - Rafael informou sobre problemas havidos com o atendimento à família do Sr. Roberto Jeha em razão da utilização do plano de saúde AMIL. ONÉ HEALTH, patrocinado pelo Sepaco. O Sr. Roberto obteve liminar para obrigar a AMIL a pagar por medicamento importado fora dos autorizados pela ANVISA para tratamento de sua esposa. A Amil teve que reembolsar cerca de 300 mil e irá cobrar do Sepaco conforme cláusula contratual de repassar aos usuários valores fruto de decisões judiciais. O Presidente Synésio colocou sua posição de que o Sepaco não pode ser penalizado por uma decisão dele. Os demais membros do conselho concordaram com a proposta, instruindo o superintendente a cobrar do Sr. Jeha, mesmo em esfera judicial, os valores que a Amil nos for repassar direto.
- **APOS. ÓRFÃOS.** Rafael comentou que esteve em 15.9 na audiência de conciliação com os representantes sindicais na ação de correção de valor dos aposentados órfãos. Não houve acordo e as partes aguardam a decisão do juiz.
- O conselho aprovou a inclusão de prestação de serviços de Psicologia e Nutrição como atividades secundárias na unidade de Mogi das Cruzes, S. Paulo, localizada na Rua Francisco Franco, 318, CEP 08710-590, com CNPJ 60.961.422/0002-36.

Dando por encerrada a reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos, informando que a próxima será em 18 de novembro.

Synésio Batista da Costa  
Presidente do Conselho de Administração

Rafael Parri  
Superintendente Geral

Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e  
Rua Vergueiro, 4 210 - Vila Mariana - São Paulo - CEP 05400-000 - Fone (11) 2182-4620





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>60.961.422/0001-55</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>27/04/1970</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SERV SOCIAL DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP</b>				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SEPACO</b>				PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências</b>				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências</b> <b>86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares</b>				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>				
LOGRADOURO <b>R VERGUEIRO</b>		NÚMERO <b>4210</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>04.102-900</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VL MARIANA</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>	UF <b>SP</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

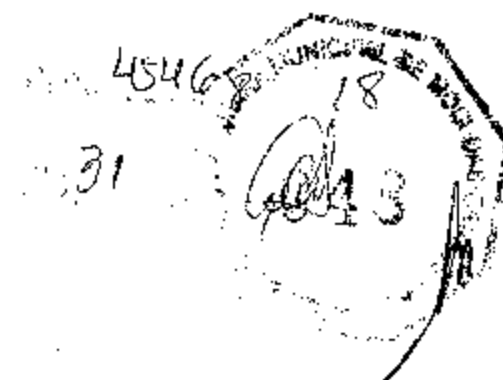
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **09/11/2018** às **11:53:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**SIVISA Sistema de Informação em Vigilância Sanitária**  
SUS - Sistema Único de Saúde  
**VIGILÂNCIA SANITÁRIA**  
SÃO PAULO



**LICENÇA DE FUNCIONAMENTO**

Nº CEVS: 355030890-861-012369-1-1

DATA DE VALIDADE: 02/05/2019

NOTA: ESTE DOCUMENTO CONTÉM 2 PÁGINA(S)

Nº PROCESSO:	001/0711/001413/2012	
Nº PROTOCOLO:	001076/2018-N01	Data do Protocolo: 01/03/2018
SUBGRUPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
AGRUPAMENTO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
ATIVIDADE ECONÔMICA-CNAE:	8610-1/01 ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR - EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS	
OBJETO LICENCIADO:	ESTABELECIMENTO	
DETALHE:	090 HOSPITAL GERAL	
RAZÃO SOCIAL:	SERVIÇO SOCIAL DA IND. DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	CNPJ ALBERGANTE:
NOME FANTASIA:	HOSPITAL DO SEPACO	
CNPJ / CPF:	60.961.422/0001-55	
LOGRADOURO:	Rua VERGUEIRO	NÚMERO: 4210
COMPLEMENTO:		
BAIRRO:	VILA MARIANA	
MUNICÍPIO:	SÃO PAULO	
CEP:	04102-900	UF: SP
PÁGINA DA WEB:		
RESPONSÁVEL LEGAL: RAFAEL ANTÔNIO FARRI		
CPF: 04531965868		CONSELHO REGIONAL: N/A
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 0		UF: SP
RESPONSÁVEL TÉCNICO: LINUS PAULING FASCINA		
CPF: 05102344889		CONSELHO REGIONAL: CRM
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 60529		UF: SP
RESPONSÁVEL TÉCNICO SUBSTITUTO: JOSE CARLOS DA SILVEIRA PINHEIRO FILHO		
CPF: 15128249840		CONSELHO REGIONAL: CRM
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 83474		UF: SP
RESPONSÁVEL TÉCNICO SUBSTITUTO: MARIA DE FÁTIMA SANTOS		
CPF: 09858856881		CONSELHO REGIONAL: CRM
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 73145		UF: SP

# LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Nº CEVS: 355030890-861-012369-1-1

DATA DE VALIDADE: 02/05/2019

## SERVIÇOS ALBERGADOS

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ALBERGADOS SOB O Nº CEVS DA ESTRUTURA ALBERGANTE - OBJETO DESTA LICENÇA:

ASSISTÊNCIA DOMICILIAR  
 ATIVIDADE DE CLÍNICA MÉDICA  
 CENTRO DE PARTO NORMAL  
 CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL  
 CIRURGIA ESTÉTICA HOSPITALAR  
 CLÍNICA / UNIDADE AMBULATORIO TIPO I  
 COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO RELACIONADA A ASSISTÊNCIA À SAÚDE (IRAS)  
 ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAL POR VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, CALOR SECO E OUTROS  
 HOSPITAL DIA  
 INTERNAÇÃO - ADULTO  
 INTERNAÇÃO - OBSTÉTRICA (MATERNIDADE)  
 INTERNAÇÃO - PEDIÁTRICA  
 LACTÁRIO  
 MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA  
 MÉTODOS GRÁFICOS EM CARDIOLOGIA  
 NEONOTÉRIO  
 NEONATOLOGIA (BERÇÁRIO) - NORMAL  
 PRONTO ATENDIMENTO  
 SERVIÇO DE ENDOSCOPIA  
 SERVIÇO DE HEMODINÂMICA  
 SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA - SND  
 SERVIÇO DE VIDEOLAPAROSCOPIA  
 SOROLOGIA  
 UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS NEONATAL  
 UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - ADULTO  
 UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - NEONATAL  
 UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - PEDIÁTRICA  
 URGÊNCIA / EMERGÊNCIA  
 URINALISE  
 VIROLOGIA

O(A) DIRETOR(A) DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE SÃO PAULO  
 CONCEDE A PRESENTE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO, SENDO QUE SEU (S) RESPONSÁVEL(IS) ASSUME (M) CONHECER A LEGISLAÇÃO  
 SANITÁRIA VIGENTE E CUMPRÍ-LA INTEGRALMENTE, INCLUSIVE EM SUAS FUTURAS ATUALIZAÇÕES, OBSERVANDO AS BOAS PRÁTICAS  
 REFERENTES ÀS ATIVIDADES E OS SERVIÇOS PRESTADOS, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE PELO NÃO CUMPRIMENTO DE TAIS  
 EXIGÊNCIAS, FICANDO, INCLUSIVE, SUJEITO (S) AO CANCELAMENTO DESTA LICENÇA.  
 ASSUMEM AINDA INTEIRA RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS PARA O EXERCÍCIO DAS  
 ATIVIDADES RELACIONADAS E DECLARAM ESTAR CIENTES DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS E OBSERVAR AS EXIGÊNCIAS  
 LEGAIS QUE VIEREM A SER DETERMINADAS PELO ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMPETENTE, EM QUALQUER TEMPO, NA FORMA  
 PREVISTA NO ARTIGO 95 DA LEI ESTADUAL 10.083 DE 23 DE SETEMBRO DE 1998.

SÃO PAULO

LOCAL

02/05/2018

DATA DE DEFERIMENTO

Código de Validação: 1528902538899

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página do Sistema de Informação em Vigilância  
 Sanitária, no endereço: <https://sivisa.saude.sp.gov.br/sivisa/cidacao/>





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
G.V.S / G.V.E. NAOR - MOGI DAS CRUZES  
PABX: 4790-7212/3755 - RAMAL 261



Processo: 001.0725.00 Data: 18/01/2011  
Interessado: Norma Rodrigues Alves  
Assunto: Retirada de documento  
Atividade(s): Retirada de documento  
Município: Mogi das Cruzes Funcionário: Norma Rodrigues Alves  
RG: 14.130.185  
1. Pedir LIGAR ANTES, para confirmar retirada na data agendada.  
2. Apresentar PROTOCOLO ORIGINAL no ato de retirada do documento solicitado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
G.V.S / G.V.E. NAOR - MOGI DAS CRUZES  
PABX: 4790-7212/3755 - RAMAL 261

Processo: 001.0725.00 Data: 18/01/2011  
Interessado: Norma Rodrigues Alves  
Assunto: Retirada de documento  
Atividade(s): Retirada de documento  
Município: Mogi das Cruzes Funcionário: Norma Rodrigues Alves  
RG: 14.130.185  
1. Pedir LIGAR ANTES, para confirmar retirada na data agendada.  
2. Apresentar PROTOCOLO ORIGINAL no ato de retirada do documento solicitado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
G.V.S / G.V.E. NAOR - MOGI DAS CRUZES  
PABX: 4790-7212/3755 - RAMAL 261

Processo: 001.0725.00 Data: 18/01/2011  
Interessado: Norma Rodrigues Alves  
Assunto: Retirada de documento  
Atividade(s): Retirada de documento  
Município: Mogi das Cruzes Funcionário: Norma Rodrigues Alves  
RG: 14.130.185  
1. Pedir LIGAR ANTES, para confirmar retirada na data agendada.  
2. Apresentar PROTOCOLO ORIGINAL no ato de retirada do documento solicitado.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

8100-0

Carteira de Identidade

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.696.385-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/SET/2003

NOME RAFAEL ANTONIO PARRI

FILIAÇÃO CESTILIO PARRI

E MAFALDA AMADEI PARRI

NATURALIDADE S. PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 09/FEV/1942

DOC. ORIGINAL SÃO PAULO SP

BARRA FUNDADA

CC: LV.B33 / FLS. 22V / N. 009889

CPF 045319658/68 PIS 10403750331

Delegado Divisionário

 SEDACO

Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO

CH J n° 69 961 422/0001-55

[illegible][illegible][illegible][illegible]

	2011	2010
Impostos	4 49.529.702	43.063.534
Contrib. Telefônica	10 588.548	
Móveis e Utensílios	10 4.783.218	3.748.131
Aparelhos e Equip. Hospitalares	10 35.843.201	30.288.416
Instrumentação Cirúrgica	50 4.556.713	3.235.387
Commodatados	20 4.470.719	4.164.626
Veículos	20 1.183.102	132.102
Imobilizantes no Arrendamento	6.889.328	6.726.784
Imobilizantes Antecipados	(42.515.160)	(42.056.521)
Total	51.823.181	86.062.281

2017	2016	2015
1.158.815	1.041.107	
(1.358.137)	(1.115.157)	
1.141.678	925.950	
2.10 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher		
88	2015	2016
1.114.624	914.186	
916.628	774.274	
1.208.613	924.271	
2.153	1.344	
454.598	324.616	
4.593	3.615	

[illegible][illegible]

[illegible]

**100** PABLO AUSTORIA S.A.-C.R. SP. (BENEF.)  
YUNIO FOMADA  
Contacto SAC -- SP. 041.9874-8

...a partir de abril, os bancos terão mais di-  
... para emprestarem. O Banco Central  
... aos 15 a crise financeira global de 2008. O  
... compulsório é a parcela dos depósitos que  
... rações Bancárias do BC. Flávio Tullio A  
... redução dos compulsórios pode acu-

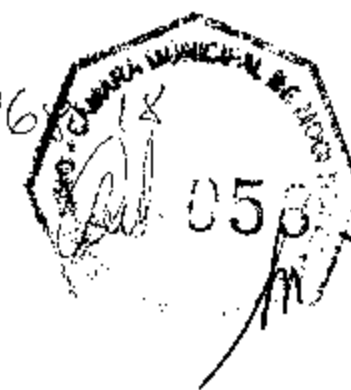
rações Bancárias do BC, Flávio Túlio Vilela, a redução dos compulsórios pode resultar na diminuição do spread bancário - diferença entre os juros que o banco paga ao investidor que empresta a ele e as taxas cobradas de quem contrai operações de crédito.

"Exemplo mais fácil: a redução do spread com os recursos estando diretamente nas instituições [financeiras] e não aqui [deposítadas no Banco Central]. Estando nas mãos das instituições, elas podem estudar a melhor forma de usar esses recursos e acreditar-se que uma parte significativa vá para o mercado de crédito", disse (ABR).

IMPRIMIR VOLTAR

4546

35



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 60961422/0001-55  
**Razão Social:** SERV SOC DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP  
**Nome Fantasia:** SEPACO  
**Endereço:** R VERGUEIRO 4210 / VILA MARIANA / SÃO PAULO / SP / 4102-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

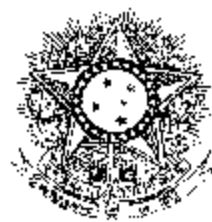
**Validade:** 14/11/2018 a 13/12/2018

**Certificação Número:** 2018111416595075885537

Informação obtida em 22/11/2018, às 09:28:54.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

45468, 18

36

Página 1



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SERV SOCIAL DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 60.961.422/0001-55

Certidão nº: 162804642/2018

Expedição: 22/11/2018, às 09:52:04

Validade: 20/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERV SOCIAL DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.961.422/0001-55**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 60.961.422

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 20329405

Data e hora da emissão 22/11/2018 09:30:52

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

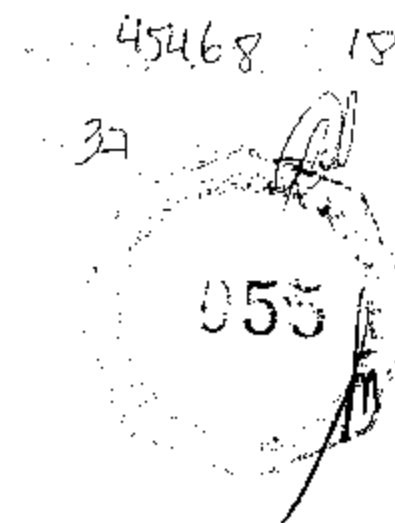
Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**



Certidão Número: 0420479 - 2018

CPF/CNPJ Raiz: 60.961.422/

Contribuinte: SERV SOCIAL DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP

Liberação: 22/08/2018

Validade: 18/02/2019

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (ocidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 1.041.184-4- Início atv :02/01/1967 (R VENEZUEIRO, 04210 - CEP: 04102-002 )

CCM 1.041.185-2- Início atv :02/01/1967 (AV RANGEL PESTANA, 01292 - CEP: 03002-000 - Cancelado em: 01/09/1978)

CCM 5.964.784-1- Início atv :10/08/2007 (R EMBUACU, 00150 - CEP: 04118-080 )

CCM 3.957.036-3- Início atv :31/01/2007 (R EMBUACU, 00150 - CEP: 04118-080 )

CCM 4.050.694-0- Início atv :23/02/2009 (R LEIXOTO GOMIDE, 00515 - CEP: 01409-001 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 09:33:44 horas do dia 22/11/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 20AC4F80

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





45468 18

39



## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que não mantemos em nossa diretoria, parentes até segundo grau de pessoas que exerçam cargos em comissão na Administração Pública Municipal.

Sem mais.

São Paulo, 14 de Novembro de 2018.

  
Hamilton Inforzato Fanale  
Gerente de Recursos Humanos

Hamilton Inforzato Fanale  
Gerente de Recursos Humanos  
Hospital Sepaco

160 961 422/0001-55

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL  
PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Vergueiro, 4210  
Vila Mariana - CEP 04102-900

L SÃO PAULO - SP



45468 18

40

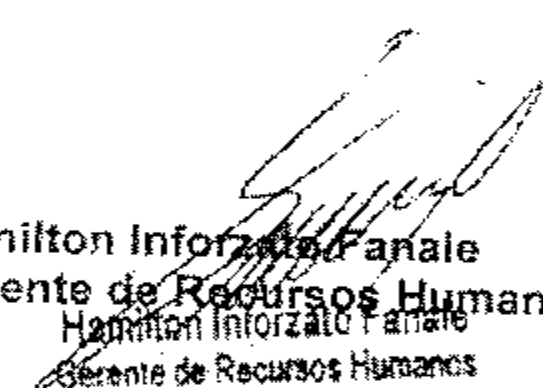


## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que não mantemos em nosso quadro funcionários que sejam parentes até segundo grau de membros da diretoria estatutária.

Sem mais,

São Paulo, 14 de Novembro de 2018.

  
Hamilton Inforzato Panale  
Gerente de Recursos Humanos  
Hospital Sepaco

60 961 422/0001-55

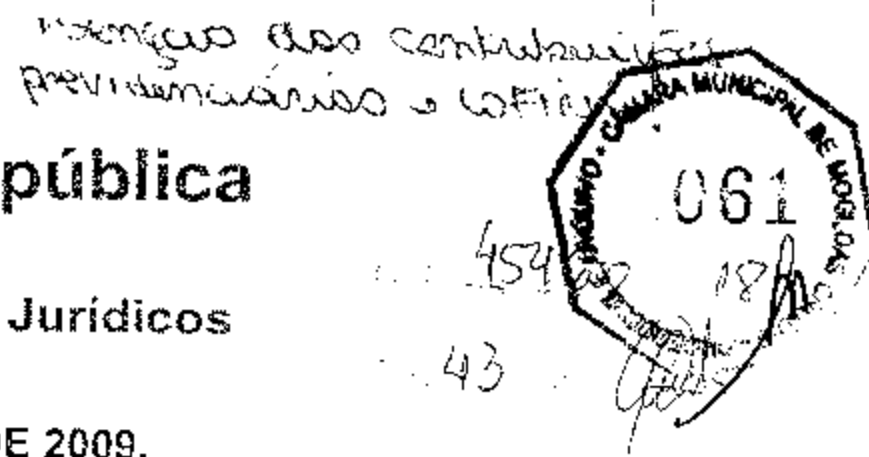
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL  
PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Vergueiro, 4210  
Vila Mariana - CEP 04102-900

SÃO PAULO - SP



Documento assinado digitalmente e autêntico MP nº 2.244-3 de 24/08/2001, que altera a  
 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - (ICP-Brasil)



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.**

Mensagem de veto

Regulamento

Vide Lei nº 12.868, de 2013

Regulamento

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 2º As entidades de que trata o art. 1º deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional.

**CAPÍTULO II**

**DA CERTIFICAÇÃO**

Art. 3º A certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, o cumprimento do disposto nas Seções I, II, III e IV deste Capítulo, de acordo com as respectivas áreas de atuação, e cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos: (Vide Lei nº 13.650, de 2018)

I - seja constituída como pessoa jurídica nos termos do **caput** do art. 1º; e

II - preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

~~Parágrafo único. O período mínimo de cumprimento dos requisitos de que trata este artigo poderá ser reduzido se a entidade for prestadora de serviços por meio de convênio ou instrumento congênere com o Sistema Único de Saúde - SUS ou com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em caso de necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema.~~

Parágrafo único. O período mínimo de cumprimento dos requisitos de que trata este artigo poderá ser reduzido se a entidade for prestadora de serviços por meio de contrato, convênio ou instrumento congênere com o Sistema Único de Saúde (SUS) ou com o Sistema Único de Assistência Social (Suas), em caso de necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema. (Redação dada pela Lei nº 12.868, de 2013)

**Seção I**

**Da Saúde**

Art. 4º Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá, nos termos do regulamento:

~~I - comprovar o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado com o gestor local do SUS;~~

I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; (Redação dada pela Lei nº 12.868, de 2013) (Vide Lei nº 13.650, de 2018)

II - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);

~~III - comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados.~~

III - comprovar, anualmente, da forma regulamentada pelo Ministério da Saúde, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. (Redação dada pela Lei nº 12.453, de 2011)

§ 1º O atendimento do percentual mínimo de que trata o **caput** pode ser individualizado por estabelecimento ou pelo conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, desde que não abranja outra entidade com personalidade jurídica própria que seja por ela mantida.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado aquele vinculado por força de contrato de gestão, na forma do regulamento.

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput**, a entidade de saúde que aderir a programas e estratégias prioritárias definidas pelo Ministério da Saúde fará jus a índice percentual que será adicionado ao total de prestação de seus serviços ofertados ao SUS, observado o limite máximo de 10% (dez por cento), conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

§ 4º Na hipótese de comprovada prestação de serviços pela entidade de saúde, sem a observância do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, que dê causa ao indeferimento ou cancelamento da certificação, o Ministério da Saúde deverá informar aos órgãos de controle os indícios da irregularidade praticada pelo gestor do SUS. (Incluído pela Lei nº 13.650, de 2018)

Art. 5º A entidade de saúde deverá ainda informar, obrigatoriamente, ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida:

I - a totalidade das internações e atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS;

II - a totalidade das internações e atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS; e

III - as alterações referentes aos registros no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Parágrafo único. A entidade deverá manter o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES atualizado, de acordo com a forma e o prazo determinado pelo Ministério da Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.453, de 2011)

~~Art. 6º A entidade de saúde que presta serviços exclusivamente na área ambulatorial deverá observar o disposto nos incisos I e II do art. 4º.~~

Art. 6º A entidade de saúde que presta serviços exclusivamente na área ambulatorial deverá observar o disposto nos incisos I e II do art. 4º, comprovando, anualmente, a prestação dos serviços no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). (Redação dada pela Lei nº 12.453, de 2011)

Art. 6º-A. Para os requerimentos de renovação de certificado, caso a entidade de saúde não cumpra o disposto no inciso III do **caput** do art. 4º no exercício fiscal anterior ao exercício do requerimento, o Ministério da Saúde avaliará o cumprimento do requisito com base na média do total de prestação de serviços ao SUS de que trata o inciso III do **caput** do art. 4º pela entidade durante todo o período de certificação em curso, que deverá ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento). (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, apenas será admitida a avaliação pelo Ministério da Saúde caso a entidade tenha cumprido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da prestação de seus serviços ao SUS de que trata o inciso III do **caput** do art. 4º em cada um dos anos do período de certificação. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

§ 2º A comprovação da prestação dos serviços, conforme regulamento do Ministério da Saúde, será feita com base nas internações, nos atendimentos ambulatoriais e nas ações prioritárias realizadas. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

Art. 7º Quando a disponibilidade de cobertura assistencial da população pela rede pública de determinada área for insuficiente, os gestores do SUS deverão observar, para a contratação de serviços privados, a preferência de participação das entidades beneficentes de saúde e das sem fins lucrativos.

# Nova Lei da Filantropia

**Por:** Thaís Iannarelli

01 Janeiro 2010 - 00h00

A partir do dia 30 de novembro de 2009, as organizações sociais se viram diante de uma mudança na legislação que afetará muito sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito à certificação das entidades beneficentes de assistência social. Nessa data entrou em vigor a lei nº 12.101/09, conhecida como a Nova Lei da Filantropia.

Uma das principais características da lei envolve os pedidos da certificação, que garante a isenção de contribuições previdenciárias patronais e sociais, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Antes, estes eram dirigidos ao

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social

● Combate à Fome (MDS); agora, os pedidos passam aos ministérios ligados à atividade da organização.

Uma instituição que atua na área da saúde, por exemplo, deve dirigir seus pedidos ao Ministério da Saúde, assim como as de educação devem se encaminhar ao Ministério da Educação (MEC).

No caso das organizações da área de educação, houve mudanças também em relação à comprovação da receita anual aplicada em gratuidades, ao atendimento aos padrões mínimos de qualidade avaliados pelo MEC e às bolsas de estudo. Já para as instituições voltadas para ações de saúde, a lei dá mais um subsídio para atingir a meta mínima de 60% de atendimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) - além das internações, poderão ser contabilizados os atendimentos ambulatoriais.


As novas regras fazem parte da pauta de 2010 para as organizações do Terceiro Setor. O seu regulamento ainda não foi divulgado, mas a Nova Lei da

Filantropia já faz parte da Constituição Federal. Por isso, as instituições já podem se preparar para fazer a adequação às novas regras previstas em lei.

Para melhor entendimento do assunto, a Revista Filantropia preparou um quadro explicativo sobre as mudanças da lei nº 12.101 e a forma como podem afetar o funcionamento das atividades das organizações.

## Aspectos contábeis da Nova Lei da Filantropia

- Muito esperada pelas instituições, a Nova Lei da Filantropia trouxe alguns aspectos que devem ser analisados pela sua aplicabilidade. Destacam-se alguns:
- o Estado incide novamente no erro de tipificar as entidades beneficentes das áreas da educação, saúde e assistência social como passíveis de serem isentas de contribuições para a Seguridade Social. O equívoco do Estado é tratar de isenção, enquanto o Excelso Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que se trata de imunidade;
- em um só diploma legal, a lei nº 12.101/09 disciplina a certificação como entidade beneficente de assistência social e a isenção de contribuições para a Seguridade Social;
- a certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstrar, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, o cumprimento das exigências contidas nas seções I, II, III e IV do capítulo II da lei nº 12.101/09, de acordo com as respectivas áreas de atuação.


 NEWSLETTER Assine gratuitamente e atualize-se semanalmente Assinar > (<http://saudebusiness.com/assine/>)

VOCÊ INFORMA ([HTTPS://SAUDEBUSINESS.COM/CANAL/VOCE-INFORMA/](https://saudebusiness.com/canal/voce-informa/))

## Mudanças na legislação para instituições filantrópicas de saúde

10 de outubro de 2012 • Leitura de 5 minutos



 Print

Para preparar os gestores dos hospitais para as alterações na legislação conforme determina a Receita Federal, que entra em vigor partir de dezembro de 2012, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano, fez conferência com José Luiz Spigolon, superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

De 8 até 11 de outubro, o INDSH – Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano realizará um treinamento com contabilistas, departamento de pessoal, financeiro, entre outros profissionais envolvidos na gestão de hospitais. “O objetivo do evento é promover a capacitação dos nossos colaboradores para que possam melhorar a administração de um hospital. Além disso, vamos abordar temas como terceiro setor e a sua legislação, humanização no ambiente de saúde e os princípios da gestão biocêntrica”, adianta José Cleber do Nascimento Costa, diretor geral da entidade.

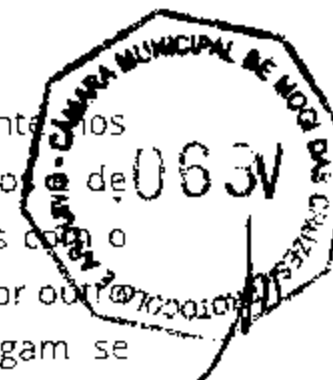
Um dos pontos destacados por José Luiz Spigolon, superintendente da CMB – Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, no encontro foi os impactos com as mudanças na legislação nas 2.100 Santas Casas e Hospitais Filantrópicos no Brasil, conforme determina a lei nº 12.101 de 2009 e o decreto nº 7.237 de 2010. Essas entidades terão de comprovar que oferecem e prestam, no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS – Sistema Único de Saúde, além de adotar padrão contábil. “Antes cada estabelecimento de saúde adotava um padrão contábil de acordo com o sistema referencial do contador”, explica.

Porém, a partir de dezembro, as entidades que não aplicarem as novas normas estão sujeitas a perda da isenção previdenciária e multa. “Atualmente a Secretaria da Receita Federal está encaminhando uma carta às instituições para que façam a autorregularização de suas contas sem que haja punições”, destaca. “A mudança é positiva, pois vai ajudar na gestão hospitalar. No entanto para atender o padrão contábil serão necessários investimentos em tecnologia e isso implicará em novos custos”, completa.

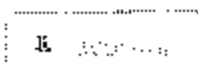
José Luiz diz que um dos perigos da perda da isenção será a multa incidir sobre o período retroativo no qual a instituição deixou de fazer a declaração correta. “Em alguns casos, o impacto da perda do benefício (que em média é de 27,8% sobre a folha de pagamento) e o valor cobrado da infração que inclui juros e outras correções levarão os hospitais a fecharem as portas”, ressalta.

Outro assunto abordado durante a conferência foi o subfinanciamento no setor público que em 2011 recebeu R\$ 9 bilhões do governo, só que os gastos atingiram R\$ 14 bilhões. “A maior parte dos custos está nos procedimentos de média complexidade que demandam uso de tecnologia. Embora as entidades filantrópicas respondam por 52% dos atendimentos do SUS, na média, de cada R\$ 100,00 que uma instituição gasta para prestar determinado serviço, ela recebe, no máximo, R\$ 65,00. Mesmo que de 30 a 40% do atendimento sejam para os planos de saúde não é suficiente para cobrir os custos”, especifica. “Em um parto, por exemplo, que custa em torno de R\$ 700, o Ministério da Saúde paga menos de R\$ 400. Já no caso dos leitos de UTI o valor pago é por volta de R\$ 450, sendo que em regiões como no sudeste a diária cobrada chega a R\$ 1.500”, acrescenta.





O cenário político de atenção à saúde também foi destacado pelo superintendente da CMB. "Infelizmente nos próximos dez anos, não vejo nenhuma grande mudança quanto ao financiamento dos hospitais filantrópicos e melhorias no setor. Até mesmo porque a presidente Dilma em seus discursos fala que 'é preciso fazer mais com o mesmo'. Em uma parte, ela tem razão. É necessário melhorar a gestão dos hospitais e dos gestores do SUS; por outro lado, com a introdução de novas tecnologias, é importante que os estabelecimentos de saúde consigam se modernizar".



Deixe uma resposta

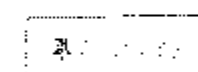
Você precisa estar logado para comentar

[Fazer login](#)

MERCADO ([HTTPS://SAUDEBUSINESS.COM/CANAL/MERCADO/](https://saudebusiness.com/canal/mercado/))

## Dasa avança com expectativa de venda da empresa

Por Niviane Magalhães 10 de outubro de 2012 • Leitura de 3 minutos



Em meio ao anúncio de compra da J.P.L.S.P.E. Empreendimentos e Participações (JPL), acionista controlador da Amilpar, pela americana UnitedHealth Group Incorporated (UHG), as ações da Dasa – Diagnósticos da América (DASA3), empresa de medicina diagnóstica, dispararam 5,54%, liderando as altas no Ibovespa. A UHG irá adquirir 820.758.710 ações ordinárias de emissão da JLP por R\$ 6,5 bilhões, que tem como principal controlador Edson de Godoy Bueno. "Ele tinha 63,8% das ações como controlador da Amil e 1,64% como investidor individual. Mas o grande destaque é que Edson de Godoy Bueno detém 12% da Dasa, mostrando que, se ele vendeu a Amil, pode vender também a Dasa", explica a equipe de análise da Planner Corretora. Além disso, se juntar o percentual dele com o de sua ex-mulher, Dulce Pugliesi de Godoy Bueno, a fatia na Dasa

sobe para 23%. No comunicado divulgado nesta segunda-feira (8/10), a UHG irá realizar ainda oferta pública de aquisição das ações (OPA) de emissão da Amilpar para todos os acionistas da companhia em igualdade de condições às aquelas acordadas com os acionistas controladores. "A alta de hoje da Amil é especificamente por causa dessa oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas. É um ajuste da taxa de risco até a OPA", pontua a equipe. Há pouco, as ações da companhia (AMIL3) subiam 14,39%. A UHG informou também que pode fechar o registro de companhia aberta da Amil na BM&FBOvespa. "Isso já está certo. Só falta a aprovação do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] e da ANS [Agência Nacional de Saúde]". Em relação às outras empresas ligadas ao setor de saúde que se valorizam neste pregão, a equipe de análise da Planner diz que essa compra realizada pela maior empresa de seguros de saúde dos Estados Unidos, mostra que o segmento no Brasil está melhorando. "O aumento da renda do brasileiro nos últimos anos fez com que ele se preocupasse mais com a saúde, realizando diversos exames", completa. Diante disso, as ações deste segmento, que antes eram avaliadas de segunda linha, passam a ser observadas com alto rendimento. Neste sentido, os papéis da Tempo Participações (TEMP3) e da Qualicorp (QUAL3) avançavam 3,26% e 3,39%, respectivamente. Com alta menos expressiva, as ações do Fleury (FLRY3) apreciavam 1,16%. Os analistas da Planner Corretora explicam que as ações do Fleury já vêm de forte alta

**PLANO DE TRABALHO**  
- DESCRIÇÃO -

ANEXO  
**1/5**

**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo  
**2 - ENDEREÇO:** Rua Vergueiro, 4.210 V. Mariana - São Paulo / SP.  
**3 - EXERCÍCIO:** 4 - CNPJ: 609614220001-55 5 - N° DO PROCESSO:  
**6 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

**7- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO E JUSTIFICATIVO:**

Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população deste Município.

**TABELA DE SERVIÇOS:**

CODIGO DO PROCEDIMENTO	SERVIÇO
02.01.01.041-0	Biópsia de Próstata
02.01.01.003-8 / 02.01.01.047-0	Biópsia de Tireoide
02.01.01.058-5	Biópsia de Mama
02.09.01.003-7	Endoscopia

46

45468



# PLANO DE TRABALHO - DESCRIÇÃO -

ANEXO  
1/5

30903025 / 30902045	Cardíaca Adulto
30903025	Cardíaca Infantil
02.05.02.004-6	Ultrassonografia – Abdômen
02.05.02006-2	Ultrassonografia – Articulações
02.05.01.004-0	Ultrassonografia – Doppler
02.05.02.009-7	Ultrassonografia – Mamas
02.05.02.016-0	Ultrassonografia – Pélvico
02.05.02.010-0	Ultrassonografia – Próstata Abdominal
02.005.02.011-9	Ultrassonografia – Próstata TR
02.05.02.005-4	Ultrassonografia – Renal
02.05.05.012-7	Ultrassonografia – Tireoide
02.05.02.018-6	Ultrassonografia – Transvaginal

OS PROCEDIMENTOS MENSAIS SERÃO REALIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DOS PACIENTES ATENDIDOS.

45468.18

43



**PLANO DE TRABALHO**  
- DESCRIÇÃO -

ANEXO  
**1/5**

**8 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, 01 de Fevereiro de 2019.**

**Presidente**

45468 18  
48



**PLANO DE TRABALHO**  
- DETALHAMENTO -

ANEXO  
2/5

**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

**2 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria -- Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde -- SUS.

**3 - DESCRIÇÃO DETALHADA DA AÇÃO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas por SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **PARCEIRO** e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde -- SUS.
- Disponibilizar o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO**.
- Disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde -- SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema Integrado de Gestão de Atendimento -- SIGA, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do cartão Nacional de Saúde -- CNS.
- Os procedimentos constantes neste relatório deverão também ser encaminhados em meio magnético, segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS), através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPI), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo (APAC) e/ou da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para SMS -- Gerência de Processamento, com observação de não geração de créditos e conforme o cronograma de entrega estipulado pela mesma.
- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da SMS a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO**, deixando-o à disposição da SMS.



## PLANO DE TRABALHO - DETALHAMENTO -

ANEXO  
2/5

- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, e não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.
- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes, ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes, ou a seus representantes legais, sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente, ou de seu representante legal, de consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da **SMS** o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela **SMS**.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

45468 18

50

068

**PLANO DE TRABALHO**  
- DETALHAMENTO -

ANEXO  
**2/5**

**HORÁRIO ATENDIMENTO**

Conforme disponibilização das agendas

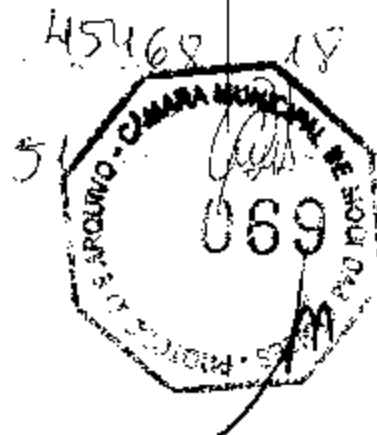
**REMUNERAÇÃO**

Sem ônus para Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes.

**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, 01 de Fevereiro de 2019.**

Presidente



	<p align="center"><b>PLANO DE TRABALHO</b></p> <p align="center"><b>- METAS E RESULTADO A SEREM ATINGIDOS/EXECUÇÃO DO OBJETO</b></p>	<p align="center"><b>ANEXO</b></p> <p align="center"><b>3/5</b></p>
--	--	---

<p><b>1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo</b></p>
<p><b>2 - PROJETO/AÇÃO: Termo de Parceria</b> – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.</p>
<p><b>2.1- RECURSOS: ( X ) SEM ÔNUS</b></p>

<p><b>3 - Cronograma de execução:</b></p>								
<table border="1"> <tr> <td><b>3.1 Meta</b></td> <td><b>3.2 Especificação da Ação</b></td> <td><b>3.6. Previsão de Execução</b></td> </tr> <tr> <td>100% de atendimentos agendados</td> <td>Enviado mensalmente com o nome, data, procedimento do SUS dos pacientes atendidos</td> <td>Conforme disponibilizado em agenda.</td> </tr> </table>	<b>3.1 Meta</b>	<b>3.2 Especificação da Ação</b>	<b>3.6. Previsão de Execução</b>	100% de atendimentos agendados	Enviado mensalmente com o nome, data, procedimento do SUS dos pacientes atendidos	Conforme disponibilizado em agenda.	<p align="center"><b>Início: A contar da data da assinatura do instrumento.</b></p>	
<b>3.1 Meta</b>	<b>3.2 Especificação da Ação</b>	<b>3.6. Previsão de Execução</b>						
100% de atendimentos agendados	Enviado mensalmente com o nome, data, procedimento do SUS dos pacientes atendidos	Conforme disponibilizado em agenda.						

<p><b>4 - AUTENTICAÇÃO</b></p> <p align="center"><b>MOGI DAS CRUZES, 01 de Fevereiro de 2019.</b></p>	<p align="center">_____ Presidente</p>
---	--



45168 18

52



# PLANO DE TRABALHO

- ETAPAS OU FASES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO -

ANEXO

4/5

**1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**

**2 - PROJETO/AÇÃO: Termo de Parceria** – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **PARCEIRO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3 - CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO**

## 3.1- META

100% de atendimentos agendados

## 3.2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Número de atendimento mensal

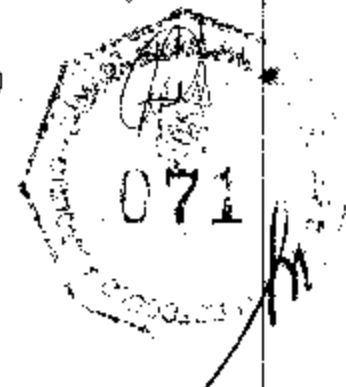
**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, 01 de Fevereiro de 2019.**

\_\_\_\_\_  
Presidente

45468 18

53



**PLANO DE TRABALHO**  
**- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - 2019**

ANEXO

**5/5**

**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

**2 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

**3 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:** Não haverá ônus financeiro para o Município.

**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, 01 de Fevereiro de 2019.**

\_\_\_\_\_  
Presidente





Interessado: SEPACO

Proc. Adm. Nº: 45468

Exerc.: 2018 | Fl. nº: 073



À

**Procuradoria Geral do Município**

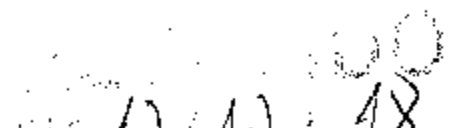
Tendo em vista o exposto pelo Departamento de Apoio Técnico, retornamos o presente para análise e manifestação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**Secretaria Municipal de Saúde, 11 de dezembro de 2018**

  
**Marcello Delascio Cusatis**  
**Secretário Municipal de Saúde**

  
12/12/18  
10:40:00





**Processo nº 45.468/2018**

**Interessada: Secretaria Municipal de Saúde - SMS**

1. Retorna o presente expediente a esta Procuradoria, tendo em vista a documentação encartada às fls. 16/54, versando sobre a formalização de convênio com o Serviço social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, com o objetivo de promover o desenvolvimento das ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes.
2. Denota-se que foi anexada a justificativa de escolha, a documentação relativa à habilitação da pretensa parceira e o respectivo plano de trabalho. Entretanto, inobstante o complemento da instrução processual e o encaminhamento do expediente, compete a esta Procuradoria informar que não vislumbra dúvida jurídica que possa ser dirimida no presente momento, haja vista que o parecer exarado às fls. 13/15 já opinou pela possibilidade jurídica do pedido.
3. Desse modo, desde que a Secretaria interessada realize a devida análise documental do procedimento (verifique a validade das certidões, ata de eleição e os demais documentos apresentados), seja aprovado o respectivo plano de trabalho e se obedeça ao rito de encaminhamento dos autos à Câmara Municipal nos termos do artigo 49, da Lei Orgânica Municipal, reiteramos a possibilidade de prosseguimento do feito. Assim, sugere-se que o expediente somente seja encaminhado à PGM após a confecção da minuta elaborada pela Secretaria de Governo, para aprovação do texto nos moldes do parágrafo único, do artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/1993.
4. Diante do exposto, retorne-se à Secretaria Municipal de Saúde para as devidas providências.

PGM, 17 de dezembro de 2018.

**FILIPPE AUGUSTO LIMA HERMANSON CARVALHO**

Procurador-Chefe do Consultivo Geral

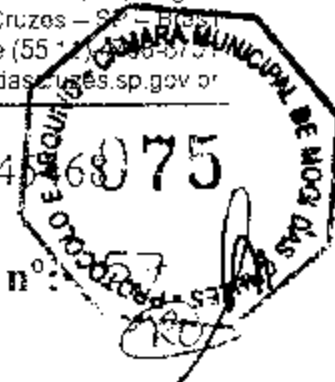
OAB/SP 272.882



**Interessado:** Secretaria de Saúde

**Proc. Adm. N°:** 468075

**Exerc.:** 2018 Fl. n°: 0057



**Assunto:** Proposta de parceria - SEPACO

**Ao**

**Departamento de Apoio Técnico**

Tendo em vista a manifestação da Procuradoria Jurídica em despacho retro, encaminhamos o presente para prosseguimento dos trâmites.

Certos da costumeira colaboração.

Atenciosamente.

**Secretaria Municipal de Saúde, 18 de dezembro de 2018.**

**Marcello Delascio Cusatis**

Secretário Municipal de Saúde



Interessado : Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº. 45.468

Exerc.: 2018 fls.: 58

Ao

Secretário

Restituímos o presente expediente que versa sobre a formalização de Termo de Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo- SEPACO, com o objetivo de promover o desenvolvimento das ações conjuntas de prevenção , promoção, recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes.

Conforme consta nos respectivos autos o referido expediente já havia tramitado para a análise da Procuradoria Geral do Município que após a análise que em fls. 13 a 15, exarou o parecer jurídico pela possibilidade com ressalvas. A Secretaria de Saúde por sua vez atendeu prontamente os apontamento e remeteu novamente para a Procuradoria que após a análise, **reiterou a possibilidade do prosseguimento do feito** desde que esta pasta realizasse a análise dos documentos e aprovação do plano de trabalho e que obedecesse ao rito do encaminhamento dos autos à Câmara Municipal nos termos do art. 49 da Lei Orgânica Municipal e demais providências de praxe.

Dessa feita, seguem encartados o complemento dos documentos necessários apontados pela Procuradora Geral do Município.

Ante todo o exposto, sugere-se o encaminhamento do expediente para as demais Secretarias que se revelarem necessárias para o fim que objetiva.

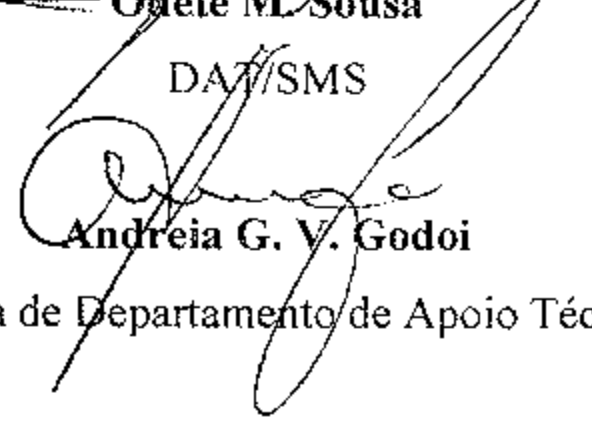
Sendo o que tínhamos para o momento,

Mogi das Cruzes, 25 de Janeiro de 2019

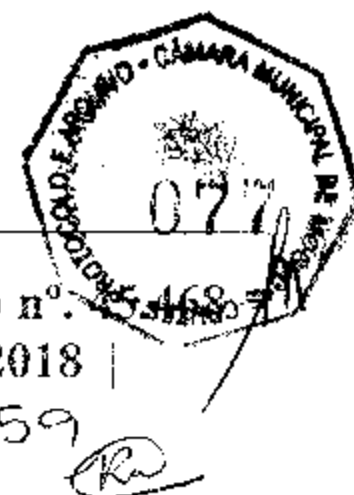
Atenciosamente,

  
Odete M. Sousa

DA7/SMS

  
Andreia G. V. Godoi

Diretora de Departamento de Apoio Técnico



Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº: 468/2018

Exerc.: 2018

Fl. nº: 59

**JUSTIFICATIVA CRITÉRIO DE ESCOLHA PARA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO  
ENTRE O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES E SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA  
DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO- SEPACO**

Termo de Instrumento : Convênio/Parceria

Conveniente: Município de Mogi das Cruzes

Conveniada: Serviço Social da Indústria do Papel, papelão e Cortiça do estado de São Paulo- SEPACO

Considerando a Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto;

Considerando a Portaria nº 699/GM/MS, de 30 de março de 2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais do Pacto pela Vida e de Gestão;

Considerando a Portaria nº 1.097/GM, de 22 de maio de 2006, que define o processo da Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, bem como seus objetivos, pressupostos, eixos orientadores e produtos;

Considerando a Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento e;

Considerando que a celebração de vínculos formais entre gestores e prestadores de serviços de saúde tem dupla função:

- Estabelecer uma ferramenta formal de compromisso entre as partes no aspecto qualiquantitativo; e
- Garantir a legalidade dos repasses dos recursos financeiros.

Considerando que a formalização da participação complementar das entidades privadas no Sistema Único de Saúde se reveste de importância, na atividade assistencial, e deve ainda ser entendida como importante mecanismo de gestão, controle e avaliação dos serviços contratados, conforme institui a Política Nacional de Regulação, na dimensão regulação da atenção.

Considerando que o Município de Mogi das Cruzes teve um aumento demasiado em suas demandas provenientes de atendimentos a usuários pertencentes ao Município e da região do Alto Tietê, e de usuários que perderam o plano de saúde nos últimos anos devido as dificuldades financeiras, e demais outros motivos gerando aumento na fila de espera;

Que corroborando com essa assertiva, conforme fonte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o número de brasileiros com planos de saúde registrou queda pelo terceiro ano consecutivo. Em 2017, 281, 6 mil pessoas deixaram de ter acesso à saúde suplementar ;

O Município além de cumprir com o seu papel de gestor municipal, arca com as responsabilidades em seus equipamentos próprios de saúde e recorre a serviços complementares de saúde para demais atendimentos necessários.



Que a pretensão do Município é atender com excelência os seus usuários SUS, e que por meio de contato e visita da Instituição SEPACO, ocorreu um interesse recíproco em realizar uma parceria por meio de Programa na Assistência à Saúde, que tem por objetivo estabelecer e desenvolver, em regime mútuo entre os partícipes, destinado na realização de consultas, exames e procedimentos que se encontram em demanda reprimida, visando garantir a assistência, bem como a integração social desses pacientes que estão no aguardo em espera, de forma que possa serem potencializados os mesmos.

Destaca-se que o SEPACO é uma instituição privada sem fins lucrativos, que disponibilizará serviços hospitalares para uso público sem quaisquer ônus para os usuários, sem distinção de idade, raça, sexo, cor, religião ou credo político, respeitando as proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos em vigor, nas esferas federal, estadual e municipal.

Assim, tendo em vista que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, competindo ao Município garanti-lo mediante acesso universal e igualitário às ações e serviços atinentes, em todos os níveis, bem como atendimento integral ao indivíduo, abrangendo promoção, preservação e recuperação da saúde, este Departamento é favorável ao Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes e conforme demonstrado, que quanto aos valores, os custos operacionais de manutenção dos serviços de assistência médica hospitalar serem realizados pela SEPACO se mostram com vantagem econômica para o Município, vez que é sem ônus para a Municipalidade.

Considerando como critério objetivo viabilidade de atendimento, resta evidente a desnecessidade e a inviabilidade de licitar, conforme disposto no "caput" do artigo 25, da Lei federal 8.666/93 e posteriores alterações.

§ 2º. – O critério de conveniência de que trata o "caput" deste artigo está alicerçado no interesse público de se promover o mais célere e eficiente atendimento aos pacientes.

Com estas considerações, terminamos a presente justificativa concluindo pela formalização contratual entre o poder público e a iniciativa privada, sendo de suma importância, pois estabelece de forma clara os direitos e deveres de cada uma das partes, legítima sem o repasse de recursos públicos para o setor privado, de mecanismos de subordinação do processo de contratação às diretrizes das políticas de saúde do SUS e torna-se um forte instrumento de regulação e de avaliação dos resultados na prestação de serviços, para a realização da programação estabelecida para a assistência contidas no Plano de Trabalho parte integrante do Convênio.

Mogi das Cruzes, 25 de janeiro de 2019.

Atenciosamente,

  
Odete M. Sousa  
DAT/SMS

  
Andreia G. V. Godoi  
Diretora de Departamento de Apoio Técnico





Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº. 45.468

Exerc.: 2018 | Fl. nº: 60

**PARECER SOBRE PLANO DE TRABALHO**Termo de Instrumento : Convênio/ParceriaConveniente: Município de Mogi das CruzesConveniada: Serião Social da Indústria do Papel, papelão e Cortiça do estado de São Paulo-SEPACO

A SEPACO é uma instituição privada sem fins lucrativos, que disponibilizará serviços hospitalares para uso público sem quaisquer ônus para os usuários, sem distinção de idade, raça, sexo, cor, religião ou credo político, respeitando as proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos em vigor, nas esferas federal, estadual e municipal.

A SEPACO apresentou o Plano de Trabalho destinado à atendimento com recursos humanos e técnicos próprios aos usuários do SUS, oferecendo serviços de saúde que se enquadrem nas especialidades ofertadas.

Os serviços ofertados serão realizados nas unidades disponibilizadas da SEPACO.

São ofertadas consultas médicas, procedimentos e exames. A SEPACO, demonstra como se darão os atendimentos, qual a quantidade ofertada dos serviços de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde.

O gestor, em seu papel regulamentador e fiscalizador acompanha e avalia a prestação dos serviços de acordo com o que é pactuado no Plano de Trabalho, assim como acompanha o cumprimento das metas nele estabelecidas em conformidade com as diretrizes técnicas e operacionais.

Destacamos que a formalização contratual entre o poder público e a iniciativa privada, é de suma importância, pois estabelece de forma clara os direitos e deveres de cada uma das partes, e **NÃO HAVERÁ NENHUM ÔNUS PARA O SETOR PÚBLICO**. Torna-se um forte instrumento de regulação e de avaliação dos resultados na prestação de serviços, para a realização da programação estabelecida para a assistência contidas no Plano de Trabalho parte integrante do Convênio.

Outrossim, destacamos que apesar do Plano de Trabalho constar a oferta em cirurgia cardíaca infantil e adulto, tais procedimentos são de alta complexidade, não sendo de competência do Município, tampouco referência para o Município, e que os mesmos foram ofertados para situações muito específicas em atendimento eventual ordem Judicial.

Portanto, tendo em vista que o Anexo Plano de Trabalho, o mesmo se encontra dentro dos parâmetros estabelecidos entre as partes e está de acordo e atende dentro de suas limitações parte das necessidades do órgão gestor e com a capacidade operacional da entidade, e que portanto, este Departamento é favorável à Termo de Convênio e aprova o plano de trabalho.

Mogi das Cruzes, 25 de Janeiro de 2019.

Atenciosamente,

**Sandra Maria Bertaioli**  
Regulação -DAT/SMS**Andréia G. V. Godói**

Diretora de Departamento de Apoio Técnico

**PLANO DE TRABALHO**  
- DESCRIÇÃO -

ANEXO  
**1/5**

**1 - NOME DA ENTIDADE:** Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

**2 - ENDEREÇO:** Rua Vergueiro, 4.210 V. Mariana - São Paulo / SP.

**3 - EXERCÍCIO:** **4 - CNPJ:** 609614220001-55 **5 - Nº DO PROCESSO:**

**6 - PROJETO/AÇÃO:** Termo de Parceria - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

**7- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO E JUSTIFICATIVO:**

Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população deste Município.

**TABELA DE SERVIÇOS:**

CODIGO DO PROCEDIMENTO	SERVIÇO
02.01.01.041-0	Biópsia de Próstata
02.01.01.047-0	Tireoide/ Paratireoide - PAAF
02.01.01.058-5	PAAF (Punção Aspirativa por Agulha Fina) - Biópsia de Mama
02.09.01.003-7	Endoscopia Digestiva Alta

Proc 245468/18

Fls 61 Rubr 020





PREFEITURA DE  
**MOGI DAS CRUZES**

## PLANO DE TRABALHO - DESCRIÇÃO -

ANEXO  
**1/5**

30903025 / 30902045	Cardíaca Adulto
30903025	Cardíaca Infantil
02.05.02.004-6	Ultrassonografia – Abdômen Total
02.05.02006-2	Ultrassonografia – Articulações
02.05.01.004-0	Ultrassonografia – Doppler Colorido de Vasos
02.05.02.009-7	Ultrassonografia – Mamas Bilateral
02.05.02.016-0	Ultrassonografia – Pélvico
02.05.02.010-0	Ultrassonografia – Próstata Abdominal
02.005.02.011-9	Ultrassonografia – Próstata TR
02.05.02.005-4	Ultrassonografia – Renal
02.05.05.012-7	Ultrassonografia – Tireoide
02.05.02.018-6	Ultrassonografia – Transvaginal

OS PROCEDIMENTOS MENSAIS SERÃO REALIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DOS PACIENTES ATENDIDOS.

Proc 45468/18

Fls 62 Rubr



**8 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

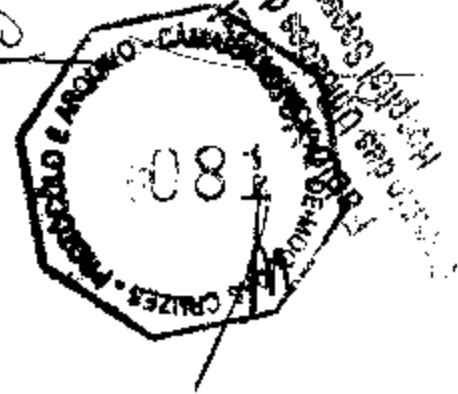
**TESTEMUNHAS**

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45468 18

Fls 63 Rubr *flu*



**1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**

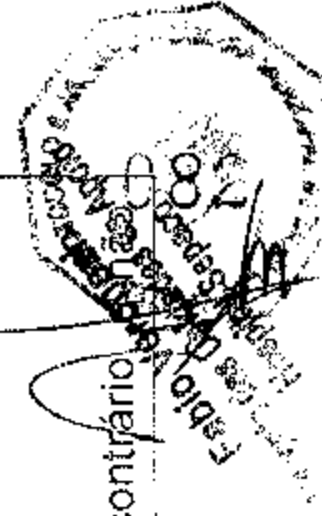
**2 - PROJETO/AÇÃO: Termo de Parceria** – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **PARCEIRO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3 - DESCRIÇÃO DETALHADA DA AÇÃO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas por SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **PARCEIRO** e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Disponer o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO**.
- Disponer os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema Integrado de Gestão de Atendimento – SIGA, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do cartão Nacional de Saúde – CNS.
- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da **SMS** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO**, deixando-o à disposição da **SMS**.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário.

45468/18

64 Rubr. *Ru*



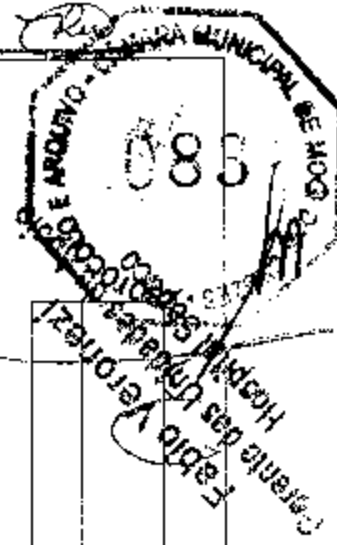
utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.

- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes, ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes, ou a seus representantes legais, sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente, ou de seu representante legal, de consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da **SMS** o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela **SMS**.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

**HORÁRIO ATENDIMENTO**  
Conforme disponibilização das agendas

**REMUNERAÇÃO**

Sem ônus para Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes.



**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

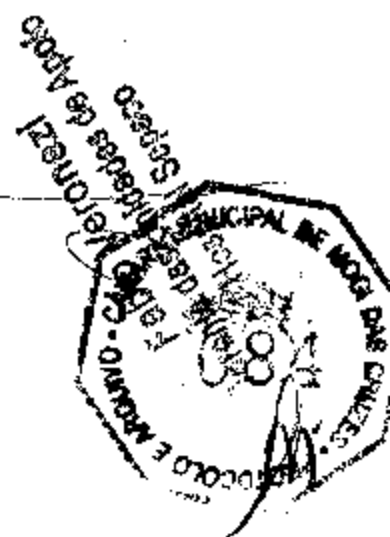
**TESTEMUNHAS**

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45.468/18

Fis 66 Rubr Ru





PREFEITURA DE  
**MOGI DAS CRUZES**

**PLANO DE TRABALHO**

**- METAS E RESULTADO A SEREM ATINGIDOS/EXECUÇÃO DO OBJETO**

**ANEXO  
3/5**

**1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**

**2 - PROJETO/AÇÃO: Termo de Parceria** – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**2.1- RECURSOS: ( X ) SEM ÔNUS**

**3 - Cronograma de execução:**

3.1 Meta	3.2 Especificação da Ação	3.6. Previsão de Execução
100% de atendimentos agendados	Enviado mensalmente com o nome, data, procedimento do SUS dos pacientes atendidos	Conforme disponibilizado em agenda.

**Início: A contar da data da assinatura do instrumento.**

**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

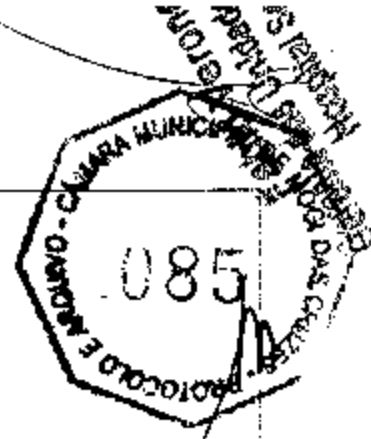
TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45468/18

Fls 67 Rubr. *du*







PREFEITURA DE  
MOGI DAS CRUZES

**PLANO DE TRABALHO**  
- ETAPAS OU FASES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO -

ANEXO  
**4/5**

**1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**

**2 - PROJETO/AÇÃO: Termo de Parceria** – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3 – CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO**

<b>3.2 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO</b>	
<b>3.1- META</b> 100% de atendimentos agendados	Número de atendimento mensal

**4 – AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45468/18

Fls 68 Rubr Ru



**1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**

**2 - PROJETO/AÇÃO: Termo de Parceria** – Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO: Não haverá ônus financeiro para o Município.**

**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

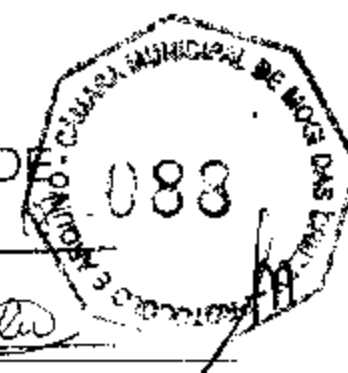
TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Proc 45468 / 18

Fls 69 Rubr 



**PARECER TÉCNICO JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE ECONÔMICA**

O presente expediente trata da proposta para a celebração do novo Convênio a ser firmado entre o Município de Mogi das Cruzes e Serviço Social da Indústria do Papel, papelão e Cortiça do estado de São Paulo-SEPACO, que visa sobre o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população deste Município.

Dessa forma, o convênio contém os interesses das partes convenientes, se resume a um só, convergindo absoluta e inteiramente para um único objetivo, em que os esforços são envidados, existem repartições de atribuições e responsabilidades, agregando as contribuições e colaborações, sempre na mesma direção para um único fim, de recíproco interesse, o qual nenhuma outra instituição é capaz de realizar no Município, o que motivou a opção por essa modalidade do convênio.

Há que se ressaltar ainda, que o Poder Público, na realização da celebração do Convênio, se resguarda em assegurar que a entidade SEPACO mantenha equipamentos satisfatórios pelos órgãos competentes de fiscalização; dispõe de capacidade técnica necessária à implantação e funcionamento, tenha prestado contas de aplicação de valores repassados ou auxílio anteriormente recebido sem vícios insanáveis, sempre em prol do interesse público.

Temos que, a SEPACO possui os recursos para a execução dos seus serviços, e que não haverá nenhum ÔNUS para o Município para os trabalhos ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em razão dos serviços efetivamente prestados, de acordo com o Plano de Trabalho.

Assim, se mostram com vantagem econômica para o Município, vez que auxiliará nas demandas existentes no Município as quais apresentam filas de espera e que se fosse realizada a contratação de serviços complementares com o setor público oneraria os cofres públicos.

Destarte, para ilustrar, podemos observar na tabela abaixo um comparativo do valor dos procedimentos/exames.

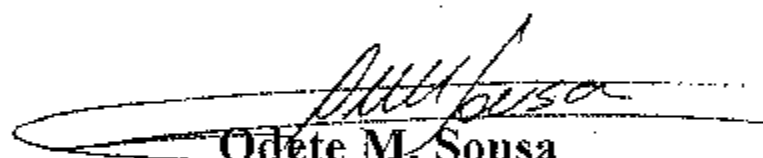
CIRURGIAS HOSPITAL GERAL	PARTICULAR (Valor médio)	PREÇO SUS
Artroscopia	R\$ 4.000,00	
Consulta p/ Cirurgia Artroscopia	R\$ 200,00	
Cardiaca Adulto	R\$ 7.098,16	-
Cardiaca Infantil	R\$ 4.072,78	



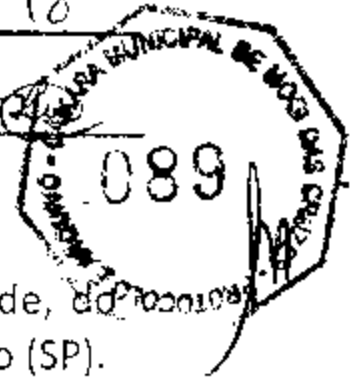
EXAMES	PARTICULAR (Valor médio)	PREÇO SUS
Endoscopia	R\$ 296,40	R\$ 48,16
Ultrassonografia todos os exames solicitados		R\$ 24,20
Biópsias de Próstata	R\$ 300,00	R\$ 92,38
Biópsias de Mama	R\$ 300,00	R\$ 45,83
Biópsias de Tireóide	R\$ 300,00	R\$ 23,73

Ante o exposto, com estas considerações, terminamos a presente justificativa concluindo pela viabilidade da celebração do novo Convênio.

Mogi das Cruzes, 25 de Janeiro de 2019.

  
Odete M. Sousa  
SMS/DAT

**Andreia G. V. Godoi**  
Diretora – Departamento de Apoio Técnico/SMS



## PORTARIA Nº 585, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 243/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.202648/2016-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela aplicação em percentual superior a 20%(vinte por cento) do valor total da isenção das contribuições para a seguridade social na prestação de serviços ao SUS, sem geração de créditos, conforme o disposto no art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, do Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, CNPJ nº 60.961.422/0001-55, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União – DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

IMPRIMIR VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 60961422/0001-55  
**Razão Social:** SERV SOC DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP  
**Nome Fantasia:** SEPACO  
**Endereço:** R VERGUEIRO 4210 / VILA MARIANA / SÃO PAULO / SP / 4102-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/01/2019 a 15/02/2019

**Certificação Número:** 2019011713034867423680

Informação obtida em 24/01/2019, às 11:48:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

Proc 45468/18

Fls 73 Rub



### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 60.961.422

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 20966992

Data e hora da emissão 24/01/2019 11:50:03

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)

45468/18

74 febr 2019



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SERV SOCIAL DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST DE SP**  
**CNPJ: 60.961.422/0001-55**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:28:01 do dia 28/12/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/06/2019.

Código de controle da certidão: **7BDA.B592.4863.3F7D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**DELIBERAÇÃO Nº 081 DE DEZEMBRO DE 2018**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua 283ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de outubro de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Municipal 6.843 de 08 de outubro de 2013 e Lei Municipal 7.301/2017.

Proc 45468/18

Fls 75 Rubr (Ru)

**RESOLVE:**

1. APROVAÇÃO DA ATA 283;
2. APROVAR AS SUBVENÇÕES 2019: **ASETE- ASSOCIAÇÃO SOCIAL PARA EDUCAÇÃO E TRATAMENTO DOS EXCEPCIONAIS** (PROCESSO.:46.147/2018); **REDE DE COMBATE AO CÂNCER GUIOMAR PINHEIRO FRANCO DE MOGI DAS CRUZES** (PROCESSO.:46.085/18); CENTRO DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA JOYCE DE MELLO YAMATO – **CEJOY** (PROCESSO.:46.198/2018); ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS PORTADORES DE FISSURAS LÁBIO PALATAIS DE MOGI DAS CRUZES- **APAFI** (PROCESSO: 46.380/2018); ASSOCIAÇÃO DO ALTO TIETÊ DE PORTADORES DE DOENÇAS NEUROLÓGICAS AUTO IMUNES- **ESCLEROSE MÚLTIPLA DE MOGI DAS CRUZES- GATEM** (PROCESSO: 46.231/2018); ASSOCIAÇÃO DE RENAIIS CRÔNICOS DO ALTO TIETÊ- **ARCAT** (PROCESSO: 46.121/2018); CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE APOIO AO PACIENTE COM CÂNCER- **CECAN** (46.406/2018);
3. APROVAR O PLANO DE AÇÃO E METAS DST-AIDS 2019;
4. APROVAR O PAGAMENTO DA SVO, MEDIANTE AO PARECER DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE A CONSTAR NO PROCESSO SVO Nº 46.382/2018;
5. APROVAR CONVÊNIO COM SEPACO;
6. APROVAR A CONTINUIDADE DO GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES "PREFEITO WALDEMAR COSTA FILHO", POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
7. APROVAR A INDICAÇÃO DA CONSELHEIRA MARIA MENINA DE JESUS, PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (DOS CONTRATOS DO HOSPITAL MUNICIPAL, UPA I, UPA II E UNIDADE JARDIM UNIVERSO E JUNDIAPEBA), EM SUBSTITUIÇÃO A CONSELHEIRA EDNA CRISTINA DE ANDRADE;

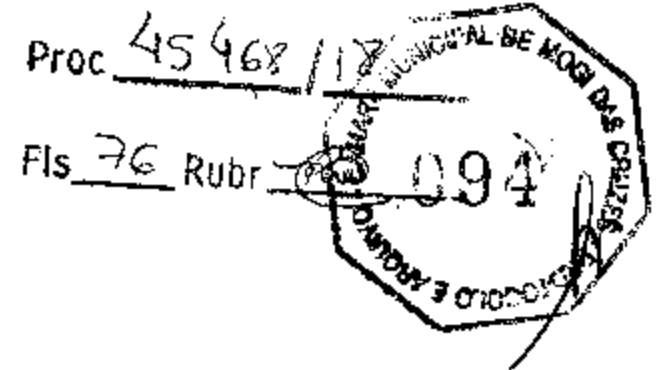
Renata Sakashita  
Secretária Executiva

Rosângela Debora da Cunha  
Gestora do Conselho Municipal de Saúde



Prefeitura  
de Mogi das Cruzes

## MINUTA



### TERMO DE CONVÊNIO Nº \*\*\*\*

Processo Nº

PARTICIPES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES -  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE e  
O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL,  
PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
- SEPACO.

OBJETO DO CONVÊNIO:

Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção,  
promoção, recuperação da saúde da população  
deste Município.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, por meio da **Secretaria Municipal da Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.523.270/0001-88 com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.392.148/0001-10, representado pelo Prefeito **Marcus Vinicius de Almeida e Melo**, portador da CIRG nº 18.787.869-9 e do CPF nº 156.468.568-83, referendado pelo Secretário Municipal de Saúde, **MARCELLO DELASCIO CUSATIS**, portador do RG nº 27.022.163-3 SSP/SP e do CPF nº 265.142.358-08, e o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEPACO**, doravante designado **CONVENIADA**, associação beneficente, filantrópica, com finalidades não econômicas, de assistência médica e hospitalar, com sede na Rua Vergueiro nº 4210, Vila Mariana, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 60.961.422/001-55, neste ato representado por seu Superintendente Geral, Sr. **RAFAEL ANTONIO PARRI**, portador do RG nº 2.696.385 SSP/SP e do CPF nº 045.319.658-68, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, consoante despacho autorizatório exarado à fl. \*\* do processo administrativo nº \*\*\*\*\*, publicado no DOC de \*\*.2018, pág. \*\*, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** tem por objetivo somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município, conforme o ANEXO I – PLANO DE TRABALHO, apresentado e



Prefeitura  
de Mogi das Cruzes

devidamente aprovado pela área técnica responsável pela avaliação e acompanhamento do convênio, sem que haja qualquer ônus à Municipalidade. O **TERMO DE CONVÊNIO** é a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pela **CONVENIADA**, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Parágrafo Único** – O Plano de Trabalho será ajustado, conforme as necessidades, de comum acordo entre as Partes, podendo ser celebrado Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS**

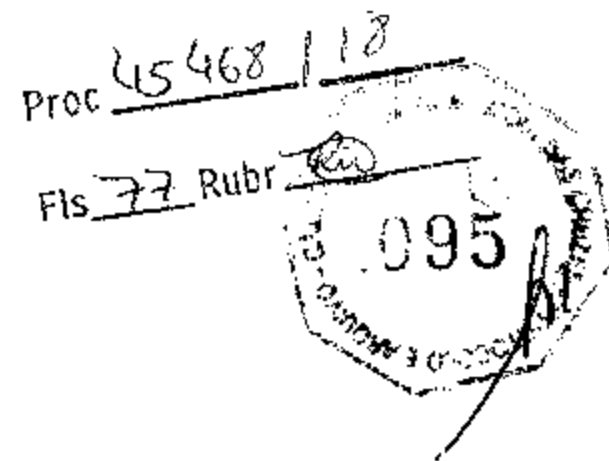
A meta do presente **TERMO DE CONVÊNIO** é o atendimento descrito no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas por SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura da **CONVENIADA** e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema MV, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do cartão Nacional de Saúde – CNS.
- Os procedimentos constantes neste relatório deverão também ser encaminhados em meio magnético, segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS), através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPI), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo (APAC) e/ou da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para SMS – Gerência de Processamento, com observação de não geração de



Prefeitura  
de Mogi das Cruzes



- créditos e conforme o cronograma de entrega estipulado pela mesma.
- Comunicar de imediato a Gerencia de Controle da **SMS** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.
  - Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO DE CONVÊNIO**, deixando-o à disposição da **SMS**.
  - Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.
  - Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
  - Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, e não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.
  - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
  - Justificar aos pacientes, ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
  - Esclarecer aos pacientes, ou a seus representantes legais, sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
  - Respeitar a decisão do paciente, ou de seu representante legal, de consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
  - Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da **SMS** o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
  - Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela **SMS**.
  - Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
  - Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SMS**

- Realizar o acompanhamento administrativo do presente **TERMO DE CONVÊNIO** e encaminhar as alterações que se fizerem necessárias.



Prefeitura  
de Mogi das Cruzes

- Manter o arquivo da documentação deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Realizar treinamento dos profissionais da conveniada, quando necessário, para efetivação dos registros das informações da produção – CIHA
- Orientar a **CONVENIADA** sobre a programação da agenda dos Sistemas de Informação do Município e do Ministério da Saúde e disponibilizá-la para agendamento e registro de procedimentos.
- Disponibilizar a **CONVENIADA** os Sistemas de Informação para processamento da produção.
- Monitorar, analisar e avaliar o desempenho da conveniada, por meio dos dados gerados no sistema MV, quais sejam: disponibilização de agenda, registro de atendimento, absenteísmo etc.
- Receber mensalmente, em meio magnético, ou eletrônico, dentro do prazo legal e conforme cronograma, a produção dos procedimentos informados no CIHA
- Encaminhar declaração anual de cumprimento de metas.
- Encaminhar a contratada relatório de evidencia de transmissão dos atendimentos ao Ministério Público.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- Os profissionais envolvidos na consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** manterão seus vínculos com a Conveniada, sem que haja qualquer previsão de remuneração extraordinária por parte da **SMS**.
- Os serviços ora acordados serão prestados por profissionais, devidamente incluídos no banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

§ 1º. Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento da **CONVENIADA**:

I – membro de seu corpo clínico.

II – profissional que tenha vínculo de emprego com o **CONVENIADA**

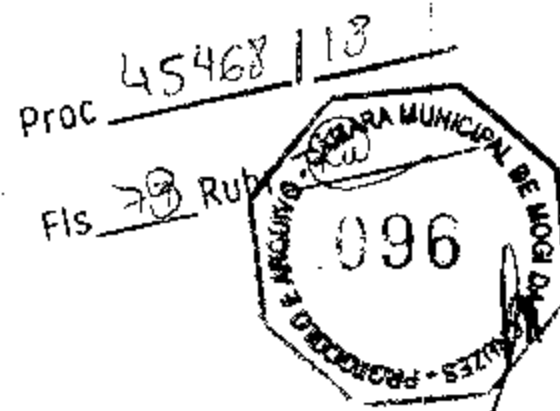
III – profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço o **CONVENIADA**, ou seja, por este autorizado a fazê-lo.

§ 2º. Equipara-se ao profissional autônomo definido no item III do § do 1º, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades nas área de saúde.

§ 3º. É de responsabilidade exclusiva e integral da **CONVENIADA** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício,



Prefeitura  
de Mogi das Cruzes



cujos ônus, e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SMS.

- A SMS não reembolsará a **CONVENIADA** por eventuais custos de ampliação de sua equipe técnica, em função da execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONVENIADA**

A **CONVENIADA** será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos da SMS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe, todavia, assegurado o direito de regresso.

**Parágrafo Primeiro** – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste **TERMO DE CONVÊNIO** por órgãos da SMS não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONVENIADA**.

**Parágrafo Segundo** – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A **CONVENIADA** deverá arcar diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste **TERMO DE CONVÊNIO**, não haverá, em hipótese alguma, qualquer tipo de repasse financeiro a **CONVENIADA** pela SMS em função do desenvolvimento das atividades objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**Parágrafo Primeiro** – A **CONVENIADA** encaminhará a SMS, mensalmente, um relatório discriminando os custos das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** é celebrado pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura deste, devendo ambas as partes se reunirem para renovação do mesmo.



Prefeitura  
de Mogi das Cruzes



### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Restam acordadas entre as Partes as seguintes disposições:

- I. Tendo apresentado a **CONVENIADA** as certidões de regularidade perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Municipalidade de Mogi das Cruzes, obriga-se a atualizá-las periodicamente durante o prazo de vigência deste convênio;
- II. Aplica-se ao presente **TERMO DE CONVÊNIO**, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 e as disposições contidas na legislação municipal, ficando eleito o foro de Mogi das Cruzes para dirimir as dúvidas decorrentes deste ajuste;
- III. Alterações no presente **TERMO DE CONVÊNIO** são possíveis mediante acordo entre as Partes;
- IV. Extrato do presente **TERMO DE CONVÊNIO** será publicado no Diário Oficial do Município no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as Partes o presente **TERMO DE CONVÊNIO** em quatro (04) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo, \*\* de \*\*\*\*\* de 2018.

\_\_\_\_\_  
**MARCELLO DELASCIO CUSATIS**  
**SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

\_\_\_\_\_  
**RAFAEL ANTONIO PARRI**  
**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO – SEPACO**

**TESTEMUNHAS:**



Interessado: SEPACO

Proc. Adm. Nº: 45468

Exerc.: 2018 | Fl. nº: 79

**Senhor Prefeito**

Trata-se de elaboração de Termo de Parceria a ser realizada entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do estado de São Paulo - SEPACO, sem ônus para a Municipalidade, considerando o que segue:

O objetivo do referido Termo é estabelecer e desenvolver, em regime mútuo entre os partícipes, destinado na realização de consultas, exames e procedimentos que se encontram em demanda reprimida, visando garantir a assistência, bem como integração social dos pacientes que estão em lista de espera, conforme exposto pelo Departamento de Apoio Técnico na inicial;

Análise e parecer técnico jurídico anexo de fls. 13 à 15, ratificado às fls.56, que opina pela possibilidade de realização da parceria, mas com observações dos itens pertinentes a esta, sanadas pelo Departamento de Apoio Técnico com o encarte da documentação solicitada de fls. 18 à 54;

Aprovação do Conselho Municipal de Saúde, conforme cópia da Deliberação Nº 081, de dezembro de 2018 (vide fls. 75);

Solicitamos a Vossa Excelência, autorização para elaboração do Termo de Parceria, conforme acima exposto

**Secretaria Municipal de Saúde, 29 de janeiro de 2019.**

**Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho**

**Secretário Municipal de Saúde**

**DESPACHO. VISTO.**

Cumpridas as condições indicadas no supra aludido parecer, face solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, autorizo o prosseguimento dos trâmites visando à formalização da parceria. Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Governo para as devidas providências, observadas as formalidades legais e de estilo.

GPE, 31 de janeiro de 2019.

**MARCUS MELO**

Prefeito de Mogi das Cruzes



**MINUTA - rbm****PROJETO DE LEI**

45.468/18

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo - SP, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, em consonância com as respectivas obrigações, limites, plano de trabalho e demais características do mencionado instrumento, estabelecidos na minuta anexa, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

**Art. 2º** Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências que se fizerem necessárias à execução do Convênio a que alude o artigo 1º desta lei, inclusive formalizar termos aditivos que tenham por objeto efetuar eventuais ajustes, adequações e/ou prorrogações direcionadas para consecução de sua finalidade.

**Art. 3º** O objeto do Convênio de que trata o artigo 1º desta lei não resultará na transferência de recursos financeiros entre os partícipes e será executado com recursos materiais e humanos já incorporados ao orçamento ordinário do Conveniado, no que concerne às obrigações a ele cometidas.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, ..... de ..... de 2019, 458º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

**MARCUS MELO**  
Prefeito de Mogi das Cruzes

SGov/rbm



Prefeitura de Mogi das Cruzes

**ANEXO AO PROJETO DE LEI****CONVÊNIO Nº ...../.....**

Processo nº ...../.....

**PARTÍCIPIES:**

**O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO.**

**OBJETO DO CONVÊNIO:**

**Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município.**

**O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.523.270/0001-88, com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante designada **SMS**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, **Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho**, portador da CIRG nº 11.778.524-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 651.103.668-53 e, de outro lado, o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO**, doravante designado **CONVENIADO**, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, de assistência médica e hospitalar, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, neste ato representado por seu Superintendente Geral, Sr. **Rafael Antonio Parri**, portador da CIRG nº 2.696.385-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.319.658-68, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, consoante despacho autorizatório exarado às fls. .... do Processo Administrativo nº ...../....., publicado no ..... de ...../...../....., pág. ...., que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** tem por objetivo somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município, conforme o anexo **PLANO DE TRABALHO**, apresentado e devidamente aprovado pela área técnica responsável pela avaliação e acompanhamento do convênio, sem que haja qualquer ônus à Municipalidade, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **CONVENIADO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.



45468 - 18

*Prefeitura de Mogi das Cruzes***CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 2**

**Parágrafo único.** O Plano de Trabalho será ajustado, conforme as necessidades, de comum acordo entre os partícipes, podendo ser celebrado o respectivo Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS METAS:**

A meta do presente **TERMO DE CONVÊNIO** é o atendimento descrito no anexo **PLANO DE TRABALHO**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas pela **SMS** e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **CONVENIADO** e/ou unidades próprias da **SMS**, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde - SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré-definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema MV, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do Cartão Nacional de Saúde - CNS.
- Os procedimentos constantes neste relatório deverão também ser encaminhados em meio magnético, segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde - SUS, através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPI), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo (APAC) e/ou da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para **SMS** - Gerência de Processamento, com a observação de não geração de créditos e conforme o cronograma de entrega estipulado pela mesma.
- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da **SMS** no caso da ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO DE CONVÊNIO**, deixando-o à disposição da **SMS**.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, e não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.



45468-18

83

Prefeitura de Mogi das Cruzes

**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 3**

- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes ou aos seus representantes legais sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente ou de seu representante legal, de consentir ou recusar a prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da SMS, o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar, além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela SMS.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SMS:**

- Realizar o acompanhamento administrativo do presente **TERMO DE CONVÊNIO** e encaminhar as alterações que se fizerem necessárias.
- Manter o arquivo da documentação deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Realizar treinamento dos profissionais do **CONVENIADO**, quando necessário, para efetivação dos registros das informações da produção - CIHA.
- Orientar o **CONVENIADO** sobre a programação da agenda dos Sistemas de Informação do Município e do Ministério da Saúde e disponibilizá-la para agendamento e registro de procedimentos.
- Disponibilizar ao **CONVENIADO** os Sistemas de Informação para processamento da produção.
- Monitorar, analisar e avaliar o desempenho do **CONVENIADO**, por meio dos dados gerados no Sistema MV, quais sejam: disponibilização de agenda, registro de atendimento, absenteísmo, etc.
- Receber mensalmente, em meio magnético ou eletrônico, dentro do prazo legal e conforme cronograma, a produção dos procedimentos informados no CIHA.
- Encaminhar a declaração anual de cumprimento de metas.



45468-18

84

Prefeitura de Mogi das Cruzes

**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 4**

- Encaminhar ao **CONVENIADO** o relatório de evidência de transmissão dos atendimentos ao Ministério Público.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- Os profissionais envolvidos na consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** manterão seus vínculos com o **CONVENIADO**, sem que haja qualquer previsão de remuneração extraordinária por parte da **SMS**.
- Os serviços ora acordados serão prestados por profissionais, devidamente incluídos no banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.

§ 1º Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento do **CONVENIADO**:

- I - membro de seu corpo clínico;
- II - profissional que tenha vínculo de emprego com o **CONVENIADO**;
- III - profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço ao **CONVENIADO**, ou seja, por este autorizado a fazê-lo.

§ 2º Equipara-se ao profissional autônomo definido no item III do § 1º desta Cláusula a empresa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerçam atividades nas área de saúde.

§ 3º É de responsabilidade exclusiva e integral do **CONVENIADO** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a **SMS**.

- A **SMS** não reembolsará o **CONVENIADO** por eventuais custos de ampliação de sua equipe técnica, em função da execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONVENIADO:**

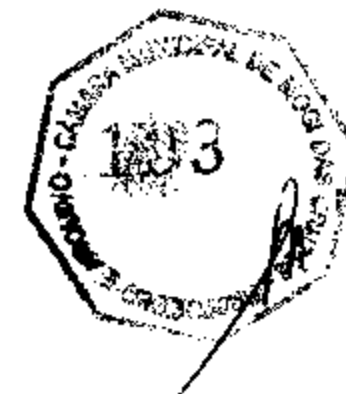
O **CONVENIADO** será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos da **SMS** e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe, todavia, assegurado o direito de regresso.

§ 1º A fiscalização e o acompanhamento da execução deste **TERMO DE CONVÊNIO** por órgãos da **SMS** não excluem nem reduzem a responsabilidade do **CONVENIADO**.



45468-18

85

*Prefeitura de Mogi das Cruzes***CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 5**

§ 2º A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

O **CONVENIADO** deverá arcar diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste **TERMO DE CONVÊNIO**, e não haverá, em hipótese alguma, qualquer tipo de repasse financeiro ao **CONVENIADO** pela **SMS** em função do desenvolvimento das atividades objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**Parágrafo único.** O **CONVENIADO** encaminhará à **SMS**, mensalmente, um relatório discriminando os custos das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO:**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** é celebrado pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura deste instrumento, devendo que ambos os partícipes se reúnam para a renovação do mesmo.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Restam acordados entre os partícipes as seguintes disposições:

**I** - Tendo apresentado o **CONVENIADO** as certidões de regularidade perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Municipalidade de Mogi das Cruzes, obriga-se a atualizá-las periodicamente, durante o prazo de vigência deste convênio;

**II** - Aplica-se ao presente **TERMO DE CONVÊNIO**, no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e as disposições contidas na legislação municipal, ficando eleito o Foro de Mogi das Cruzes para dirimir as dúvidas decorrentes deste ajuste;

**III** - As alterações no presente **TERMO DE CONVÊNIO** são possíveis mediante acordo entre os partícipes;

**IV** - O extrato do presente **TERMO DE CONVÊNIO** será publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.



45468 - 18

86

*Prefeitura de Mogi das Cruzes***CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 6**

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam os partícipes o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo, ..... de ..... de .....

**FRANCISCO MOACIR BEZERRA DE MELO FILHO**  
Secretário Municipal de Saúde

**RAFAEL ANTONIO PARRI**  
Superintendente Geral do Serviço Social da Indústria do Papel,  
Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO

**TESTEMUNHAS:**

---



INTERESSADO:

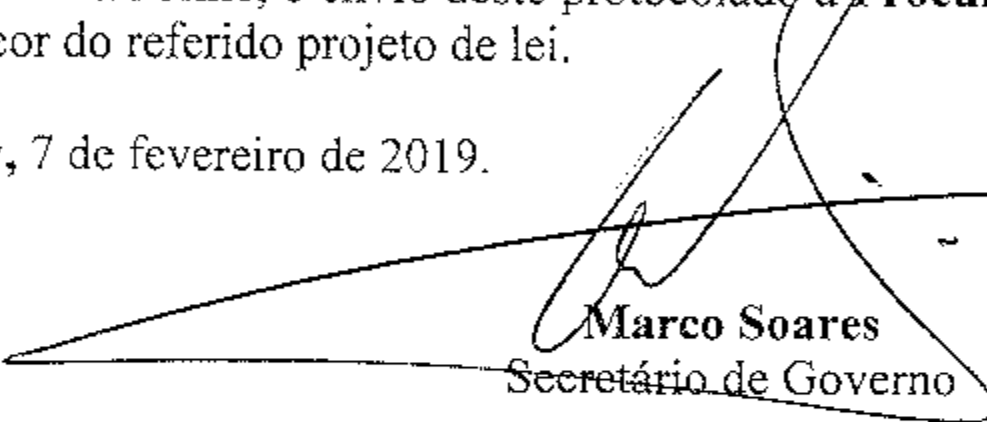
Secretaria Municipal de Saúde

**Ao Senhor Secretário de Saúde**  
**Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho**

Visto. Elaborada a competente minuta de projeto de lei (fls. 80), com seu respectivo convênio (fls. 81/86), para a finalidade que especifica, consoante solicitação formulada na inicial, encaminhamos o presente para conhecimento, análise e manifestação.

Estando conforme, o envio deste protocolado à **Procuradoria Geral do Município**, para análise do teor do referido projeto de lei.

SGov, 7 de fevereiro de 2019.

  
Marco Soares  
Secretário de Governo

SGov/rbm

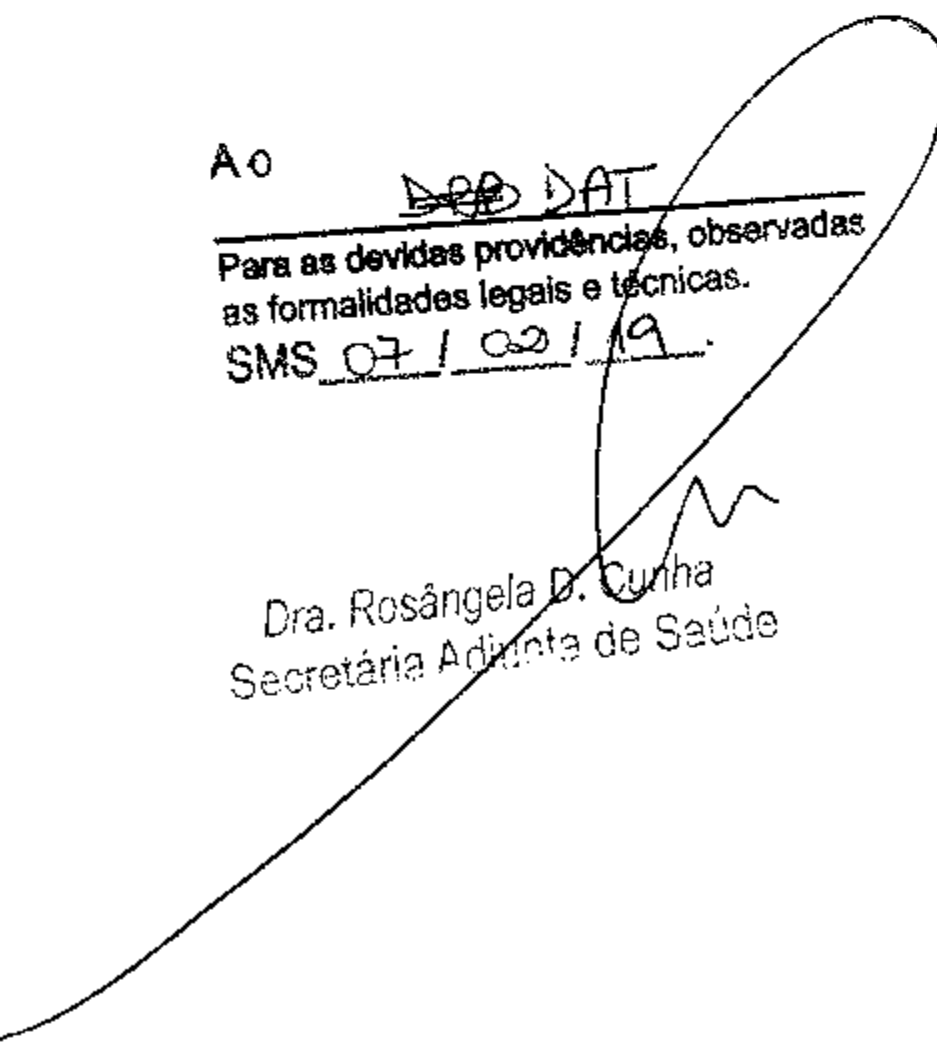
**RECEBIDO - SMS**Em 07 / 02 / 2019às 11 h 20 minAniene

Ao

~~DEP~~ DAT

Para as devidas providências, observadas  
as formalidades legais e técnicas.

SMS 07 / 02 / 19.

  
Dra. Rosângela D. Cunha  
Secretária Adjunta de Saúde

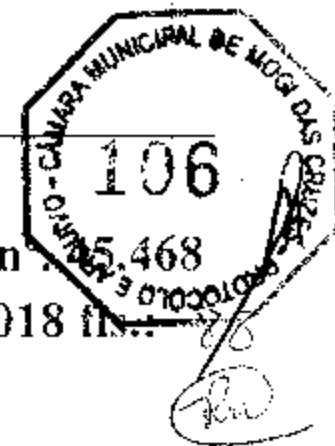
SMS - DAT

08 FEV. 2019

Recebido:

Rita





Interessado : Secretaria Municipal de Saúde de Mogi das Cruzes

Processo nº 15.468

Exerc.: 2018 fls. 86

Ao

Secretário

Restituimos o presente expediente encaminhado pelo Sr. Secretário de Governo do Município, para manifestação de ciência e concordância quanto o texto da anexa minuta às fls. 80, o qual tem por objeto a celebração de Convênio entre o Serviço Social da Indústria do Papel. Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, e o Município de Mogi das Cruzes.

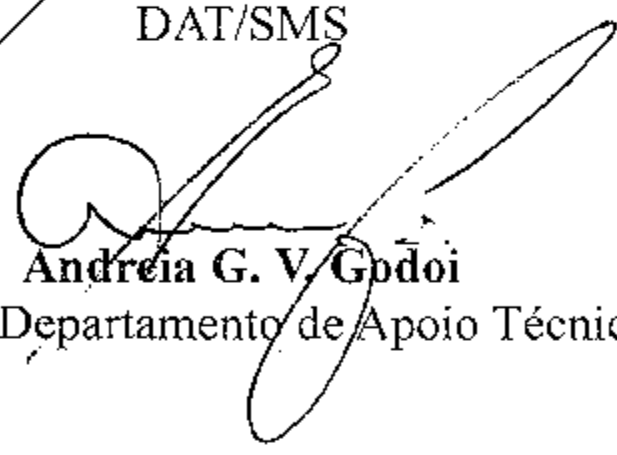
Assim sendo, não encontramos nenhum óbice nas alterações redacionais. Portanto, conforme despacho de fls. 87, sugere-se o encaminhamento para a Procuradoria Geral do Município para análise e parecer da minuta ora proposta.

Sem mais para o momento,

Mogi das Cruzes, 08 de fevereiro de 2019.

Atenciosamente,

  
Odete M. Sousa  
DAT/SMS

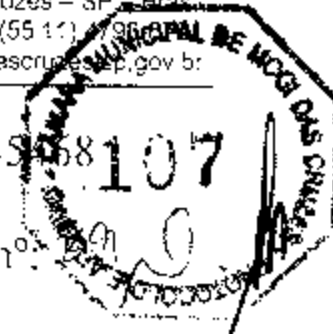
  
Andreia G. V. Godoi  
Diretora do Departamento de Apoio Técnico/SMS



Interessado: Secretaria de Saúde

Proc. Adm. Nº: 48958

Exerc.: 2018 Fl. nº: 01



Assunto: Proposta para termo de parceria – SEPACO

À

**Procuradoria Geral do Município**

Tendo em vista a manifestação do Departamento de Apoio Técnico às fls. 88, encaminhamos o presente para análise e parecer da minuta, conforme solicitado pela Secretaria de Governo às fls. 87.

Sendo o que se apresenta para o momento.

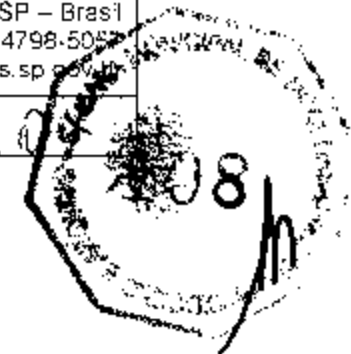
Atenciosamente.

**Secretaria Municipal de Saúde**, 12 de fevereiro de 2019.

  
**Dr. Francisco M. Bezerra de Melo Filho**

Secretário Municipal de Saúde

RECEBIDO  
EM 13/02/19  
AS \_\_\_\_\_ HORAS  
↓



Processo nº 45.468/2018

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

1. Retorna o presente expediente a esta Procuradoria, tendo em vista a manifestação de fls. 87, a qual solicita a análise da minuta encartada às fls. 80/86.
2. Pois bem. Considerando o aspecto jurídico-formal acerca da matéria, esta Procuradoria não visualiza óbice à redação apresentada na minuta em comento, razão pela qual se opina pelo prosseguimento do feito.
3. Diante do exposto, retorne-se à Secretaria Municipal de Saúde para as devidas providências.

PGM, 15 de fevereiro de 2019.

  
**FILIPPE AUGUSTO LIMA HERMANSON CARVALHO**

Procurador-Chefe da Procuradoria do Consultivo Geral

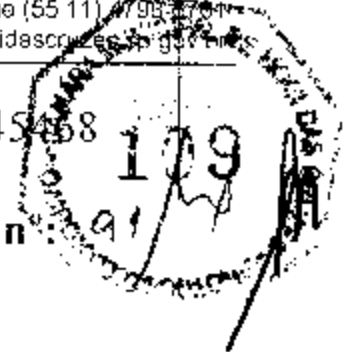
OAB/SP n.º 272.882



Interessado: Secretaria de Saúde

Proc. Adm. Nº: 45458

Exerc.: 2018 | Fl. nº: 91



Assunto: Proposta para termo de parceria - SEPACO

À

**Secretaria Municipal de Governo**

Após manifestação do Departamento de Apoio Técnico desta Pasta às fls. 88 e Parecer da Procuradoria Geral do Município às fls. 90, retornamos o presente para prosseguimento dos trâmites.

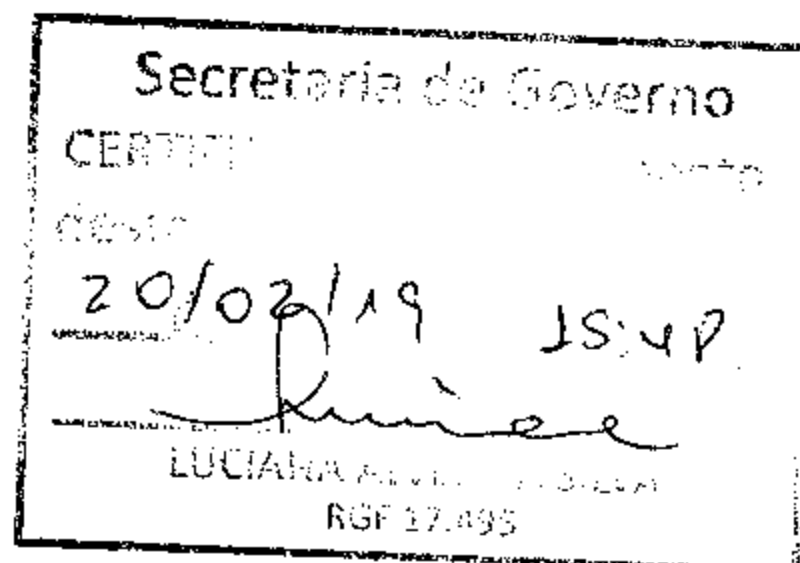
Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente.

**Secretaria Municipal de Saúde, 20 de fevereiro de 2019.**

  
**Dr. Francisco M. Bezerra de Melo Filho**

Secretário Municipal de Saúde





**PROCESSO n.º 33/2019**

**PROJETO DE LEI n.º 22/2019**

**PARECER n.º 46/2019**

De autoria do Senhor Prefeito Municipal, o Projeto de Lei em epígrafe **“Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.”**

Instrui a Proposta a Mensagem **GP n.º 180/2019**, pela qual o Chefe do Executivo expõe as razões que o levaram à iniciativa legislativa (f. 01), o projeto de lei (f. 02), minuta de convênio (ff. 03/08), plano de trabalho (ff. 09/17) e processo de n.º 45468/2018, originado da Secretaria de Saúde, que encaminhou a minuta de lei (ff. 18/109).

O processo 45468/2018 traz ofício da DAT/SMS endereçado ao Secretário de Saúde (ff. 19/20), relação de exames (f. 21), minuta de termo de parceria (ff. 22/24), publicações no Diário Oficial do Município de São Paulo e da União (ff. 25/26), páginas da Lei Orgânica do Município (ff. 27/29), parecer jurídico (ff. 30/32 verso), despachos (ff. 33/34), manifestação de intenção da SEPACO (ff. 35/35 verso), justificativa do DAT sobre a escolha de celebrar convênio com SEPACO (ff. 36/36 verso), Estatuto Social do SEPACO (ff. 38/42), portaria que concede à SEPACO o certificado de entidade beneficente de assistência social na área da saúde (f. 43), Ata de reunião do Conselho de Administração (ff. 44/46), comprovante do cadastro nacional da pessoa jurídica (f. 47), licença de funcionamento (f. 48), RG do Superintendente do SEPACO (f. 50), balanço (ff. 51/52), certificado de regularidade FGTS – CRF (f. 583), certidão negativa de débitos trabalhistas (f. 54), certidão negativa de

FOLHA DE DESPACHO





FOLHA DE DESPACHO

débitos tributários (f. 55), certidão conjunta de tributos mobiliários da Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo (f. 56), declarações sobre parentes em cargos em comissão na Administração Pública Municipal (ff. 57/58), página do Diário Oficial do Município de São Paulo (f. 59), página do DOU (f. 60), trecho da Lei nº 12.101/2009 (f. 61/61 verso), matérias sobre a nova legislação (ff. 62/63), plano de trabalho do convênio (ff. 64/72), despacho do Secretário de Saúde (f. 73), parecer jurídico (f. 74), ofício do DAT/SMS (f. 76), justificativa da DAT, parecer sobre plano de trabalho e plano de trabalho (ff. 77/87), parecer técnico de viabilidade econômica (ff. 88/88 verso), portaria nº 585/2017, documentação de regularidade da SEPACO (ff. 89/92), Ata do Conselho Municipal de Saúde que aprovou o convênio com o SEPACO (f. 93), minuta do termo de convênio (ff. 94/96 verso), despachos do Secretário Municipal de Saúde e do Prefeito (f. 97), minuta de projeto de lei acompanhada de minuta de convênio (ff. 98/104), despacho do Secretário de Governo (f. 105), manifestação da DAT de concordância com a minuta de lei (f. 106), despachos do Secretário de Saúde (f. 107 e 109) e parecer jurídico (f. 108).

É o relatório.

Cuida o projeto em análise de autorização para o Município firmar convênio com o SEPACO (Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo), visando a adoção de ações conjuntas de promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, através da prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde para os usuários do SUS (sistema único de saúde). O projeto de lei segue acompanhado da minuta de convênio e do plano de trabalho, os quais são considerados parte integrante da norma. (ff. 02/17)



A possibilidade do Município firmar convênios com outras órgãos da Administração Pública Federal ou Estadual, bem como entidades particulares, vem prevista no artigo 49 da Lei Orgânica do Município, regulamentado pelo Decreto municipal nº 4.465/2003. Ainda, aos convênios aplica-se, no que couber, as disposições da Lei 8.666/93.

O artigo 3º do projeto de lei e cláusula quinta da minuta do convênio deixam explícito o fato de não haver qualquer investimento financeiro a ser feito pelo Poder Público Municipal, uma vez que os recursos materiais e humanos a serem utilizados na execução dos termos do convênio já são aqueles incorporados ao orçamento do SEPACO.

O parecer jurídico de f. 30/32 verso, devidamente pautado nos preceitos legais que regem a matéria, condicionou a assinatura do convênio à apresentação de documentação pela SEPACO e do plano de trabalho decorrente da avença, devidamente aprovado pelo órgão competente, bem como passado pelo crivo do Conselho Municipal de Saúde (artigos 24 a 27 do Decreto municipal nº 4.465/2003).

As exigências foram parcialmente cumpridas. No que tange à documentação, a SEPACO apresentou as certidões exigidas; contudo, o balanço apresentado está ilegível, precisando ser substituído. Ademais, apesar de haver nos autos pareceres de aprovação do plano de trabalho emitidos pelo Departamento de Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Saúde (ff. 78 e 88), não houve consulta efetuada ao Conselho Municipal de Saúde, tal como exigido pelo artigo 27 de mencionado Decreto.

Ressalta-se que a Ata de deliberação do Conselho Municipal de Saúde, acostada em f. 93, embora mencione a aprovação do convênio com o SEPACO, está datada de 25 de outubro de 2018, data esta em



que ainda não havia sido elaborado o plano de trabalho relativo ao convênio. O artigo 27 do Decreto 4.465/2003 é claro e exige expressamente a aprovação do plano de trabalho pelo Conselho Municipal, não havendo como olvidar essa exigência.

Desta forma, apenas após o saneamento das questões supramencionadas, o projeto de lei poderá ser submetido à deliberação em Plenário.

P.J., 29 de março de 2019

DÉBORAH MORAES DE SÁ

Procuradora Jurídica

Visto. De acordo.

ANDRÉ DE CAMARGO ALMEIDA

Procurador Jurídico Chefe





**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 22 / 2019**  
**Processo nº 33 / 2019**

De iniciativa legislativa do **Chefe do Poder Executivo**, a proposta em estudo autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.

Em síntese, a proposta autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em consonância com as respectivas obrigações, limites, plano de trabalho e demais características do mencionado instrumento.

Sendo assim, analisando o Projeto de Lei, nos aspectos e peculiaridades atinentes a esta Comissão, e não havendo vícios jurídicos que possam macular o mesmo, opinamos por sua **NORMAL TRAMITAÇÃO**.

Plenário Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 02 de abril de 2019.

  
**MAURO LUÍS CLAUDINO DE ARAÚJO**  
Presidente

  
**PROTÁSSIO RIBEIRO NOGUEIRA**  
Membro

  
**JEAN CARLOS SOARES LOPES**  
Membro

  
**MARCOS PAULO TAVARES FURLAN**  
Membro

  
**CAIO CÉSAR M. DA CUNHA**  
Membro



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Projeto de nº 22 / 2019 - Processo nº 33 / 2019**

A presente iniciativa legislativa de autoria do **Chefe do Poder Executivo de Mogi das Cruzes** autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.

Pretende a presente proposta autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em consonância com as respectivas obrigações, limites, plano de trabalho e demais características do mencionado instrumento, sendo que, o objeto do convênio não resultará na transferência de recursos financeiros entre os partícipes e será executado com recursos materiais e humanos já incorporados ao orçamento ordinário do conveniado, no que concerne às obrigações a ele cometidas.

Houve parecer da Procuradoria Jurídica, mencionando que o presente projeto de lei, não apresenta óbices jurídicos que impeçam a sua normal tramitação. A Comissão de Justiça e Redação, por sua vez, opina pela normal tramitação.

No mais, verificamos que referido convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO proporcionará um atendimento de altíssima qualidade e de forma gratuita, gerando benefícios à população e economia para o Município.

Assim, analisando o presente Projeto de Lei, nos aspectos e peculiaridades atinentes a esta Comissão, opinamos por sua **NORMAL TRAMITAÇÃO**.

Plenário Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 17 de abril de 2019.

  
**ANTONIO LINO DA SILVA**  
Presidente

  
**IDIGUES FERREIRA MARTINS**  
Membro – Relator

  
**JOSÉ FRANCHIMÁRIO V. MACEDO**  
Membro

  
**FERNANDA MORENO DA SILVA**  
Membro

  
**PEDRO HIDEKI KOMURA**  
Membro



**PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL**

**Projeto de Lei nº 22 / 2019**

**Processo nº 33 / 2019**

De iniciativa legislativa do **Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes**, a proposta em estudo autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.

Pretende o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em consonância com as respectivas obrigações, limites, plano de trabalho e demais características do mencionado instrumento, estabelecidos no texto do convênio anexo, que fica fazendo parte integrante da presente lei. O texto legal, em seu artigo 2º, ainda autoriza o Poder Executivo a tomar as providências que se fizerem necessárias à execução do convênio e o artigo 3º prevê que o objeto do convênio não resultará na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

No mais, analisando o Projeto de Lei, nos aspectos e peculiaridades atinentes a esta Comissão, opinamos por sua **NORMAL TRAMITAÇÃO**.

Plenário Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 17 de abril de 2019.

**CLAUDIO YUKIO MIYAKE**  
Presidente – Relator

**RODRIGO FIRMINO ROMÃO**  
Membro

**PÉRICLES RAMALHO BAUAB**  
Membro

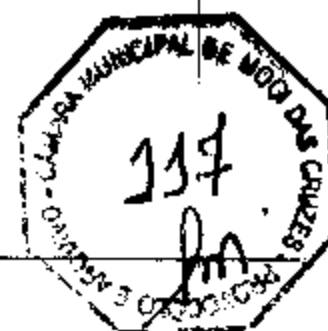
**FERNANDA MORENO DA SILVA**  
Membro

**OTTO FÁBIO FLORES DE REZENDE**  
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MOGI DAS CRUZES**

ESTADO DE SÃO PAULO



Mogi das Cruzes, em 09 de maio de 2019.

OFÍCIO GPE Nº 107/19

**20036 / 2019**



10/05/2019 16:21

CAI: 275889

Nome: CAMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES- CMMC

Assunto: PROJETO DE LEI - CAMARA MUNICIPAL

OF Nº 107/2019 PL Nº 22/2019 AUTORIA EXECUTIVO  
QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR  
CONVENIO COM O SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA

**SENHOR PREFEITO:**

Conclusão: 31/05/2019

Órgão: SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV

Através do presente, tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso autógrafo do **Projeto de Lei nº 022/19**, de sua **autoria**, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências, o qual mereceu a aprovação do Plenário desta Edilidade na Sessão Ordinária realizada ontem.

Valho-me do ensejo, para reiterar à Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

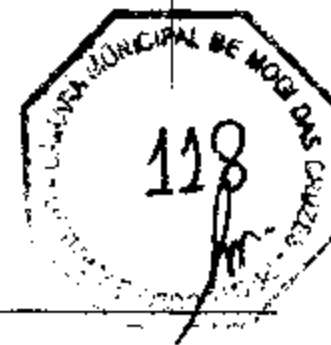
  
**RINALDO SADA O SAKAI**  
Presidente da Câmara

**À SUA EXCELENCIA O SENHOR  
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA E MELO  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE  
MOGI DAS CRUZES**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MOGI DAS CRUZES**

ESTADO DE SÃO PAULO



**PROJETO DE LEI** Nº **022/19**

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, para a finalidade que especifica, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES DECRETA:**

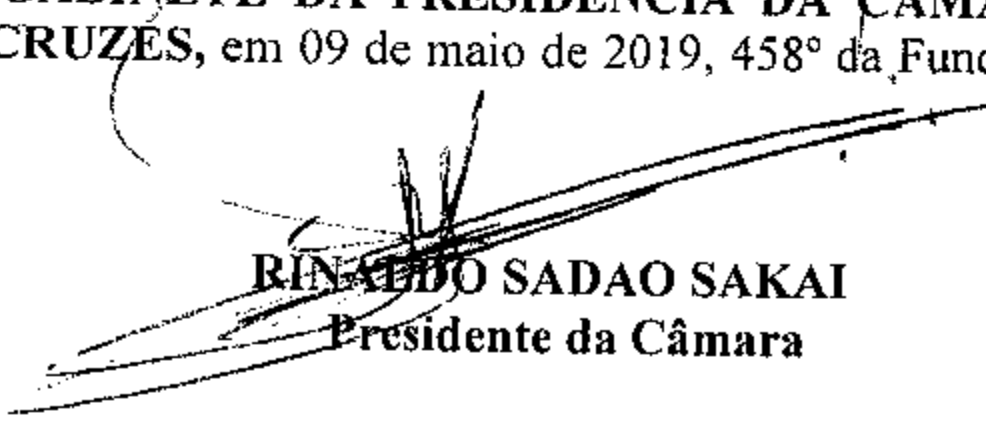
**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo – SEPACO, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo – SP, tendo por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população do Município de Mogi das Cruzes, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em consonância com as respectivas obrigações, limites, plano de trabalho e demais características do mencionado instrumento, estabelecidos na minuta anexa, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

**Art. 2º** - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências que se fizerem necessárias à execução do Convênio a que alude o artigo 1º desta lei, inclusive formalizar termos aditivos que tenham por objeto efetuar eventuais ajustes, adequações e/ou prorrogações direcionadas para consecução de sua finalidade.

**Art. 3º** - O objeto do Convênio de que trata o artigo 1º desta lei não resultará na transferência de recursos financeiros entre os partícipes e será executado com recursos materiais e humanos já incorporados ao orçamento ordinário do Conveniado, no que concerne às obrigações a ele cometidas.

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

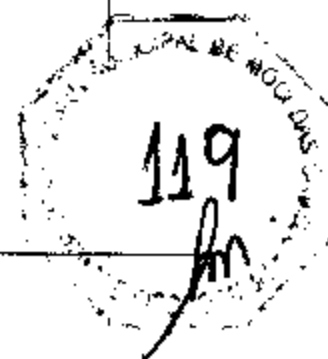
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, em 09 de maio de 2019, 458º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

  
**RINALDO SADA O SAKAI**  
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MOGI DAS CRUZES**

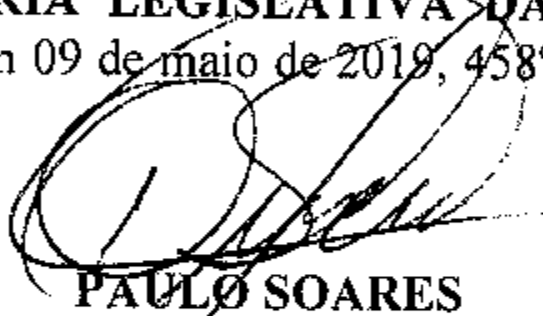
ESTADO DE SÃO PAULO



(Cont/Projeto de Lei nº 022/19 – Fls.02).

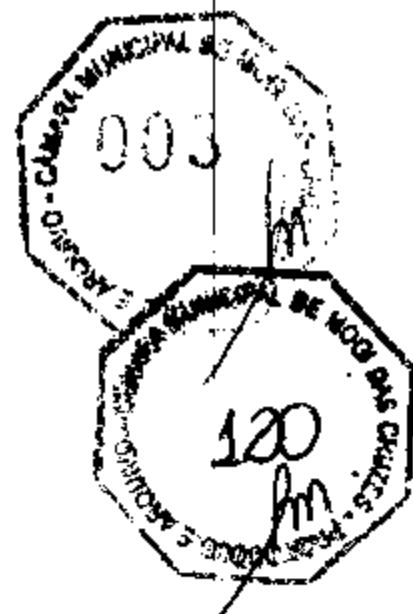
  
**DIEGO DE AMORIM MARTINS**  
1º Secretário

**SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**MOGI DAS CRUZES**, em 09 de maio de 2019, 458º da Fundação da Cidade de Mogi  
das Cruzes.

  
**PAULO SOARES**  
Secretário Geral Legislativo



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**ANEXO AO PROJETO DE LEI**

**CONVÊNIO Nº ...../.....**

**Processo nº ...../.....**

**PARTÍCIPIES:**

**O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO.**

**OBJETO DO CONVÊNIO:**

**Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município.**

**O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.523.270/0001-88, com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante designada **SMS**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, **Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho**, portador da CIRG nº 11.778.524-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 651.103.668-53 e, de outro lado, o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPACO**, doravante designado **CONVENIADO**, associação beneficente e filantrópica, com finalidades não econômicas, de assistência médica e hospitalar, com sede na Rua Vergueiro, 4.210, Vila Mariana, São Paulo - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.961.422/0001-55, neste ato representado por seu Superintendente Geral, Sr. **Rafael Antonio Parri**, portador da CIRG nº 2.696.385-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.319.658-68, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, consoante despacho autorizatório exarado às fls. .... do Processo Administrativo nº ...../....., publicado no ..... de ...../...../....., pág. ...., que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

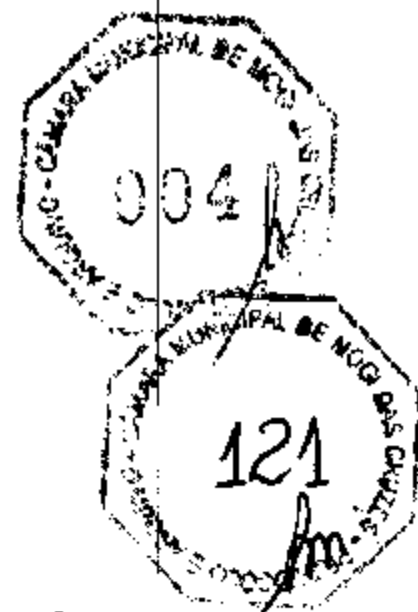
**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** tem por objetivo somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população deste Município, conforme o anexo **PLANO DE TRABALHO**, apresentado e devidamente aprovado pela área técnica responsável pela avaliação e acompanhamento do convênio, sem que haja qualquer ônus à Municipalidade, visando a prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **CONVENIADO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*

**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 2**



**Parágrafo único.** O Plano de Trabalho será ajustado, conforme as necessidades, de comum acordo entre os partícipes, podendo ser celebrado o respectivo Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS METAS:**

A meta do presente **TERMO DE CONVÊNIO** é o atendimento descrito no anexo **PLANO DE TRABALHO**.

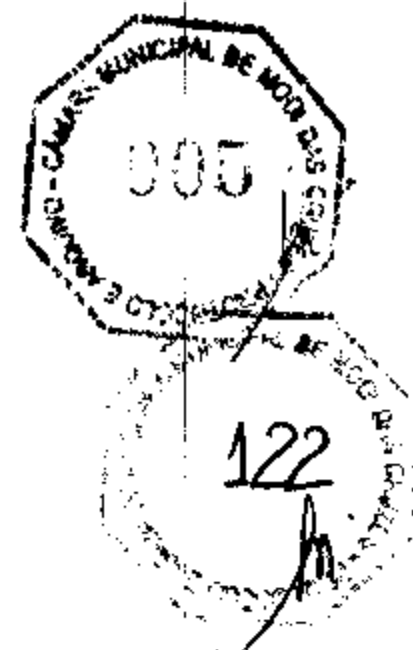
**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas pela **SMS** e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do **CONVENIADO** e/ou unidades próprias da **SMS**, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde - SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré-definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema MV, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do Cartão Nacional de Saúde - CNS.
- Os procedimentos constantes neste relatório deverão também ser encaminhados em meio magnético, segundo as normas técnicas do Sistema Único de Saúde - SUS, através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPI), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo (APAC) e/ou da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para SMS - Gerência de Processamento, com a observação de não geração de créditos e conforme o cronograma de entrega estipulado pela mesma.
- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da **SMS** no caso da ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Conservar arquivo de documentação referente a este **TERMO DE CONVÊNIO**, deixando-o à disposição da **SMS**.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, e não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.





*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 3**

- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes ou aos seus representantes legais sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente ou de seu representante legal, de consentir ou recusar a prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da SMS, o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar, além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela SMS.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

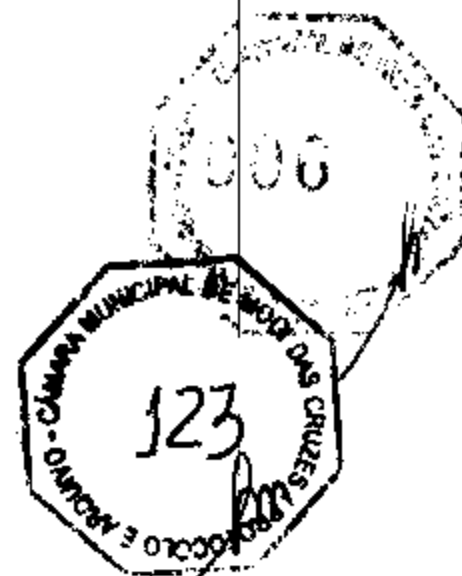
**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SMS:**

- Realizar o acompanhamento administrativo do presente **TERMO DE CONVÊNIO** e encaminhar as alterações que se fizerem necessárias.
- Manter o arquivo da documentação deste **TERMO DE CONVÊNIO**.
- Realizar treinamento dos profissionais do **CONVENIADO**, quando necessário, para efetivação dos registros das informações da produção - CIHA.
- Orientar o **CONVENIADO** sobre a programação da agenda dos Sistemas de Informação do Município e do Ministério da Saúde e disponibilizá-la para agendamento e registro de procedimentos.
- Disponibilizar ao **CONVENIADO** os Sistemas de Informação para processamento da produção.
- Monitorar, analisar e avaliar o desempenho do **CONVENIADO**, por meio dos dados gerados no Sistema MV, quais sejam: disponibilização de agenda, registro de atendimento, absenteísmo, etc.
- Receber mensalmente, em meio magnético ou eletrônico, dentro do prazo legal e conforme cronograma, a produção dos procedimentos informados no CIHA.
- Encaminhar a declaração anual de cumprimento de metas.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*

**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 4**



- Encaminhar ao **CONVENIADO** o relatório de evidência de transmissão dos atendimentos ao Ministério Público.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- Os profissionais envolvidos na consecução do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO** manterão seus vínculos com o **CONVENIADO**, sem que haja qualquer previsão de remuneração extraordinária por parte da SMS.
- Os serviços ora acordados serão prestados por profissionais, devidamente incluídos no banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.

§ 1º Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento do **CONVENIADO**:

I - membro de seu corpo clínico;

II - profissional que tenha vínculo de emprego com o **CONVENIADO**;

III - profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço ao **CONVENIADO**, ou seja, por este autorizado a fazê-lo.

§ 2º Equipara-se ao profissional autônomo definido no item III do § 1º desta Cláusula a empresa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

§ 3º É de responsabilidade exclusiva e integral do **CONVENIADO** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a SMS.

- A SMS não reembolsará o **CONVENIADO** por eventuais custos de ampliação de sua equipe técnica, em função da execução do presente **TERMO DE CONVÊNIO**.

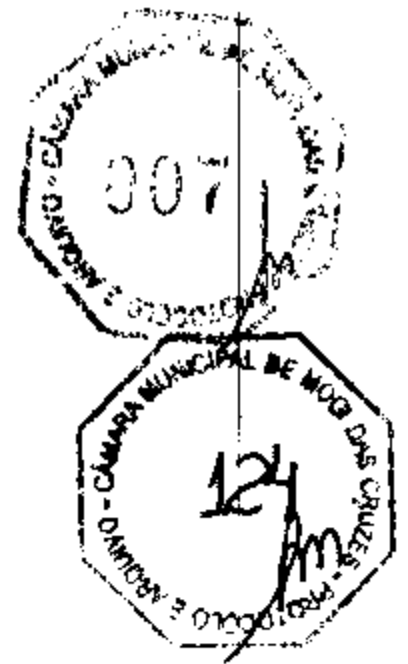
**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONVENIADO:**

O **CONVENIADO** será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos da SMS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe, todavia, assegurado o direito de regresso.

§ 1º A fiscalização e o acompanhamento da execução deste **TERMO DE CONVÊNIO** por órgãos da SMS não excluem nem reduzem a responsabilidade do **CONVENIADO**.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*



**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 5**

§ 2º A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

O **CONVENIADO** deverá arcar diretamente com o custo do desenvolvimento das atividades com as quais se compromete por meio deste **TERMO DE CONVÊNIO**, e não haverá, em hipótese alguma, qualquer tipo de repasse financeiro ao **CONVENIADO** pela **SMS** em função do desenvolvimento das atividades objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**Parágrafo único.** O **CONVENIADO** encaminhará à **SMS**, mensalmente, um relatório discriminando os custos das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto deste **TERMO DE CONVÊNIO**.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO:**

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** é celebrado pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura deste instrumento, devendo que ambos os partícipes se reúnam para a renovação do mesmo.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Restam acordados entre os partícipes as seguintes disposições:

**I** - Tendo apresentado o **CONVENIADO** as certidões de regularidade perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Municipalidade de Mogi das Cruzes, obriga-se a atualizá-las periodicamente, durante o prazo de vigência deste convênio;

**II** - Aplica-se ao presente **TERMO DE CONVÊNIO**, no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e as disposições contidas na legislação municipal, ficando eleito o Foro de Mogi das Cruzes para dirimir as dúvidas decorrentes deste ajuste;

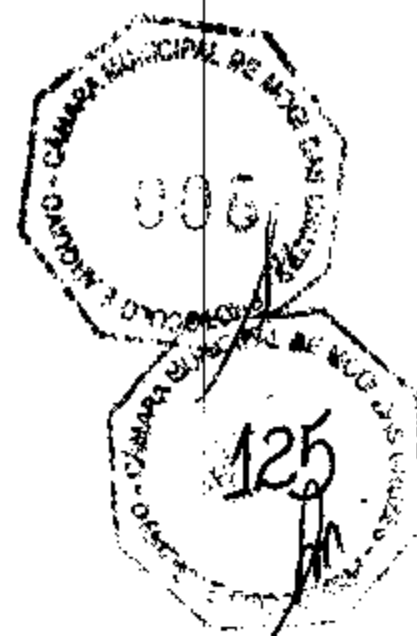
**III** - As alterações no presente **TERMO DE CONVÊNIO** são possíveis mediante acordo entre os partícipes;

**IV** - O extrato do presente **TERMO DE CONVÊNIO** será publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.



*Prefeitura de Mogi das Cruzes*

**CONVÊNIO Nº ..... / ..... - FLS. 6**



E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam os partícipes o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo, ..... de ..... de .....

**FRANCISCO MOACIR BEZERRA DE MELO FILHO**  
Secretário Municipal de Saúde

**RAFAEL ANTONIO PARRI**  
Superintendente Geral do Serviço Social da Indústria do Papel,  
Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - SEPACO

**TESTEMUNHAS:**

---

PLANO DE TRABALHO  
- DESCRIÇÃO -

ANEXO  
1/5

1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo

2 - ENDEREÇO: Rua Verqueto, 6210 V. Mariana - São Paulo / SP.

3 - EXERCÍCIO: C - CUPJ: 600914220001-55 C - Nº DO PROCESSO:

6 - FUNDAMENTAÇÃO: Termo de Parceria - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

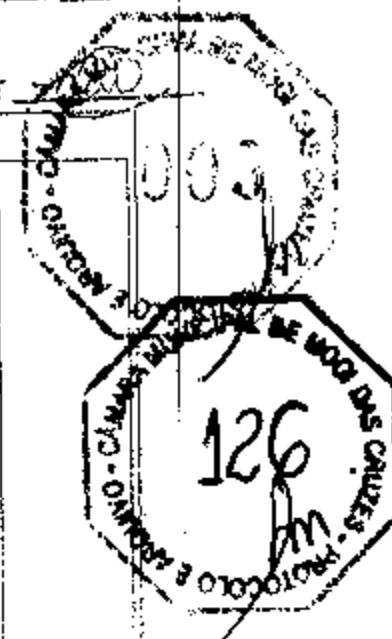
**7-IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO E JUSTIFICATIVO:**

Desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde da população deste Município.

**TABELA DE SERVIÇOS:**

CODIGO DO PROCEDIMENTO	SERVIÇO
02.01.01.041-0	Biópsia de Próstata
02.01.01.047-0	Tireoide/ Paratireoide - PAAF
02.01.01.058-5	PAAF (Punção Aspirativa por Agulha Fina) - Biópsia de Mama
02.09.01.003-7	Endoscopia Digestiva Alta

Proc 45468/2000  
Fls 61 Rubr

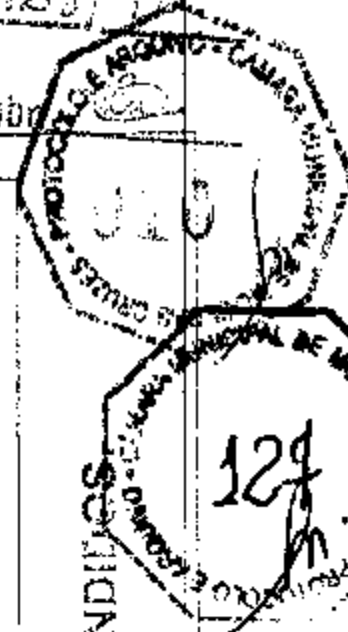


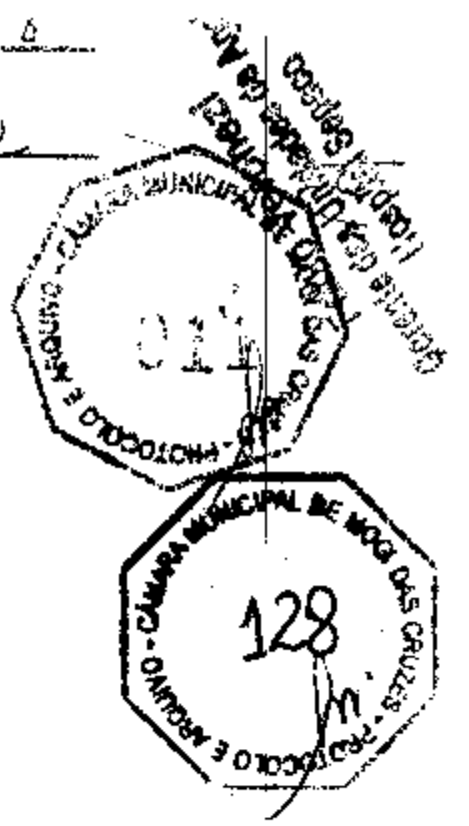
30903025 / 30902045	Cardíaca Adulto
30903025	Cardíaca Infantil
02.05.02.004-6	Ultrassonografia -- Abdômen Total
02.05.02.005-2	Ultrassonografia -- Articulações
02.05.01.004-0	Ultrassonografia -- Doppler Colorido de Vasos
02.05.02.009-7	Ultrassonografia -- Mamas Bilateral
02.05.02.016-0	Ultrassonografia -- Pélvico
02.05.02.010-0	Ultrassonografia -- Próstata Abdominal
02.005.02.011-9	Ultrassonografia -- Próstata TR
02.05.02.005-4	Ultrassonografia -- Renal
02.05.05.012-7	Ultrassonografia -- Tireoide
02.05.02.018-6	Ultrassonografia -- Transvaginal


OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS SERÃO REALIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DOS PACIENTES ATENDIDOS.

Proc 454631

Fls 62 Rubr





 <p>PREFEITURA DE <b>MOGI DAS CRUZES</b></p>	<p><b>ALACIO DE TRABALHO</b> "DESCRIÇÃO -"</p>	<p>ANEXO <b>15</b></p>
---	--	----------------------------

**COMUNICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, 00 de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

**TESTEMUNHAS**

Por:  
RG:

Por:  
RG:

**1 - PROMETE DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria de Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo**

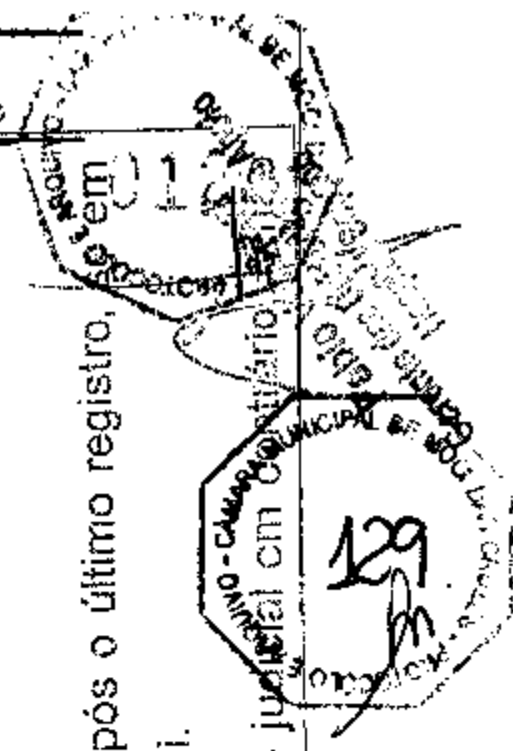
**2 - PROJEÇÃO/AÇÃO: Termo de Parceria** - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

**3 - DESCRIÇÃO DETALHADA DA AÇÃO:**

- Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste TERMO de acordo com as políticas, objetivos e diretrizes técnicas fixadas por SMS e/ou diretrizes estabelecidas na literatura científica atualizada, dentro da estrutura do PARCEIRO e/ou unidades próprias da SMS, seguindo a legislação do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Dispor o espaço físico necessário à execução do objeto deste TERMO.
- Dispor os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto deste TERMO.
- Seguir a política de regulação do Sistema Único de Saúde - SUS, observando suas normas, fluxos e protocolos pré definidos e dispor a agenda dos procedimentos no Sistema Integrado de Gestão de Atendimento - SIGA, bem como a confirmação de presença e registro de atendimento, entre outras funcionalidades.
- Identificar nos registros de atendimento do paciente o número do cartão Nacional de Saúde - CNS.
- Comunicar de imediato a Gerência de Controle da SMS a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente TERMO.
- Conservar arquivo de documentação referente a este TERMO, deixando-o à disposição da SMS.
- Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES.
- Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico e preservá-los pelo prazo de 20 (vinte) anos após o último registro, se em suporte de papel, e sob guarda permanente, se em registro eletrônico, ressalvados outros prazos previstos em lei.
- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre pacientes, salvo disposição legal ou determinação judicial.

64 Rubr

Rm





utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação.

- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- Justificar aos pacientes, ou aos seus representantes legais, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio.
- Esclarecer aos pacientes, ou a seus representantes legais, sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- Respeitar a decisão do paciente, ou de seu representante legal, de consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- Disponibilizar, para fins de acompanhamento da execução dos serviços, avaliação e/ou auditoria, à equipe técnica da SMS o acesso às dependências onde o serviço é prestado e à documentação dos pacientes.
- Apresentar além dos documentos e dos relatórios das atividades já referidos, outros, sempre que solicitados pela SMS.
- Permitir, respeitada a rotina do serviço, visita diária aos pacientes internados.
- Informar ao usuário do SUS, prévia e expressamente, quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, que decidirá de forma livre e esclarecida sobre sua participação na mesma.

**HORÁRIO ATENDIMENTO**

Conforme disponibilização das agendas

**REMUNERAÇÃO**

Sem ônus para Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes.





PÁRO DE TRABALHO  
- FORTALECIMENTO -

ANEXO  
2/2

**4 - AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, 00 de Janeiro de 2019.**

**Sepaco**  
**Rafael Antonio Pami**

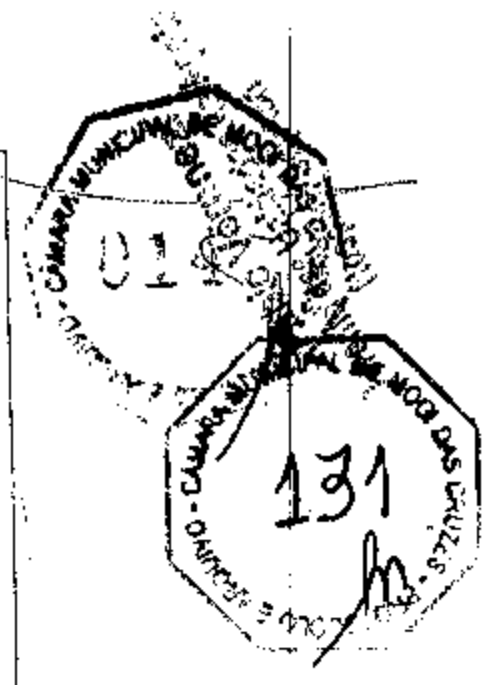
**Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes**

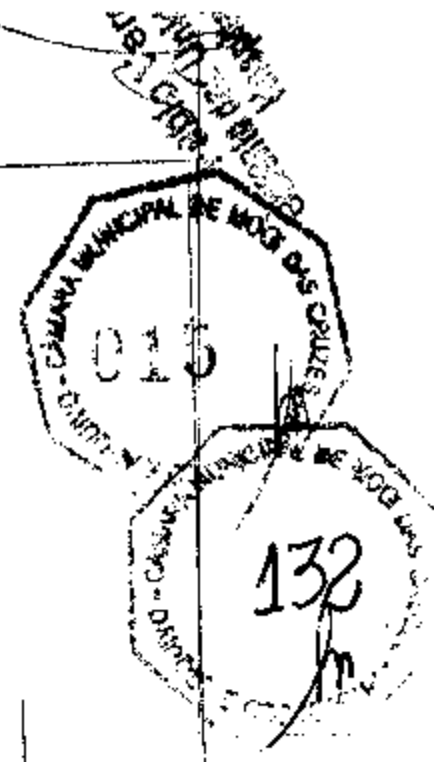
**TESTEMUNHAS**


**Por:**  
**RG:**

**Por:**  
**RG:**

Proc 45 4501 10  
Fic 66 Rubr *thw*





 <p>PREFEITURA DE <b>MOGI DAS CRUZES</b></p>	<p align="center"><b>PLANO DE TRABALHO</b> <b>- NÚMEROS E RESULTADO A SEREM ATINGIDOS/ALCANCE DO OBJETO</b></p>	<p align="center"><b>ANEXO</b> <b>3/3</b></p>
---	---	---

<p><b>1 - NOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papoão e Cortiça do Estado de São Paulo</b></p>		
<p><b>2 - PROJETORAÇÃO: Termo de Parceria -- Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCEIRO, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.</b></p>		
<p><b>2.1- RECURSOS: ( X ) SEM CUS</b></p>		
<p><b>3 - Cronograma de execução:</b></p>		
<p><b>3.1 NÚMERO</b></p> <p>100% de atendimentos agendados</p>	<p><b>3.2 Especificação da Ação</b></p> <p>Enviado mensalmente com o nome, data, procedimento do SUS dos pacientes atendidos</p>	<p><b>3.6. Previsão de Execução</b></p> <p>Conforme disponibilizado em agenda.</p>
<p align="right"><b>Início: A contar da data da assinatura do instrumento.</b></p>		

#### 4 - AUTENTICAÇÃO

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

#### TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

1 - **IMPLEMENTAÇÃO** - **ENTRADA** no Serviço Social e no **Departamento de Saúde de São Paulo**

2 - **PRELIMINAR** - **Oficina de Trabalho** - Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo **PARCEIRO**, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

3 - **CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO**

3.1 - META	3.2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
100% de atendimentos agendados	Número de atendimento mensal

4 - **ATENTIFICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**


Sepaco  
Rafael Antonio Parri

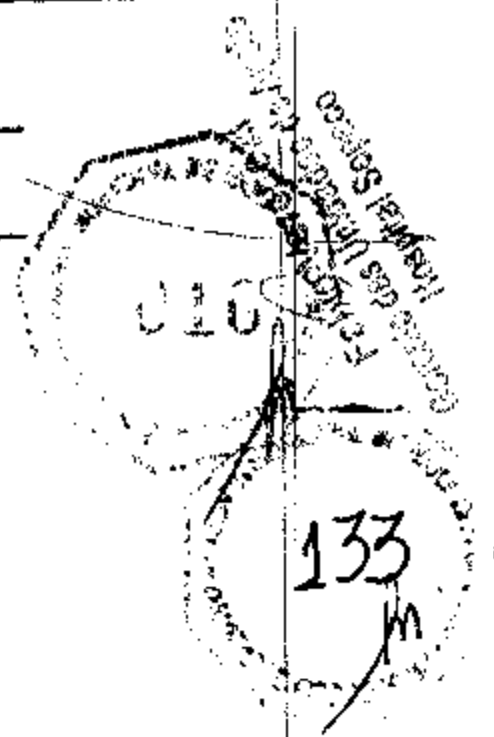
Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc. 45468/18  
Fls. 68 Rubr. 



1 - **SIOME DA ENTIDADE: Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cartão do Estado de São Paulo**

2 - **PROJETUALIZAÇÃO Torno do Patrocinador:** Prestação de serviços gratuitos de assistência à saúde, pelo PARCIRIO, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

3 - **CRONOGRAMA DE DESENVOLVO:** Não haverá ônus financeiro para o Município.

4 - **AUTENTICAÇÃO**

**MOGI DAS CRUZES, \*\* de Janeiro de 2019.**

Sepaco  
Rafael Antonio Parri

Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes

TESTEMUNHAS

Por:  
RG:

Por:  
RG:

Proc 45468 / 18  
Fls 69 Rubr

